



# UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

OS PAPÉIS JORNALÍSTICOS DOS MEDIA ALTERNATIVOS  
DIGITAIS EM PORTUGAL: *DIVERGENTE, FUMAÇA E SETENTA E  
QUATRO*, ESTUDO DE CASO COMPARADO

Dissertação apresentada à Universidade Católica  
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências  
da Comunicação na vertente de Comunicação, Organização  
e Liderança

Por

Bruno Filipe Oliveira Antunes

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro de 2022



# UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

## OS PAPÉIS JORNALÍSTICOS DOS MEDIA ALTERNATIVOS DIGITAIS EM PORTUGAL: *DIVERGENTE, FUMAÇA E SETENTA E QUATRO*, ESTUDO DE CASO COMPARADO

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para  
obtenção do grau de mestre em Ciências da Comunicação na  
vertente de Comunicação, Organização e Liderança

Por

Bruno Filipe Oliveira Antunes

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação da Professora Doutora Isadora de Ataíde Fonseca

Setembro de 2022

## Resumo

A presente dissertação procura discutir o jornalismo através dos media alternativos e responder à questão “Quais são os papéis jornalísticos desempenhados pelos media alternativos digitais em Portugal?”. Esta questão surge devido a vários fatores, onde se destacam as novas capacidades tecnológicas, o ceticismo crescente nas sociedades democráticas para com os media mainstream, e uma conseqüente emergência dos media alternativos, como resposta a este ceticismo.

Para responder, é realizado um estudo de caso sobre três media alternativos digitais (*Divergente*, *Fumaça* e *Setenta e Quatro*). Na parte teórica aborda-se o campo dos media e do jornalismo, e realiza-se uma revisão sobre o jornalismo, os papéis do jornalismo, e os media alternativos. A parte empírica é composta pelo estudo de caso dos três projetos jornalísticos, que comporta três dimensões de análise distintas. É ainda realizada uma análise comparada com base nas conclusões das três dimensões de análise. Concluiu-se, através deste estudo, o desempenhar dos papéis monitor, facilitador e radical do jornalismo.

Palavras-chave: jornalismo digital; media alternativos; papéis do jornalismo; Portugal.

## Abstract

This dissertation aims to study journalism through alternative media and answer the question “What are the journalistic roles performed by the portuguese alternative digital media?”. This question comes up due to various factors, like the new technological capabilities, the growing skepticism in the democratic societies towards the mainstream media, and the resulting emergence of the alternative media, as an answer to this skepticism.

To answer this question, a case study is conducted on three portuguese alternative digital media (*Divergente*, *Fumaça* and *Setenta e Quatro*). In the theoretical part, we analyze media and journalism, journalistic roles, and alternative media. The empirical part of the study is carried out through the case study of the three projects, that compounds three distinct dimensions of analysis. Furthermore, a comparative analysis is carried out based on the conclusions of the three dimensions of analysis. It is concluded, through this study, the performance of the monitorial, the facilitative, and the radical roles of journalism.

Keywords: digital journalism; alternative media; journalistic roles; Portugal.

## Agradecimentos

À minha namorada e parceira, Mariana, pela inspiração, o amor, a motivação e toda a ajuda que me deu ao longo deste processo. Faltam-me as palavras para descrever o quanto significou para mim.

Aos meus pais e à minha irmã, pela confiança e pela paciência.

À minha orientadora, Isadora de Ataíde Fonseca, pelos ensinamentos, conselhos e acompanhamento durante este ano.

# Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Jornalismo.....	4
1.1 – Jornalismo.....	4
1.2 – Jornalismo Digital.....	9
1.3 – Investigação do jornalismo.....	10
1.4 – Jornalismo em transição.....	12
1.5 – Os jornalistas (digitais) e os públicos.....	17
1.5.1- Os jornalistas (digitais).....	17
1.5.2- Os públicos.....	20
1.6 – Ideologia e Economia.....	21
Capítulo 2 – Papéis do Jornalismo.....	25
2.1 – Papel Facilitador.....	27
2.2 - Papel Monitor.....	30
2.3 – Papel Radical.....	33
2.4 – Papel Colaborador.....	40
Capítulo 3 – Media alternativos.....	43
3.1 – Conceptualizações teóricas.....	43
3.2 – Valores e Papéis.....	45
3.3 – Emergência dos media alternativos.....	50
3.4 – Questões Económicas.....	51
Capítulo 4 – Metodologia.....	55
4.1 – Pergunta de investigação.....	55
4.2 – Métodos e técnicas de investigação.....	56
4.2.1 – Método qualitativo.....	56
4.2.2 – Estudo de caso.....	57
4.2.3 – Análise de Conteúdo e Entrevistas.....	59
4.3 – Objeto de estudo.....	61
4.3.1 – <i>Divergente</i> .....	62
4.3.2 – <i>Fumaça</i> .....	62

4.3.3 – <i>Setenta e Quatro</i> .....	63
Capítulo 5- Apresentação e Análise de Dados.....	64
5.1 – Primeira dimensão de análise: Descrições e Estatutos Editoriais.....	64
5.1.1 – <i>Divergente</i> .....	64
5.1.2 – <i>Fumaça</i> .....	66
5.1.3 – <i>Setenta e Quatro</i> .....	68
5.1.4 – Discussão sobre as Descrições e Estatutos Editoriais.....	69
5.2 – Segunda dimensão de análise: Entrevistas.....	70
5.2.1 – <i>Divergente</i> .....	70
5.2.2 – <i>Fumaça</i> .....	72
5.2.3 – <i>Setenta e Quatro</i> .....	76
5.2.4 – Discussão sobre as entrevistas.....	77
5.3 – Terceira dimensão de análise: Investigações.....	78
5.3.1 – <i>Divergente</i> .....	79
5.3.2 – <i>Fumaça</i> .....	84
5.3.3 – <i>Setenta e Quatro</i> .....	88
5.3.4 – Discussão sobre as Investigações.....	92
5.4 – Análise Comparada.....	93
Capítulo 6 – Conclusão.....	98
Bibliografia.....	100
Anexos.....	107
Anexo A – Transcrição da Entrevista <i>Fumaça</i> – Nuno Viegas.....	107
Anexo B – Transcrição da Entrevista <i>Divergente</i> – Sofia de Palma Rodrigues e Luciana Maruta.....	122
Anexo C – Transcrição da Entrevista <i>Setenta e Quatro</i> – Filipe Teles.....	132
Anexo D – Quadro 1.....	138
Anexo E – Estatuto Editorial <i>Divergente</i> .....	139
Anexo F – Estatuto Editorial <i>Fumaça</i> .....	140
Anexo G – Estatuto Editorial <i>Setenta e Quatro</i> .....	141

## Introdução

A presente tese procura responder à pergunta de investigação “Quais são os papéis jornalísticos desempenhados pelos media alternativos digitais em Portugal?”

O interesse desta questão parte de uma paisagem mediática em mudança que viu uma emergência dos media alternativos, nomeadamente os que existem nos meios digitais. Mcnair afirma que, na sua fase contemporânea, o jornalismo, como outros discursos de conhecimento, deixou para trás a sua ‘inocência epistemológica’ e entrou numa era pós-modernista, caracterizada por uma perda de fé na possibilidade da verdade desinteressada, e um crescente reconhecimento de que até para o jornalismo, um certo grau de relativismo e subjetividade são inevitáveis. Este autor complementa estas ideias, afirmando que nos dias que correm, os jornalistas estão a passar por um período de rápida mudança, conduzida pelos desenvolvimentos das tecnologias de comunicação (Mcnair, 2005: 26-32).

Os jornalistas estão a viver uma dramática expansão e aceleração dos fluxos de informação, e a globalização da esfera pública. Os media, mais e mais rápidos, encolheram o mundo, conectando-o de maneiras novas e mais íntimas. O jornalismo foi, então, transformado pela Internet, um salto importante nas tecnologias de comunicações (Mcnair, 2005: 39-40). Estas mudanças, que, em termos macroestruturais, apontam o seu impulso para a introdução de tecnologias digitais nos media, foram acompanhadas por mudanças, a nível intermédio, das estruturas de recursos organizacionais e profissionais que possibilitam a ação do jornalismo. Por outro lado, também ao nível macro, a ascensão das políticas liberais que privilegiam o mercado livre, foram também importantes para explicar as mudanças na área jornalística (Garcia, et. al.,2020: 325-326).

Neste sentido, a privatização dos media ao leme dos desenvolvimentos internacionais, característica do mundo contemporâneo, não ofereceu soluções, mas novas versões de problemas antigos: as publicidades continuam a ser inadequadas, a corrupção é rotina, e o medo continua presente (Burgh, 2005: 13). Deuze e Witschge (2018: 168) salientam ainda que até a significância assumida do jornalismo para o funcionamento das democracias se viu sob grande escrutínio.

O avanço da comunicação digital e as alterações na comunicação comercial fizeram colapsar os modelos de receita dos media *mainstream*. Este ambiente, no entanto, representou abertura para os media alternativos digitais, que apresentam equipas mais reduzidas, conteúdos moldados ao ambiente virtual e modos de produção colaborativa e participativa (Teixeira,

Jorge, 2021). Assim, as tecnologias digitais facilitaram os modelos dos media alternativos na sua produção e distribuição de conteúdos. No entanto, o uso destas mesmas tecnologias digitais apresenta problemas, porque contradiz os princípios de independência, liberdade assumidos pelos media alternativos (Teixeira, Jorge, 2021: 184-185).

Holt (2018: 50) afirma que expressões de ceticismo e suspeita em relação aos media *mainstream* se ouvem transversalmente pela Europa e América do Norte. Tal acontece porque os media hegemónicos são percecionados como forças que escondem, ou desvirtuam, informação que não cabe na agenda do ‘politicamente correto’. Estas ideias são subscritas por Andersen, Shehata e Andersson (2021: 1), que apontam esta desconfiança dos media como causa provável para o consumo dos media alternativos, mas também como consequência do seu acesso. Estes autores apontam que a confiança nos media tradicionais está em declínio nos últimos anos, e que, com a emergência de vários novos media alternativos noticiosos, as populações com baixos níveis de confiança nos media têm mais oportunidades para encontrar informação com diferentes perspetivas, as quais se encaixam nas suas visões do mundo e identidades sociais se comparado com os media *mainstream*. Por outro lado, afirmam estes autores, que a existência dos media alternativos se justifica pela sua crítica aos media *mainstream* devido a coberturas noticiosas insuficientes (algo que em si pode também gerar desconfiança nos media *mainstream*), principalmente entre estes utilizadores dos media alternativos.

Tendo em conta esta descrição do mundo contemporâneo e da crise do jornalismo, nomeadamente do jornalismo praticado pelas instituições tradicionais, justificou-se uma emergência dos media alternativos, que ganham assim uma importância maior na paisagem mediática. Christian Fuchs (2010: 174) avança que os media alternativos não devem ser entendidos apenas como como alternativos, mas como media críticos (“critical media”), que questionam a sociedade dominante. Assim, as mudanças descritas, e as tendências de descentralização do jornalismo proporcionam novas noções, perceções e definições sobre o impacto do jornalismo e dos jornalistas. Konieczna e Powers (2019: 207) afirmam que a evolução do impacto do jornalismo leva os investigadores a reabrirem as discussões sobre o papel do jornalismo em relação à democracia. Este papel, argumentam as autoras, vai agora para além da responsabilidade de informar o público, e passa para um papel mais forte em relação ao fortalecimento da democracia.

Feitas estas considerações, torna-se importante estudar este fenómeno dos media alternativos digitais, e nomeadamente o contexto português, visto que o panorama jornalístico português não foi imune às condições contemporâneas do jornalismo já descritas. O contributo que a presente dissertação pretende, é este mesmo, o alargar do conhecimento sobre um fenómeno que tem acontecido transversalmente nas sociedades democráticas, e a perceção de como este fenómeno se adaptou na realidade portuguesa.

De acordo com o descrito, o objeto de estudo são os media alternativos digitais portugueses, nomeadamente os três órgãos de comunicação social que se encaixam nesta definição e que foram seleccionados para este estudo: a *Divergente*, uma revista digital de jornalismo narrativo formada em 2014; o *Fumaça*, um podcast de investigação com início em 2016; e o *Setenta e Quatro*, um órgão de comunicação social com início em 2021, que pretendia, inicialmente, lutar contra a extrema-direita, e que entretanto alargou as suas pretensões e que hoje realiza jornalismo investigativo aprofundado. Pretende-se perceber os papéis jornalísticos que desempenham estes órgãos de comunicação social, papéis estes baseados na obra *Normative Theories of the Media – Journalism in Democratic Societies* (2009). O conhecimento criado pode, então, ser um importante contributo para uma compreensão mais alargada dos media alternativos digitais em Portugal, bem como dos papéis desempenhados pelas suas peças jornalísticas.

Nesta tese concluiu-se, então, que os media alternativos digitais em Portugal desempenham o papel monitor do jornalismo, o papel facilitador do jornalismo, e o papel radical do jornalismo.

## Capítulo 1 – Jornalismo

O jornalismo é o tema central nesta dissertação. Para um entendimento sobre os media alternativos em Portugal, e sobre os papéis jornalísticos, é essencial uma compreensão extensiva sobre o jornalismo, nacional e internacionalmente, os fatores que o influenciam e moldam, e as mudanças que tem vindo a sofrer nos últimos anos. Surgem, assim, como destaques, as inovações tecnológicas e as políticas liberais, que têm formatado o jornalismo na era digital e criado uma orientação para o mercado. Também se prestará atenção às novas práticas do jornalismo digital, aos jornalistas, públicos, e às tensões entre ideologia e economia que vão orientando a prática do jornalismo no século XXI. Para estas considerações serão essenciais entre outras, as obras *The Platform Society* (2018), *Making Journalists*(2005), *The Routledge Handbook of Developments in Digital Journalism Studies*(2019), e *Making Media* (2019).

### 1.1 - Jornalismo

Uma linha de pensamento razoável pode afirmar que o jornalismo é a forma cultural proeminente da nossa era, ao ocupar mais recursos na sua produção e distribuição, e ser rotineiramente consumido por mais pessoas no mundo do que qualquer outra forma de experienciar o mundo através dos media massificados. Em todas as suas variantes, é a paisagem de fundo e companhia da vida diária. O jornalismo existe, como modo reconhecido de comunicação, há mais de quatro séculos, mas desde a década de 1980, a sua produção expandiu-se com um conjunto de novos *players* e tecnologias. Desta forma, o setor do jornalismo é um vasto universo de fornecedores de informação, uma esfera pública de tamanho praticamente infinito (McNair, 2005: 25).

Para além disto, o jornalismo tem um *status* cultural privilegiado, colocando-o no centro da vida pública e do debate político. Não é, então, apenas a forma cultural mais importante do século XXI, mas medido pela quantidade de recursos gastos na sua produção e consumo, é também a forma mais influente, com a capacidade de modelar a agenda de debate público e destabilizar poderes vigentes (McNair, 2005: 26).

Desde a “invenção” do jornalismo algures no século XVI, têm-se reconhecido três funções essenciais deste: a primeira como fornecedor de informação necessária a grupos e indivíduos de modo a monitorizar os seus ambientes sociais; a segunda como recurso para a

participação na vida pública e no debate político; a terceira como meio de educação, entretenimento e iluminação - que podem ser vistas como as suas funções recreacionais ou culturais. Nasceu, então, como uma mercadoria à venda no mercado cultural. Depois destas considerações, pode-se afirmar que o jornalismo pode ser definido como uma 'realidade mediada' (McNair, 2005: 28-30).

Na sua fase contemporânea, o jornalismo, como outros discursos de conhecimento, deixou para trás a sua inocência epistemológica e entrou numa era pós-modernista, caracterizada por uma perda de fé na possibilidade da verdade desinteressada, e um crescente reconhecimento de que até para o jornalismo, um certo grau de relativismo e subjetividade são inevitáveis. Tal acontece através da atenção dada a certos eventos ao invés de outros. Isto, claro, abre espaço para a disputa e contestação, e, por esta razão, o jornalismo sempre foi mais do que um simples fornecedor de informação. Sempre foi profundamente ideológico e político (McNair, 2005: 32-35).

Em relação às recentes formas de jornalismo, que o misturam com o entretenimento, existem perspectivas distintas: alguns vêem essa tendência como algo a combater, o *infotainment* como consequência da comercialização, parte de um alegado *dumbing down* dos media noticiosos; perspectivas alternativas veem estas tendências como parte de um longo processo de democratização da cultura ocidental, que tem sido acompanhado por uma grande expansão na quantidade e qualidade da informação para pessoas de todas as classes. Ao invés de *dumbing down*, consideram que o jornalismo está *braining up* (McNair, 2005: 38-39). A única coisa certa é que o jornalismo, como todas as formas culturais, tem mudado e evoluindo desde a sua emergência, com estas mudanças a serem paralelas ao ambiente em que este se encontra.

Desde as mais antigas tentativas de entender e definir o que são as profissões, levadas a cabo pelos pais da sociologia, que se menciona do caso específico do jornalismo. Ao fazê-lo, demonstrou-se como o jornalismo difere em relação a outras ocupações com que é comparado, demonstrando-se também como, apesar disso, sofreu processos de desenvolvimento semelhantes. Neste sentido, demonstra-se como os estudos do jornalismo são distintos dos estudos dos media, apesar de se encontrarem dentro destes (Burgh, 2005: 2-3).

Nos dias que correm, os jornalistas estão a passar por um período de rápida mudança, conduzida pelos desenvolvimentos das tecnologias de comunicação (McNair, 2005: 26). Os jornalistas estão a viver uma dramática expansão e aceleração dos fluxos de informação, e a globalização da esfera pública. Os media, mais e mais rápidos, encolheram o mundo,

conectando-o de maneiras novas e mais íntimas. O jornalismo foi, então, transformado pela Internet, possivelmente o salto mais importante nas tecnologias de comunicações desde a invenção da impressão (McNair, 2005: 39-40). Estas mudanças, que, em termos macroestruturais, apontam o seu impulso para a introdução de tecnologias digitais nos media, foram acompanhadas por mudanças, a nível intermédio, das estruturas de recursos organizacionais e profissionais que possibilitam, à escala micro, a ação do jornalismo. Por outro lado, também ao nível macro, a ascensão das políticas liberais que privilegiam o mercado livre, foram também importantes para explicar as mudanças na área jornalística (Garcia, et. al., 2020: 325-326).

O facto de as autoridades considerarem mais difícil controlar a informação significa que os jornalistas têm novos poderes e responsabilidades, ironicamente numa altura em que as pressões comerciais tornam mais complicado ser responsável. Outros desafios para o jornalismo incluem a erosão das barreiras espaciais e temporais no fornecimento de informação, e a erosão de distinções entre cumprir as funções de *watchdog*, comentador ou entretenimento. (Burgh, 2005: 2-3). Os jornalistas, por sua vez, estão cada vez mais engajados, interpretativos e *multi-skilled*, tornando-se independentes dos técnicos operativos de quem já foram dependentes. Assim, o mundo do jornalismo está a ser transformado pelos novos media, ou pelas tecnologias de informação digitais e a sua convergência num ambiente de rede (Burgh, 2005: 5). Estamos, então, perante o ambiente mediático do século XXI, que funciona digitalmente e em rede (McNair, 2005: 25).

Apesar desta independência tecnológica, os jornalistas continuam dependentes, seja das elites políticas locais ou dos poderes internacionais. A privatização dos media ao leme dos desenvolvimentos internacionais não ofereceu soluções, mas novas versões de problemas antigos: as publicidades continuam a ser inadequadas, a corrupção é rotina, e o medo continua presente (Burgh, 2005: 13). No entanto, esta democratização cultural significa também um *overload* de informação, e por essa razão, as mais recentes inovações tecnológicas não significaram a morte dos media tradicionais. Numa altura em que o ambiente informativo das notícias em tempo real, as publicações produzidas com mais tempo para reflexão e análise tornam-se mais, e não menos, importantes (McNair, 2005: 40).

Uma perspetiva importante para entender o jornalismo nos dias que correm, e que vai ao encontro do que vem a ser discutido, é a questão da *'platform society'*. Desde o início do século XXI, um conjunto de plataformas em rede evoluiu e pôs imenso poder nas mãos de

algumas corporações, que se designaram como *gateways* da sociabilidade online, onde controlam os pontos essenciais dos serviços de informação. O epicentro do ecossistema de informação que domina o mundo ocidental é detido, e operado, por cinco grandes empresas de high-tech (Alphabet-Google, Facebook, Apple, Amazon e Microsoft; ou, as “Big Five”). Este ecossistema de plataforma está repleto de paradoxos: parece igualitário, mas é hierárquico; parece servir o interesse público, mas é inteiramente corporativo; parece neutro e agnóstico, mas a sua arquitetura carrega um conjunto de valores ideológicos; os seus efeitos parecem ser locais, mas o seu impacto é global; parece substituir estruturas “*top-down*” por “*bottom-up*”, mas fá-lo através de meios altamente centralizados que permanecem opacos para os seus usuários (van Dijck, Poell, De Waal., 2018: 12).

A ‘*platformization*’ refere-se, então, à maneira em que setores sociais inteiros se estão a transformar como resultado da ação mútua de conectores e complementadores *online* (van Dijck, Poell, De Waal, 2018: 19). Nesta sociedade de plataforma, a criação de valor público no sentido do bem comum é muitas vezes confundido com a criação de valor económico, resultando numa amálgama de interesses públicos e privados (van Dijck, Poell, De Waal, 2018: 23).

A questão chave, tendo em conta as considerações anteriores, é como estes desenvolvimentos vão remodelar os valores públicos dos setores noticiosos, valores esses que têm guiado a profissão jornalística e que são vistos como tendo importância vital para o papel do jornalismo nas políticas democráticas. Como um dos primeiros setores sociais, o jornalismo sofreu transformações através do desenvolvimento das plataformas *online* no fim da década de 1990, quando distribuidores tradicionais e modelos de receitas sofreram com a emergência de motores de busca, agregadores noticiosos e sites de publicidade (van Dijck, Poell, De Waal, 2018: 50-51).

Como refere Nicholas Carr (2008: 153), os jornais como produto são um agregado (“*bundle*”) de histórias noticiosas e publicidade. Nos últimos anos, no entanto, temos assistido a um processo de desagregação (“*unbundling*”). Um passo importante neste processo foi o desenvolvimento de sites de publicidade, como o eBay ou o Craigslist. A emergência de motores de busca, foi outro desenvolvimento que veio perturbar a relação entre conteúdo noticioso e publicidade. Para além disto, os motores de busca também perturbaram a relação entre conteúdo e audiência, permitindo aos usuários que acessem diretamente a notícias e vídeos, saltando assim a “primeira página” (van Dijck, Poell, De Waal, 2018: 51-52). De facto,

o processo de digitalização e liberalização está na origem da “desorganização e reorganização em curso dos media”, onde a viabilidade económica foi posta em causa, e as tecnologias digitais quebraram o monopólio da produção e distribuição de informação que os media tradicionais detinham (Garcia, et. al.,2020: 326).

Para além disto, esta emergência significou também que as organizações noticiosas perdessem o controlo sobre a curadoria das notícias: os *social media* não só perturbam o controlo de organizações noticiosas sobre a seleção de notícias, mas perturbam também a posição privilegiada da profissão do jornalista, visto que, devido à sua crescente popularidade, estimularam bastante o processo de desagregação, tornando-o numa realidade inescapável. À medida que as relações entre conteúdo, audiência e publicidade são desagregadas e agregadas através de plataformas, as organizações noticiosas perdem, cada vez mais, controlo sobre como as notícias são distribuídas, monetizadas e curadas (van Dijck, Poell, De Waal, 2018: 52-53).

Historicamente, a chamada ‘*quality press*’ tem assumido os papéis nucleares da independência jornalística justa, e das reportagens extensivas. Presos entre a impressão e o digital, muitos jornais continuam a agarrar-se a estes valores, bem como às suas rotinas e normas mais tradicionais, enquanto se adaptam gradualmente ao ecossistema de plataforma. Estão, assim, a desenvolver um modelo híbrido, balançando entre modos editoriais, e ‘*data-driven*’, de produzir notícias. Sendo assim, apesar dos mecanismos de datificação colocarem pressão na independência jornalística, o valor desta continua profundamente integrado nas culturas das redações (van Dijck, Poell, De Waal, 2018: 57-58).

Todas estas questões significam que as organizações noticiosas já não podem garantir uma oferta de notícias variada e justa, sendo esta oferta determinada pela interação entre plataformas, usuários e organizações noticiosas. Isto resultou também numa procura por receitas, que culminou em novas estratégias, como o “native advertising” ou o “branded content”. Estas estratégias levantam questões sobre a comodificação do jornalismo, visto que, ao darem lugar ao “branded content” que parece conteúdo editorial, as publicações noticiosas estão a desafiar a distinção Estado-Igreja (van Dijck, Poell, De Waal, 2018: 61-62).

Podemos concluir, então, que o desenvolvimento do ecossistema de plataforma, com a infraestruturas das *Big Five* no núcleo deste ecossistema, mudou fundamentalmente a dinâmica da seleção de notícias e conteúdo, colocando o ónus nas preferências do usuário. Acrescentando a esta ideia, os modelos de negócio das agências noticiosas alteraram-se devido à emergência das plataformas, o que levou a uma reorganização das relações económicas à volta das

plataformas (van Dijck, Poell, De Waal, 2018: 68;71). Concluimos também que os media digitais “permitiram a dispersão de vozes e pontos de vista, contribuindo para a criação de esferas públicas disruptivas”. Outro efeito é a polarização, devido à adesão automatizada a opiniões previamente concordantes (Batista, 2018: 25).

## 1.2 – Jornalismo Digital

Uma vez que a problemática a ser estudada nesta tese de mestrado é, de forma geral, o jornalismo de investigação praticado pelos media alternativos digitais no contexto português, é importante reconhecer que, de uma forma mais ampla, toda esta temática recai sobre o conceito muito mais amplo do jornalismo digital. É também importante reconhecer que esta temática está em constante evolução e desenvolvimento, combinando fatores dos media tradicionais com os *new media*. Neste sentido, torna-se de maior importância situar e enquadrar esta (nova) prática, algo que será discutido ao longo deste capítulo.

É importante fazer um enquadramento geral daquilo que é o trabalho mediático nos dias que correm. João Canavilhas (2014: 1-2), por exemplo, apresenta sete características fundamentais para a produção do webjornalismo: a hipertextualidade, a multimedialidade, a interatividade, a instantaneidade, a ubiquidade, a personalização e, por fim, o uso da memória como ferramenta da prática jornalística, conceitos importantes para a perceção da prática. Os autores Mark Deuze e Mirjam Prenger (2019: 18-24) identificam os nove principais componentes que ajudam também, de uma forma inicial, a conceptualizar o jornalismo digital:

- Colapso: um colapso de partes, unidades, funções, papéis, negócios e modelos económicos é algo marcante desta era;
- Hibridismo: os produtos mediáticos estão cada vez mais hibridizados sob condições de colapso, sendo cada vez mais difícil categorizá-los;
- Possibilidades: Apesar de podermos descrever os desenvolvimentos tecnológicos em termos da emergência de novos intermediários digitais, plataformas, datificação e algoritmos, não devemos esquecer as possibilidades que os novos media oferecem, sendo que através dos novos (e muitas vezes, baratos) recursos oferecidos, cada vez mais pessoas podem participar no processo da criação mediática.
- Poder: Existe uma mudança no poder, que se afasta dos criados profissionais de media, e se aproxima dos “media users and owners”, algo que resulta numa emergente precariedade profissional dentro do meio.

- Flexibilidade: a flexibilidade é um conceito chave em relação ao trabalho mediático, nomeadamente a nível funcional, onde se pede que menos pessoas sejam capazes de fazer mais, procurando-se “a multi-skilled core of employees and a periphery of freelance professionals”.
- Precariedade: Tanto a nível da segurança de trabalho, como de retorno financeiro, como de condições de trabalho, a precariedade é um termo cada vez mais presente nas profissões mediáticas.
- Empreendedorismo: a emergência do empreendedorismo é muitas vezes vista como a solução para problemas sistémicos, algo muito presente nas indústrias mediáticas.
- *Agency*: os profissionais têm a necessidade de balançar quatro elementos fundamentais: conteúdo, conectividade, criatividade e comércio. Está nas mãos de cada profissional encontrar a sua independência ao negociar e balançar estes elementos.
- Afeto: Acima de tudo, o trabalho mediático é uma forma de trabalho afetivo – algo que requer um investimento afetivo, que ultrapassa a deliberação consciente e é capaz de criar uma resposta cognitiva nas audiências.

Estes nove fatores acompanham a criação mediática, nomeadamente em relação ao jornalismo, e serão de elevada importância para se perceber a ação dos jornalistas digitais.

### 1.3 – Investigação do jornalismo

Será útil começar por perceber os principais temas, e dificuldades, de pesquisa em relação ao jornalismo digital. Em primeiro lugar, é útil discutir a nomenclatura. Este “novo” jornalismo, produzido num ambiente digital e para um ambiente digital, recebeu vários nomes como “ciberjornalismo”, “jornalismo online”, “webjournalism” ou “jornalismo digital” (Santos Silva, 2015: 84). Nesta tese, usar-se-á a expressão “jornalismo digital”, sendo que os outros termos podem ser enganadores, e apenas o termo jornalismo digital inclui todo o jornalismo produzido e disseminado através das diferentes plataformas de media (Santos Silva, 2015: 84-85).

Depois, é importante perceber que o jornalismo digital não deixa de ser algo que é mencionado na sua nomenclatura: Jornalismo. No do livro *The Routledge handbook of developments in digital journalism studies* (2019), o autor Marcel Broersma começa por colocar uma pergunta importante: o porquê de falarmos de “jornalismo digital” como se existisse uma divisão fundamental entre o jornalismo e o digital, apontando para o facto de

talvez já não existir jornalismo que não seja digital. Respondendo à sua pergunta, o autor aponta que, em primeiro lugar, o termo “jornalismo digital” reflete a dependência do estudo do jornalismo com aquilo que é o seu objeto de estudo. Afirmar também que, como um campo que emergiu rapidamente nos últimos 20 anos, o estudo do jornalismo tem seguido as tendências das mudanças estruturais em relação à produção de notícias e da indústria (Broersma, 2019: 515).

Broersma também salienta que o corpo de pesquisa das mudanças na indústria, e na profissão, devido à digitalização, tem evoluído de forma conectada a um discurso de crise em relação ao jornalismo e aos media, algo que poderia ter um forte impacto negativo na democracia. Este cenário trouxe consigo uma forte justificação para o porquê de ser importante estudar o jornalismo. Nas palavras do autor, “Ironically, the rise of journalism studies has thus been legitimized by the (perceived) downfall of its object of study” (Broersma, 2019: 515).

É, então, importante perceber que, num campo em emergência, o entendimento conceptual do que define os novos atores jornalísticos, e como estes concebem o seu papel na sociedade, é ainda limitado, algo apontado por Folker Hanusch e Sandra Banjac (2019: 34). Estes mesmos autores concordam com o argumento de Deuze e Witschge (2018), que apontam a necessidade de a academia ir para além das perspetivas tradicionais do jornalismo como uma instituição estável e distinta de outros sistemas sociais, e até para além do foco exclusivo na sua relevância democrática. Ao mesmo tempo, acreditam que as crenças de longo termo de que o jornalismo é definido por termos como “serviço público”, “objetividade”, “autonomia”, “imediatismo” ou “ética”, continuam a ser úteis para estudar o jornalismo de dentro para fora, visto que seria um erro considerar que todos os tipos de jornalismo que emergem fora das organizações de media tradicional serão necessariamente diferentes, ou estão em divergência com o núcleo de valores, ideais e práticas da profissão (Deuze e Witschge, 2018: 167) .

Estas ideias são de certa forma partilhadas pelos autores Scott A. Eldridge II e Bob Franklin, quando apontam que o estudo do jornalismo digital é formado em partes iguais por pesquisa em desenvolvimento, bem como por agendas de pesquisa já estabelecidas, avançando que o campo está principalmente preocupado com os desenvolvimentos numa área de rápida mudança, o jornalismo (Eldridge II, Franklin, 2019: 1). Usam então o conceito de Peter Dahlgren de jornalismo digital como um “sprawling domain” (Dahlgren, 2013: 160), em relação à imensa extensão do campo de estudo. Apontam também para um campo onde os desenvolvimentos têm sido mais desiguais do que inicialmente se antecipava, com a

possibilidade de examinar como o inicial entusiasmo acerca das oportunidades digitais eradicou debates importantes e possíveis consequências sub-exploradas.

Alguns dos desafios com que este entusiasmo inicial não contou traduzem-se em dificuldades de pesquisa para os investigadores. Rodrigo Zamith aponta algumas destas dificuldades em relação ao estudo do jornalismo digital. Por exemplo, como refere o autor, em relação à análise de conteúdos, que dependia das variáveis dos media tradicionais (Zamith, 2019: 94). Como mencionado por Karlsson e Sjøvaag (2016), os media digitais complicam as noções de tempo e espaço, tornando mais difícil a perceção de onde vem a inovação na produção, distribuição e consumo de notícias, sendo que estas aparecem em vários sítios, e formas, ao mesmo tempo. Segundo os autores, “These include the mode of analysis, variable design, scope, sampling procedure, unit of analysis, storage, generalizability, key agent, and the aim of the analysis” (Karlsson, Sjøvaag, 2016: 180). Mark Deuze contribui para esta ideias, afirmando que o estudo de conteúdo se baseou sempre na premissa de que o conteúdo existe realmente, e que pode ser genuinamente considerado como um produto acabado, como um objeto de estudo estático, contrapondo que atualmente assistimos a constantes “remixes, mashups, and continuous edits”, uma situação que pode ser problemática para o seu estudo (Deuze, 2008: 861).

Deuze e Witschge (2018: 173), apontam, então, uma possível solução, referindo que estudar projetos e colaborações temporários permite um foco em organizações como unidades de indivíduos vagamente integrados que trabalham juntos, possivelmente até incluindo participantes de diferentes disciplinas, com diferentes contratos profissionais, e com diferentes identidades profissionais, para além de audiências colaborativas, algo que pode facilitar o estudo de certas práticas, bem como torná-lo mais fidedigno, estabelecendo assim as vantagens para um modelo de estudo que tem em conta a descentralização do campo.

#### 1.4 - Jornalismo em transição

Feita esta contextualização acerca das questões de pesquisa no campo do jornalismo, torna-se imperativo definir esse mesmo campo, e ainda mais, perceber que este é um campo marcado pela mudança, e, de facto, em constante mudança.

Antes de falar do impacto das novas tecnologias no jornalismo, é importante referir que ideologicamente este tem vindo a sofrer alterações dignas de referência. Magda Konieczna e

Elia Powers (2019: 198) delineiam algumas delas. Começam por afirmar que o jornalismo e a democracia estão sob perigo no século XXI, e por isso as organizações noticiosas começaram a largar o seu véu de imparcialidade, permitindo, e até encorajando repórteres a considerar o impacto do seu trabalho. Estes perigos são explicados por Herbet Gans (1998), que argumenta que provêm de deficiências na teoria jornalística democrática, a qual descreveu em três passos: o papel do jornalismo de informar os cidadãos; a noção de que quanto mais informados, mais provável será de participarem no processo democrático; a noção de que quanto mais participativos, mais democrático será o país. Gans afirma que a teoria falha em todos estes três níveis, sendo que nenhum deles é operacionalmente claro o suficiente. Sendo assim, não se torna suficiente que os jornalistas sejam agnósticos em relação ao seu impacto social (Merritt e McCombs, 2004). Em vez de se prenderem à objetividade, os jornalistas devem então redefinir o seu papel como participantes sensatos da vida pública, assumindo a sua falta de imparcialidade e objetividade, algo que poderia ajudar a melhorar as relações do jornalismo com o público, e com a democracia.

Marcel Broersma (2019: 515) oferece um contributo interessante em relação a esta mudança, começando por colocar a pergunta, em relação à atualidade, “Isn’t all journalism digital?”. O autor prossegue, afirmando que demorou algum tempo para que as organizações noticiosas tradicionais integrassem as novas plataformas digitais, e as suas ferramentas tecnológicas, nas suas rotinas estratégicas de produção e publicação. No entanto, na última década, essa tendência alterou-se tremendamente, ao ponto em que o ‘digital’ se tornou ‘domesticado’ e normalizado na redação. Mesmo as organizações de media tradicionais mudaram o seu *modus operandi* para o digital, bem como digitalizaram cada passo de produção de notícias.

Será útil, antes de melhor contextualizar as mudanças que referimos, perceber algumas das noções pré-estabelecidas do campo jornalístico. Mark Deuze e Tamara Witschge (2018: 167), avançam que através da ideologia ocupacional do jornalismo, é possível definir o campo de dentro para fora. Neste sentido, afirmam que as definições externas tendem a ser funcionais e instrumentais, onde a profissão do jornalista é vista como um prestador da sociedade democrática, informando os cidadãos de maneira a que estes possam agir como cidadãos. Outras noções apontadas por estes autores, como a de Michael Schudson (2003: 11), definem jornalismo como o negócio ou a prática de produzir ou disseminar informação acerca de assuntos contemporâneos com interesse e importância pública. Os autores deixam ainda algumas críticas às noções de homogeneidade dentro da profissão e da prática do jornalismo,

apontando que esta discussão tende a assumir um núcleo de valores, e práticas profissionais, relativamente estáveis, excluindo assim, muitas vezes, as vozes, práticas e formas minoritárias de fazer jornalismo.

Deuze e Witschge (2018: 168) salientam ainda que até a significância assumida do jornalismo para o funcionamento das democracias se viu sob grande escrutínio. É crucial, então, reconhecer que o suposto núcleo do jornalismo, bem como as práticas das redações, é algo muito pouco consensual, nem é necessariamente a norma. Propõe-se, então, um alargar das conceptualizações do jornalismo para além da falsa dicotomia de ‘núcleo-periferia’, entendendo que nenhum deles representa a antítese do outro. Anderson (2011: 152) contribui para esta ideia, apontando que a redação tradicional não pode servir como único modelo de estudo, sendo que a definição de ‘jornalismo’ é contestada diariamente.

Outro ponto importante da mudança, para além da teoria, são as questões tecnológicas, apontadas por Eldridge II e Franklin (2019). Os autores alertam, no entanto, que o ‘digital’ em si, não oferece uma explicação para tudo o que ocorre nas sociedades e outros fatores são importantes para perceber as narrativas de como as tecnologias digitais revolucionam o jornalismo e o seu papel social. Exploram, depois, fenómenos que juntam as tecnologias com alguns conceitos tradicionais que não tendem a desvanecer: continuamos a ver perceções claras do jornalismo agindo como “watchdog”, “fourth estate” ou como fonte de notícias para audiências, conceitos que não foram abandonados na era digital, mas sim re-imaginados. Folker Hanusch e Sandra Banjac (2019: 29) expandem neste tema da tecnologia, começando por reclamar que os desenvolvimentos tecnológicos, apesar de sempre terem sido parte do jornalismo, têm tido impacto fundamental particularmente nas épocas mais recentes.

A emergência de tecnologias interativas foi acompanhada por uma transformação no jornalismo raramente antes vista, sendo que, em primeiro lugar, estas inovações levaram à crescente interação entre jornalistas e audiências, requerendo a que estes mesmos jornalistas reconceptualizem os seus pontos de vista sobre os leitores; depois, porque estas inovações ajudaram à chegada de novos atores jornalísticos, cujos papéis podem diferir substancialmente daqueles detidos pelos jornalistas mainstream, devido a diferentes missões jornalísticas (Hanusch, Banjac, 2019: 29).

Em relação à produção mediática, e também na linha das alterações trazidas pelas mudanças tecnológicas, Deuze e Prenger (2019: 14) afirmam que nas décadas recentes existiu uma mudança de “consumer electronics” para “information technology” como o mais poderoso

setor que formata como o conteúdo mediático é produzido, distribuído e experienciado. No coração desta mudança está o papel da Internet, das plataformas e dos aparelhos conectados como os *smartphones*. À medida que as instituições mediáticas se adaptam a esta nova realidade, os valores, expectativas e estruturas da economia digital ajudam a determinar decisões criativas e processos. Assistimos então a uma emergente digitalização dos elementos do ciclo de produção mediática, muitas vezes dando origem ao reorganizar de departamentos, ou à emergência de novos papéis profissionais.

No que toca às mudanças nas práticas mediáticas, o contexto tecnológico do trabalho mediático veio diminuir o custo de produção dos media, algo que põe sob pressão, por exemplo, os media tradicionais. Este contexto digital introduz uma nova lógica mediática, que ignora as agendas da era industrial e os ciclos de produção relativamente previsíveis, forçando as organizações a substituir as técnicas de produção analógicas por técnicas de produção digitais. Neste processo, as novas tecnologias são introduzidas para permitir às organizações modos de trabalho mais flexíveis e sempre “ready to go”. Adota-se, então, uma filosofia de produção que tem de encontrar o consumidor exatamente quando, quanto e como ele precisa. Para além disto, o processo de produção é cada vez mais em rede, com os seus intervenientes cada vez mais espalhados geograficamente. À medida que acontece este processo de diversidade, também se espera profissionais cada vez mais capazes de cultivar capacidades de *multi-skill*. A chave é, então, que as práticas mediáticas estão, ao mesmo tempo, a acelerar, bem como a ser suplementadas por uma variedade de novos papéis, habilidades e competências, contribuindo para uma constante destabilização de processos (Deuze e Prenger, 2019: 16).

Em relação às mudanças operacionais nas indústrias dos media, que acompanham as mudanças ideológicas já discutidas, surge uma ideia essencial: a da descentralização. É importante perceber que muita da investigação, produção, edição e distribuição de notícias decorre, hoje em dia, fora da redação, e que as organizações virtualizaram o seu trabalho, delegando para *free-lancers* ou correspondentes (Deuze e Witschge, 2018: 170). Isto resulta numa erosão do conceito tradicional de redação (Wahl-Jorgensen, 2009). Não se quer com isto dizer que as redações estão agora desabitadas, e que antes não estavam. Mas sim que, como sugere Matt Carlson (2015: 2), o jornalismo sempre foi uma prática cultural variada, situada numa paisagem complicada a nível social, e que nesse sentido, não é algo sólido e estável, mas algo em constante mudança, sendo que até esta varia consoante o contexto.

Todas estas mudanças operacionais e ideológicas espelham o que Anderson, Bell e Shirky (2012) argumentaram como uma evolução do jornalismo em direção a um ‘modelo de notícias pós-industrial’: uma mudança gradual de modelos de produção industrial centralizados e hierarquizados para algo que Castells (2010) denominou como “network enterprise”, em relação à forma de produção, algo também referido por Deuze e Witschge (2018: 172). Isto significa que os trabalhadores acabam por colaborar e coordenar as suas atividades com profissionais longe de si, muitas vezes situados noutras partes do globo. Cria-se assim um emergente novo tipo de jornalismo em rede, e também um novo tipo de figura: “the networked journalist” (Deuze, Witschge, 2018: 172). Isto significa que a prática do jornalismo deixa de ser exclusiva às redações, e passa a acontecer também em casa, ateliers de *start-ups* ou até nos *free Wi-Fi cafes*, algo que marca a paisagem atual da criação mediática. De modo a transacionar para este modelo de produção mais flexível, as organizações mediáticas nos anos recentes tendem a reorganizar-se em múltiplas unidades com menos elementos, tornando-se mais descentralizadas, e desvanecendo as tradicionais fortes hierarquias (Deuze e Witschge, 2018: 174). Isto é algo comprovado pela emergente cultura *start-up* no jornalismo (Küng, 2015).

As mudanças descritas, e as tendências de descentralização do jornalismo proporcionam novas noções, percepções e definições sobre o impacto do jornalismo e dos jornalistas. Konieczna e Powers (2019: 207) afirmam que a evolução do impacto do jornalismo leva os investigadores a reabrirem as discussões sobre o papel do jornalismo em relação à democracia. Este papel, argumentam as autoras, vai agora para além da responsabilidade de informar o público, e passa para um papel mais forte em relação ao fortalecimento da democracia. Uma perspetiva de inicialmente informar o público, seguido da intenção de criar debate público, transitando para a mudança de opiniões públicas, e terminando com a mudança de políticas e leis sobre os mais variados assuntos.

De forma a concluir este ponto sobre a mudança do jornalismo, é importante apontar a mudança em relação ao seu estudo. Deuze e Witschge (2018: 166) apontam que o sonho modernista de coerência e consenso não passa de uma falácia. Na era moderna, que denominam de “liquid modern era”, o campo científico do jornalismo reconhece como este é mais do que a simples soma das suas partes, acomodando uma noção mais dinâmica da profissão, que tem em conta uma indústria relativamente coerente, composta por práticas altamente variadas e diversas. Os mesmos autores prosseguem, afirmando que sob a batuta da tecnologia e do mercado, a prática do jornalismo é diferente da sua autoapresentação, sendo visto como o processo e o produto do trabalho dos jornalistas – que requer uma ontologia de

“transformação”. Para terminar, podemos usar a citação de Ike Picone (2019: 143): “When we look at media use practices today, we cannot but witness how these are increasingly scattered across media, or, more precisely, across different kinds of media contents, different devices and platforms, and different socio-spatial contexts.”

## 1.5 - Os jornalistas (digitais) e os públicos

Outro ponto importante de estudo, que convém enquadrar para a melhor percepção da prática do jornalismo digital, e das mudanças que tem sofrido, são os agentes que estão no centro dessa prática e mudança: os jornalistas digitais, e os seus públicos. Conhecendo tanto os produtores, como os consumidores, é possível ter um melhor entendimento da prática do jornalismo no geral, mas também de como estas duas partes se influenciam e moldam uma à outra. Neste sentido, este entendimento dos jornalistas e dos seus públicos é essencial para entender o jornalismo, os media alternativos e os papéis jornalísticos desempenhados por estes.

### 1.5.1 - Os jornalistas (digitais)

Hanusch e Banjac (2019: 28) começam por relatar que perceber como os jornalistas pensam o seu trabalho, e o papel em que se percecionam na sociedade, é crucial, até porque tais conceções afetam o que jornalistas efetivamente fazem. No entanto, o estudo do jornalismo tem-se focado principalmente nas práticas institucionalizadas dos media *mainstream*. A fragmentação que trouxe a era digital levou à emergência de novos atores que agora praticam jornalismo de maneiras que antes não seriam possíveis, bem como a um impacto maior das audiências no trabalho jornalístico, através do contato direto com os jornalistas, ou de novas ferramentas como os media sociais ou as *web analytics*. Os autores apontam os antigos relatos dos jornalistas como “neutros” ou “participantes”, sendo que estas tipologias têm sofrido grandes alterações nos tempos mais recentes. Como resposta, as mais atuais pesquisas sobre este tema analisaram esta temática, demonstrando como a pesquisa tem: conceptualizado os jornalistas e os seus papéis dentro de uma realidade ocidental, que enfatiza o jornalista como tendo uma função central na democracia; se focou numa variedade de termos para referir-se a conceções de papéis de forma inconsistente; explorou estes papéis de maneira principalmente indutiva e descritiva; tendeu para tratar distintas atitudes das dimensões do jornalismo como uma e a mesma (Hanusch, Banjac, 2019: 29).

Percebemos, então, que existem várias dúvidas, e questões de pesquisa, legítimas em relação a este campo nos dias que correm. Johnston e Wallace (2019: 25) contribuem para o tema, afirmando que, na última década, se assistiu a uma maior importância em relação à questão de “O que é um jornalista?”, algo que se tornou bastante legítimo. As autoras afirmam que é necessário um estudo mais profundo dos elementos conceituais, apontando isto a uma nova, complexa, camada que emergiu dentro do mundo dos media digitais. Sendo assim, apesar das definições legais poderem apresentar soluções pragmáticas, também precisam de ser flexíveis e refletivas o suficiente para responder a contextos de constante mudança.

Todos estes estudos refletem-se em questões bastante práticas. O ambiente digital permitiu que as audiências interagissem com os jornalistas como co-produtores de informação, e deixou alguns jornalistas com pouco que os distinguisse dos cidadãos normais. Este desvanecer de limites levou a um diverso e atípico conjunto de produtores de conteúdo jornalístico, algo que traz dificuldades à investigação, tendo em conta os fatores já mencionados. Sendo assim, as discussões de estudo, para além dos atores da redação tradicional, têm de incluir agora *bloggers*, *start-ups* noticiosas, jornalistas empreendedores, estudantes, académicos, ativistas e líderes da opinião pública (Hanusch e Banjac, 2019: 36). Vos e Ferrucci (2019: 40) concordam com esta ideia, afirmando que a conceção de jornalista é algo muito mais fluído nesta era. Os jornalistas, inclusive, têm agora de aprender novas habilidades, desenvolver novas rotinas e adotar novos paradigmas.

Sendo assim, Ferrucci e Vos (2017: 875) descrevem os jornalistas digitais como consideravelmente mais interessados em reportar, analisar e contextualizar, tendo uma melhor compreensão das necessidades da comunidade, algo que também ajudou ao declínio da importância da norma da objetividade. Tendo em conta o referenciado desvanecer de limites, surgiu uma necessidade por parte dos jornalistas digitais de se definirem e distanciarem de certas práticas, emergindo novas identidades dos jornalistas digitais. Estes jornalistas vêm-se como distintos de *bloggers* e jornalistas cidadãos, por um lado, e também de jornalistas dos media tradicionais, por outro lado (Ferrucci e Vos, 2019: 40). Estes jornalistas conseguem combinar a produção, distribuição e interação digital dos mais capazes empreendedores digitais, realizando ao mesmo tempo os papéis jornalísticos sociais de uma profissão venerável e baseada na verdade. São também defensores de novas formas de fazer jornalismo: “We need to build relationship and community connection into the processes of newsgathering and into its starting points. This is key to making journalism less insular and more outwardly focused” (Sill, 2011). Importante ainda referenciar que, segundo as mesmas autoras, os jornalistas

digitais sentem-se empoderados nas suas organizações, algo que é refletido nas suas identidades (Ferrucci e Vos, 2019: 45). Isto significa, no entanto, diferentes conceções da profissão consoante o papel que é desempenhado no processo de produção de notícias.

Deuze e Prenger (2019: 16) exploram também algumas das ideias já acima referenciadas. Começam por afirmar que o trabalho mediático, localizado inicialmente em instituições onde os trabalhadores produziam conteúdo sob condições de trabalho informais, mas altamente estruturadas, hoje é melhor tipificado por uma experiência de precariedade e fragmentação, onde o *freelancing*, o *part-time* ou os estagiários, se tornam a norma no jornalismo, sendo que os profissionais se movem cada vez mais entre profissões.

Afirmam também que a maneira primordial dos profissionais de media se percecionarem é através da auto-referência, o que significa que os desenvolvimentos que afetam a indústria – como as novas tecnologias, novos modelos de negócio, novas políticas dos media, e as mudanças dos hábitos das audiências - são vistos como algo vindo do exterior, e o futuro digital é visto como algo que acontece às indústrias dos media e aos profissionais, ao invés de, por exemplo, também ocorrer devido à maneira como estas indústrias trabalham e funcionam.

Por fim, apontam como chave para o entendimento deste campo que o trabalho de criar media pertence, de uma só vez, tanto a um conjunto de claramente reconhecíveis indústrias, práticas e profissões, enquanto, ao mesmo tempo, se está a transformar e desprofissionalizar de uma forma desestabilizadora.

Como última nota, apontar algo denunciado por Deuze e Prenger (2019: 17) em relação a estes (novos) jornalistas. Apontam os autores que não se deve deixar de ter em conta a quantidade de trabalho emocional que é requerido para permanecer na indústria, a habilidade de lidar com a rejeição, o *stress*, a necessidade de atuar constantemente e apresentar-se a si próprio da melhor maneira possível de maneira a ter sucesso, tendo ainda de subsistir economicamente e emocionalmente com salários muitas vezes abaixo do que é merecido, num clima que pouco perdoa. Para além disto, acrescentam que os profissionais dos media muitas vezes sentem aborrecimento, frustração e sentimentos de falta de poder. Estas ideias em relação à precariedade da profissão são repetidas por Deuze e Witschge (2018: 171), onde denunciam que o *stress* e o esgotamento levam muitos profissionais a deixar a indústria, sendo que a precariedade e a cultura da falta de segurança profissional se tornaram uma das definições da experiência da “redação contemporânea”.

## 1.5.2 - Os públicos

Os públicos, apesar de não serem diretamente objeto de pesquisa neste estudo, são também de importante conceptualização, pois acabam por influenciar os jornalistas e as práticas do jornalismo. Em primeiro lugar, apontar que estas estão longe de um ser unitário, sendo altamente fragmentadas - é por isso importante pensar em comunidades de audiências (Villi, 2012), com diferentes expectativas. Esta diversidade de comunidades de audiências e expectativas existe também consoante diferentes culturas jornalísticas e é cada vez mais evidente que se formem à volta de estruturas sociais como a classe, a etnia, o género, a orientação sexual, entre outros (Hanusch e Banjac, 2019: 32). Estes autores explicam, segundo um estudo de Lindell e Sartoretto (2017: 16), que, por exemplo, a classe social influencia o valor que os jovens atribuem às notícias, as suas preferências noticiosas e padrões de consumo, sendo importante para a maneira em que o significado moral das práticas noticiosas é usado pelas audiências para construir e manter limites sociais. Neste sentido, a classe social e a socialização através da família e do sistema escolar influenciam a maneira com que os jovens acreditam na ordem normativa que perceciona o jornalismo como inerentemente bom, com valor e como algo compensador.

Ike Picone (2019: 146), concorda com esta visão das audiências como algo fragmentado. Citando Madianou (2009: 343): “[i]t becomes clear that the range of practices and habits associated with the term ‘audience’ have diversified to the extent that questioning the usefulness of the term audience seems justified (yet again)”. Este autor é apologista de uma substituição do termo “audiências” por “media user”, algo que argumenta como um termo que é “medium-agnostic”, sendo que, em primeiro lugar, não requer uma definição de pessoas em relação a um tipo específico de aparelho ou prática de media. Em segundo lugar, porque permite uma forma singular e plural, tornando o conceito mais escalável. Por último, por esta noção de “media user” lida com a relação linear entre produção, texto e audiência.

Outro ponto importante sobre as audiências, que se prende com a cada vez maior mutabilidade e efemeridade das notícias no contexto *online* (Zamith, 2019: 94), são as noções de imediatismo, que se refere à ideia de que os consumidores poderão ver o conteúdo imediatamente após este ser produzido, e à expectativa das audiências mais jovens de que o conteúdo estará atualizado na próxima vez que se fizer “refresh”. Outra ideia é a da interatividade, algo que se refere à habilidade dos indivíduos para formatar, em tempo real, a

forma e o conteúdo do material e do ambiente com que interagem, como por exemplo abrir ou fechar certos módulos de uma página, ou fazer parte da coprodução através dos comentários.

Neste sentido, argumentam Hanusch e Banjac (2019: 33) que o estudo do jornalismo digital deverá ter em conta esta relação entre os papéis do jornalismo e as concepções de audiências, e noutra vertente as diferenças sociais estruturais entre comunidades de audiências. Isto porque se tornará mais fácil medir a prominência das diversas comunidades de audiências; as suas diferentes expectativas; e quaisquer interconexões entre estas audiências, bem como a semelhanças entre as suas expectativas dos papéis jornalísticos. Os autores afirmam que se espera a prominência de certas comunidades e que as suas demandas serão diferentes consoante as nações, dependendo dos seus específicos contextos geográficos, políticos, culturais e históricos.

Por fim, é importante enquadrar a importância que estas (novas) audiências têm para os jornalistas, algo que afeta diretamente a prática do jornalismo. Vos e Ferrucci (2019: 43) afirmam que a importância de estar conectado com as audiências digitais é um dos fatores que constituem um ‘jornalista digital’. No entanto, a prática vai para além de reter audiências: os autores argumentam que a habilidade de um jornalista digital de criar *engagement* com as audiências tem a ver também com as responsabilidades democráticas do jornalismo, sendo que uma audiência engajada é uma audiência participativa nos debates públicos das suas comunidades. Os jornalistas digitais veem-se, assim, mais próximos do público do que outros tipos de jornalistas, sendo que este é especialmente o caso dos jornalistas que trabalham em organizações exclusivamente digitais – os quais percebem o seu estilo de reportagem como uma forma de conectar as pessoas sobre quem reportam. Existe ainda uma percepção entre os jornalistas de que a sua perspetiva da relação com o público é um fator importante no papel que desempenham – uma atividade que os faz ser melhores jornalistas: argumentam que, focando-se na interpretação dos factos, estão mais perto do espírito do verdadeiro jornalismo em comparação com os jornalistas dos media tradicionais.

## 1.6 - Ideologia e Economia

Duas últimas dimensões importantes para perceber e enquadrar o jornalismo digital são a economia e a ideologia, e como estas afetam as práticas uma da outra. Hanusch e Banjac (2019: 34), começam por argumentar que a chegada da era digital veio acompanhada por

quedas económicas dramáticas para as organizações de media *mainstream* em muitos dos países ocidentais, resultando numa taxa de desemprego sem precedentes. Este fator levou a condições de trabalho precárias para muitos jornalistas, bem como numa aposta no trabalho *freelance*, desvirtuando os limites tradicionais entre os departamentos editoriais e de publicidade. Levou também a um medo generalizado em relação ao papel de “Watchdog” do jornalismo, devido à falta de autonomia e confiança que trouxeram as baixas receitas monetárias (Siles e Boczkowski, 2012).

Victor Pickard (2019: 211), explora estes temas também em relação à ação governamental. O autor argumenta que, segundo a história e os debates atuais podemos concluir que os governos sempre estiveram envolvidos na prática do jornalismo – principalmente para o benefício das grandes corporações mediáticas. O autor aponta que estas corporações estão a concentrar e a replicar velhos padrões de relações de poder, sendo que, por exemplo, no caso Norte-Americano, novas organizações privadas como a *Vox Media*, *Vice Media* ou o *BuzzFeed*, são detidos e apoiados por grandes empresas mediáticas. Isto significa que, ao invés de uma descentralização de poder, as grandes corporações estão, na verdade, a ficar ainda maiores na era digital. É verdade que estas corporações (nomeadamente as presentes na bolsa) enfrentam maiores pressões comerciais do que, por exemplo, as empresas mediáticas privadas, devido a obrigações legais de maximizar o valor dos *shareholders* – algo que compromete os padrões de profissionalismo, preocupações democráticas e compromisso com as comunidades locais. No entanto, também as empresas privadas, e supostamente independentes, muitas vezes sucumbem ao mesmo tipo de pressões, devido à ação de empresas de investimento, muitas vezes ligadas a tipos de negócios que privilegiam uma agressiva procura do lucro. Estes fatores estruturais – uma dependência na publicidade, poucas políticas que corrijam os excessos comerciais, e a falta de estímulos públicos – combinam para criar um sistema mediático bastante sujeito às pressões comerciais. Afirma o autor que isto levou a vulnerabilidades e imparcialidades que criam uma tempestade perfeita para uma crise estrutural no jornalismo americano.

Quais são, então, as soluções económicas possíveis para o jornalismo digital? O autor aponta, como modelo mais comum, as *paywalls* ou modelos de subscrição. Outro modelo é o apoio dos cidadãos, *crowd-sourcing* ou *crowd-funding*, que se apoia nos meios dos leitores. Por último, expõe um modelo que tem ganho tração nos últimos anos: “benevolent billionaire/nonprofit/foundation-supported model”. Existem também os subsídios públicos, ainda que sejam os menos mencionados nesta discussão (Pickard, 2019: 215).

Existem, no entanto, outras abordagens em relação a este tema. Witschge e Harbers (2019: 66-67) exploram a realidade dos jornalistas empreendedores, que privilegiam a ideologia em relação à economia. Os autores explicam que para estes jornalistas digitais, a parte económica não é mais que um tema de fundo, sendo o foco das suas *start-ups* os valores jornalísticos, em vez dos comerciais. São então críticos dos modelos económicos dos media *mainstream*, baseados na atração de grandes audiências e na maximização das receitas de publicidade. Os autores, que entrevistaram para este artigo vários jornalistas digitais empreendedores, afirmam que estes têm bastante presente o contexto económico em que operam, e percebem a necessidade de sustento financeiro. No entanto, reclamam que este não é um objetivo em si, mas uma pré-condição para atingir os seus objetivos jornalísticos. Assinalam então, a importância das causas sociais, e se discutirem interesses económicos é no sentido de perceber como estes impedem ou facilitam os objetivos sociais das suas *start-ups*. Veem-se, deste modo, como alternativas necessárias aos media tradicionais, destacando elementos como “in-depth reporting”, bem como autonomia editorial, medida em termos de laços financeiros e independência em relação às suas agendas mediáticas. Argumentam que o jornalismo digital não implica necessariamente modos de consumo em que as pessoas só estão dispostas a ler artigos curtos e sem custos. Dito isto, os autores concluem que estes jornalistas não querem depender da publicidade para as suas receitas, exaltando, por outro lado, o valor que veem na ação independente.

Por fim, Pickard (2019: 217), deixa algumas questões relevantes para o futuro. O autor aponta falsas suposições que impedem a ação política e pública no sentido de resolver a crise jornalística: a primeira é o facto de o jornalista ser compreendido como mais um negócio no mercado e não um serviço público vital; a segunda é a de que o colapso institucional do jornalismo está para além de controlo, quase como um desastre natural; a terceira é a ideia de que as forças do mercado e as novas tecnologias irão juntar-se para salvar o jornalismo (algo bastante paradoxal, sendo a Internet muitas vezes vista como um dos fatores principais desta crise). O autor argumenta, por fim, para uma necessidade de olhar para o jornalismo como um bem público, algo necessário para a sociedade e acima de interesses económicos.

Neste primeiro capítulo foi analisada a área do jornalismo, com algum enfoque no jornalismo digital, um tema essencial para a compreensão dos temas a ser tratados e estudados

na presente dissertação. Como foi já afirmado, o jornalismo é um dos conceitos nucleares deste estudo, e, como tal, é necessário explicitar definições e funções em relação à sua prática. Assume-se, então, em termos gerais, o jornalismo como uma realidade mediada (Mcnaair, 2005: 30). Percebemos também que este é um resultado tanto das políticas económicas, como dos elementos culturais vigentes em determinado grupo ou sociedade, e que satisfaz as expectativas dessa cultura. Entende-se, também, que o jornalismo não escapa à sociedade de plataforma em que vivemos, e que se encontra em constantes processos de agregação e desagregação, resultado das mudanças tecnológicas e culturais que têm acontecido nos últimos anos.

Definiu-se também o conceito de jornalismo digital, que se assume como todo o jornalismo produzido e disseminado através das diferentes plataformas media (Santos Silva, 2015: 84-85), e que é definido por alguns fatores como: a hipertextualidade; multimedialidade; interatividade; instantaneidade; ubiquidade; personalização; e uso da memória como ferramenta da prática jornalística (Canavilhas, 2014: 1-2).

Estes elementos, como alguns outros referidos ao longo do capítulo, são, então, fundamentais para um estudo correto dos media alternativos em Portugal, bem como os papéis jornalísticos que estes desempenham, oferecendo uma base de entendimento sobre a temática do jornalismo, e do jornalismo digital.

## Capítulo 2 – Papéis do Jornalismo

No segundo capítulo do enquadramento teórico analisar-se-á a teoria dos papéis do jornalismo, enquadramento este que é central no estudo pretendido. Será usada, como referência, a obra *Normative Theories of the Media – Journalism in Democratic Societies* (2009), dos autores Clifford G. Christians, Theodore L. Glasser, Denis McQuail, Kaarle Nordenstreng e Robert A. White, que fazem a distinção normativa entre os quatro diferentes papéis do jornalismo em democracia: Colaborador, Facilitador, Monitor e Radical. Inicialmente realizar-se-á uma breve revisão histórica dos papéis do jornalismo, para depois se explicitar o papel facilitador, monitor, radical e colaborador, bem como as suas dimensões.

Christians et. al. (2009), no prefácio do seu livro, fazem a referência à obra *Four Theories of the Press* (1956), de Fred Siebert, Theodore Peterson, and Wilbur Schramm, como a mais conhecida obra nesta área de estudo, argumentando, no entanto, que a obra está ultrapassada, e não tem sucessores óbvios. Uma preocupação constante foi a insuficiência do paradigma do *Four Theories of the Press* (1956), que não estava aberto a uma série de tradições de valores e filosofias sociológicas que acompanham a comunicação em todo o mundo. As suas tipologias, e as variações que inspirou, favorecem os poderes industrializados do ocidente e tendem a institucionalizar e justificar os grandes desequilíbrios da ordem global da comunicação nos dias que correm. Neste sentido, a intenção dos autores da obra *Normative Theories of the Media – Journalism in Democratic Society* (2009) não foi só rever e complementar as *Four Theories of the Press* (1956), mas também apresentar uma nova abordagem às teorias normativas dos media.

Os autores Hanitzsch e Vos (2018: 147) realizam uma extensa revisão histórica sobre a teoria dos papéis do jornalismo. Começam por explicar que as conceptualizações mais antigas das funções do jornalismo, como os papéis de vigilância, correlação, transmissão e entretenimento, continuam a servir como espinha dorsal das discussões normativas. A tradição analítica terá ido nas mesmas direções, onde muitas vezes se distinguia os jornalistas agindo como disseminadores, interpretadores, adversários ou mobilizadores sociais. Esta tradição analítica começou por distinguir o trabalho dos jornalistas entre os papéis neutros ou participantes, mais tarde adicionando-se os papéis de *gatekeeper* e *advocate*. Mais tarde, já na segunda década do século XXI, entende-se que os papéis de disseminadores, analistas e *watchdog* seriam os mais valorizados entre os próprios jornalistas. Argumentam os autores que, apesar dos papéis do jornalismo serem transversalmente importantes entre as organizações e os diferentes tipos de sociedades, a tradição analítica terá produzido uma longa lista de papéis

que raramente se realizam totalmente na prática, sendo que a maior parte dos estudos e definições nesta tradição é maioritariamente descritivo e escasso em termos teóricos.

Sendo assim, e numa tese apoiada por Christians et al. (2009), a maior parte dos autores identifica as funções do jornalismo materializadas na vida social: observação e informação; participação na vida pública através do comentário, conselho e *advocacy*; e a abertura à diversidade de fontes. Os jornalistas performatizam os papéis de fornecer vigilância, formar opiniões, estabelecer agendas, agir como *watchdogs*, como mensageiros e informantes do público, e ter um papel ativo e participante na vida social. Os mesmos autores apresentam a sua classificação normativa que distingue os já mencionados quatro papéis fundamentais do jornalismo: colaborador, facilitador, monitor e radical.

Tanja Aitamurto e Anita Varma (2018: 698) fazem considerações sobre o trabalho de Christians et al.(2009), argumentando que a taxonomia dos quatro papéis normativos do jornalismo oferece um esquema organizacional instrutivo para melhor entender os limites entre os papéis normativos e a relação do jornalismo com os conceitos de *advocacy* e *social progress*. Nas palavras destes autores, o papel monitor almeja informar o público mantendo-se atento aos agentes que estão no poder, de modo a traduzir e interpretar as ações destes para o público. Estão, então, orientados para melhorar a transparência, e procuram assegurar que os agentes de poder não conseguem perpetuar males “in darkened corridors of power” (Aitamurto, Varma, 2018: 698); O papel facilitador, por outro lado, promove a deliberação pública entre as pessoas numa sociedade. Em vez de informar sobre os agentes de poder, este papel age como moderador de deliberação, construindo uma arena para o debate público, e encorajando a participação pública; em contraste, o papel radical do jornalismo vai às raízes das relações de poder na sociedade, de modo a realizar uma crítica sistemática contra as estruturas sociais que subjagam as pessoas. Este papel não procura simplesmente informar ou facilitar o discurso, mas sim condenar ativamente estruturas sociais que possam perpetuar a dominação e opressão; por último, o papel colaborativo trabalha harmoniosamente com instituições externas. Este papel colaborativo implica relações entre os media e o estado, construídas com base na confiança mútua e um compromisso partilhado. Estes quatro papéis não são mutuamente exclusivos, mas clarificam os motivos, ideais e princípios orientadores distintos, e muitas vezes contraditórios, do jornalismo.

## 2.1 - Papel Facilitador

Começando, então, pela análise do papel facilitador do jornalismo, importa dizer que este papel tem as suas raízes na tradição democrática do republicanismo cívico. Os media refletem a ordem política em que estão situados, e a lógica da intermediação da vida pública é primordial no contexto da democracia cívica. Nesta perspetiva, apenas dentro de comunidades ativas conseguimos descobrir interesses que sozinhos não conseguiríamos. Considera-se que a opinião pública surge da deliberação, e nunca é antecedente a esta. Assim, em vez da agregação de preferências pessoais geradas pelo indivíduo, a opinião pública constitui uma sabedoria coletiva baseada no debate aberto. A democracia cívica entende a comunidade como constituída pela interação, sendo que a comunicação pública cultiva interesses partilhados e objetivos comuns (Christians et al., 2009: 158).

No seu papel facilitador, os media promovem o diálogo entre os seus cidadãos através de comunicação que os envolve de uma maneira em que estes sejam participantes ativos. Nos termos facilitadores, os media apoiam e fortalecem a participação da sociedade civil para além do estado e do mercado. De uma forma consistente com o carácter normativo dos seus papéis, os media não reportam apenas nas associações e atividades da sociedade civil, mas procuram enriquecê-las e melhorá-las. Os cidadãos são levados a sério no que toca à clarificação e resolução dos problemas públicos. O objetivo deste modo interativo é o pluralismo democrático. Assim, ao invés de insistir no consenso artificial ou numa opinião pública uniforme, os media no seu papel facilitador promovem um mosaico de culturas e perspetivas diferentes, tendo assim responsabilidade em relação aos paradigmas morais partilhados que orientam a sociedade em que operam (Christians et al., 2009: 158-159).

Este papel tem quatro dimensões internas desenvolvidas pelos autores, importantes para percebermos a sua ação: Deliberação; Sociedade Civil; Contexto cultural; Pluralismo.

### **Deliberação**

O Papel facilitador dos media tem as suas raízes e promove a democracia deliberativa. Na política deliberativa o público articula os seus pedidos em termos que são acessíveis para os outros, em vez de os manter na privacidade da sua própria mente. Os media facilitam o processo de negociação entre as agendas sociais, políticas e culturais. A deliberação é aberta a um vasto leque de evidências e respeitosa de perspetivas distintas, sendo também racional no pesar dos dados disponíveis e disponível para considerar possibilidades alternativas.

Rompendo com o ideal ocidental do jornalismo objetivo, a comunicação com o foco no desenvolvimento identifica as maneiras em que os cidadãos podem agir por si mesmos. Estes

media promovem a comunicação participativa entre cidadãos comuns e respondem às necessidades destas pessoas, em vez de aos interesses das elites governamentais. Os jornalistas são vistos como um participante de comunidades ativas, comprometidos com o entendimento concreto das suas comunidades. Assim, no papel facilitador, os praticantes dos media não reduzem os problemas sociais a problemas administrativos e financeiros da classe política, mas ajudam o público a perceber as suas experiências do dia-a-dia. O seu objetivo é promover informação e discussão que mova o público para julgamentos e ações com sentido, e demonstram formas de textualidade que tornam cidadãos em leitores, e leitores em pessoas que tomam ações democráticas no mundo (Christians et al., 2009: 159-163).

### **Sociedade Civil**

Os media facilitam a sociedade civil, apoiando e fortalecendo ativamente a participação democrática nas organizações para além do Estado e do mercado. A deliberação, neste sentido, inclui todas as associações cívicas, profissionais e culturais. Dizem os autores que esta é uma declaração normativa, sendo que os media não reportam apenas as instituições e atividades da sociedade civil, mas procuram promovê-las e melhorá-las. Argumentam os autores que as democracias saudáveis dependem de sociedades civis enérgicas, capazes de impor assuntos e perspectivas para a agenda pública, isto porque a esfera pública é constituída pela sociedade civil.

A sociedade civil não é, então, apenas as redes humanas que existem independentemente (ou não) ao estado político, sendo a composição do próprio Estado e da sociedade civil uma relação complexa, ao invés de estarem em oposição. Políticos, militares e burocratas pertencem eles próprios a igrejas, clubes ou associações culturais, não tomando decisões em nome de um estado que esteja longe dos interesses da sociedade civil. Apesar disto, os autores deixam o aviso de que a sociedade civil não é uma arena ideal, livre de coerção (Christians et al., 2009: 163-166).

### **Contexto cultural**

Os media facilitam as condições culturais da vida democrática. A cultura oferece o ambiente em que a autonomia e os direitos ganham sentido. A identidade humana é constituída através do espectro sociocultural. As culturas são, assim, as crenças e costumes coletivos com que comunicamos, sendo então o contexto fundamental onde se realizam escolhas políticas. No seu papel facilitador os media não enfatizam apenas instituições como museus, bibliotecas, sistemas educativos ou transmissões públicas. O seu foco não está apenas na música, cinema,

televisão, revistas, teatro ou as artes, e não reportam apenas feriados nacionais ou aniversários institucionais. Isto porque a cultura é também uma dimensão crucial da cidadania que requer estímulo e reflexão.

A comunicação é o agente catalítico e a força principal na formação de cultura. Como tal, os media não são fornecedores neutros de informação, mas agentes de enculturação, onde todos os modos simbólicos são construtores de cultura. Sendo assim, o papel facilitador está dedicado a compreender as possibilidades e desafios da linguagem em relação à humanidade. O papel facilitador promove, assim, discussão sobre estas características e ideais sociais. No entanto, a vida pública não pode ser facilitada apenas em termos técnicos, e os jornalistas devem falar sobre os problemas morais em discursos morais apropriados, e quando criticam relações injustas, devem fazê-lo em termos de valores comuns aceites pela comunidade. Neste sentido, os profissionais mediáticos participam no processo comunitário constante de articulação moral (Christians et al., 2009: 166-170).

### **Pluralismo**

Os media facilitam o pluralismo na sociedade. O papel facilitador dos media, sob as condições sociais contemporâneas, não pode ter o objetivo de criar uma opinião pública uniforme, mas sim um mosaico multicultural que propicie uma governância multifacetada. A função dos media na facilitação cultural do pluralismo não deve ser reduzida à resolução de disputas políticas, visto que o fomento do pluralismo cultural opera num nível mais profundo (lidar com o *status* político de culturas minoritárias, por exemplo, envolve diferenças fundamentais em termos de suposições morais e processos políticos). Neste sentido, os media facilitam um discurso público que tenha todas as interpretações em conta, sem ter como objetivo a convergência de um ponto de vista abstrato. Nenhuma norma de razoabilidade é pressuposta, e a deliberação vai para além de trocas e conceções que comprometam as crenças dos indivíduos.

Os media também têm um papel estratégico na facilitação da dinâmica e da deliberação pluralista em relação a subculturas minoritárias. Reconhecer a estrutura dialógica e interativa da deliberação é importante no entendimento correto do papel facilitador dos media. Os requerimentos de diálogo são o reconhecimento mútuo das liberdades deliberativas dos outros, a abertura à revisão das crenças próprias, e a cooperação continuada na deliberação pública, mesmo tendo em conta desacordos constantes. O pluralismo presume uma forma democrática dinâmica em que a esfera pública não é uma estrutura, mas um processo de coletivos em

mudança e emergência. De forma a manterem-se democráticas, as sociedades precisam de ser abertas a renovações populares e a novos movimentos sociais (iniciativas ecológicas, organizações étnicas, reformas educacionais, campanhas feministas, etc). O pluralismo como ideal normativo descobre as vozes dos excluídos e dos marginalizados. O papel facilitador é, então, uma resposta ao facto de que as vidas humanas são complexas culturalmente e carregadas de interpretações múltiplas.

O desafio fundamental dos media no seu papel facilitador é o de criar consciencialização - ajudar os cidadãos a ganhar as suas próprias vozes e a colaborarem nas transformações da sua cultura. A luta semiótica vinda de baixo oferece uma ética de resistência contra a incorporação de pessoas nas categorias ideologicamente dominantes, e as narrativas mediáticas devem refletir todas estas complexidades (Christians et al., 2009: 170-176).

## 2.2 - Papel Monitor

As bases teóricas para o papel monitor do jornalismo são fornecidas inicialmente por Harold Lasswell (1948), ao descrever a função básica de toda a comunicação como vigilância, referindo-se ao processo da observação de um ambiente extensivo à procura de informação relevante acerca de eventos, condições, tendências e ameaças. De facto, esta vigilância sugere não só uma observação, mas uma observação planeada e de uma maneira sistemática, guiada por critérios de relevância e confiabilidade. Os autores Christians et al. (2009: 139) usam um termo mais geral e neutro – monitor. Este termo enfatiza o carácter aberto da atividade e a sua intenção de beneficiar os recetores de informação, ao invés dos agentes de informação ou controlo. Este papel monitor cabe num modelo mais antigo de mediação em que os media intervêm entre os eventos e as fontes, por um lado, e os indivíduos, por outro. Neste sentido, os repórteres atuam como agentes duplos de comunicação, servindo, ao mesmo tempo, as fontes e as necessidades informacionais do público. O sentido mais básico do termo monitor é o de um escaneamento organizado do mundo real em termos das pessoas, condições, eventos e fontes de informação potencialmente relevantes. Um segundo sentido é o da avaliação e interpretação, guiado por critérios de relevância, significância e os paradigmas normativos da arena pública.

Poderá ser tentador, ao interpretar o trabalho jornalístico, focarmo-nos na atividade central de coleccionar e disseminar informação acerca dos eventos do mundo, e equacionar isto

com o papel monitor e com a ideia da objetividade jornalística. No entanto, segundo os autores, esta visão é bastante restrita. Os media têm este elemento nuclear, mas conectam-se com outras atividades e perspectivas menos neutras. Em primeiro lugar, não é provável que a informação seja adequada sem uma seleção com algum julgamento e interpretação direta, o que abre, inevitavelmente, a porta à subjetividade. Em segundo lugar, o papel monitor está perto do papel de *watchdog*, ou “guardian of public interest”, visto que um dos critérios para a monitoração seletiva é o desejo de proteger o público. Em terceiro lugar, a atividade monitora também se estende à prática do jornalismo investigativo, que requer a identificação de um problema e uma procura ativa por provas, ao invés de uma simples coleção e disseminação do que já está previamente disponível. Tal dificilmente é atingível sem um engajamento pessoal e sem existirem claros julgamentos de valor, mesmo quando não os defendendo claramente (Christians et al., 2009: 142).

Apesar da elasticidade do conceito monitor, é possível diferenciá-lo de outros papéis do jornalismo. Um deles é o do compromisso, ou “advocacy” partidária. Neste caso, a informação oferecida será, provavelmente, parcial, visto que procura selecionar e interpretar as notícias consoante uma perspectiva dominante, ou em nome de uma causa ou grupo. O mesmo se pode dizer acerca das funções dos media de mobilização ou campanha em nome de um certo objetivo. Outros dois papéis claramente distintos são os de *entertainer* ou “forger of social consensus”. No entanto, não existe um consenso universal em relação ao que significa a prática central do papel monitor, uma vez que existem diversas variantes e estilos no corpo da ética profissional, e existem também falhas e fraquezas que se levantam do facto do jornalismo muitas vezes não ser independente dos seus media e proprietários (Christians et al., 2009: 142-143).

Este papel é essencial para manter a responsabilidade dos governos em relação ao público, e a segurança e vitalidade da esfera pública. Os processos de eleições democráticas tomam por garantido que os media circulam livremente informação acerca das ações, problemas e políticas governamentais que afetem o público, bem como sobre os candidatos. Estas são condições necessárias para a democracia. Como nota, os autores afirmam que, ao manter os princípios da objetividade, os repórteres investigativos clamam a aplicação da avaliação noticiosa ao invés dos julgamentos de valores. Vêm-se a si próprios como monitores da sociedade no geral, não agindo por ideologia ou parcialidade (Christians et al., 2009: 144).

Onde se identifica, então, principalmente, o papel monitor? Segundo os autores, está mais apto para as democracias liberais-pluralistas, onde se presume que todos os cidadãos necessitem de informação relevante para as suas circunstâncias. Outros modelos de democracias não conseguem operar sem alguma versão do papel monitor, mas normalmente com ênfases e objetivos diferentes (Christians et al., 2009: 152).

Os autores apontam, também, algumas barreiras para a prática do papel monitor, mesmo em sociedades abertas e bem organizadas. Um primeiro obstáculo refere-se ao acesso à informação que não é de domínio público, seja esta detida pelos governos, ou organizações privadas. Um segundo problema surge dos constrangimentos de publicar informação acerca das condições económicas das operações mediáticas. Para além das pressões comerciais para a maximização das audiências, existe outro problema central: a mediatização, onde o critério do valor de notícia e forma de apresentação são cada vez mais governadas por media sedentos de uma boa história, ou de boa televisão. A literatura acumulada sobre as práticas e *performance* dos media parece apoiar a visão de que o papel monitor é realizado apenas de maneira seletiva. No entanto, as explicações para estas falhas são várias, especialmente em termos da economia mediática. Não é, então, necessário recorrer a críticas que condenem toda a ideia da vigilância mediática e a empurrem para o espectro da ideologia, propaganda ou mistificação. Diferentes media têm diferentes objetivos, e as instituições mediáticas têm-se tornado especializadas de acordo com a sua escolha do setor de mercado. Isto significa que, por um lado, cada *medium* pode justificar ser seletivo na sua vigilância, com o argumento de que outros media cobrirão outros eventos. Na prática, no entanto, nem todo o espectro dos eventos é coberto, e existe uma repetição excessiva à medida que os media tentam agradar aos mesmos consumidores mediáticos. Conclui-se, então, que no papel monitor, os media são primeiramente um negócio primeiro e depois uma instituição social (Christians et al., 2009: 153-154).

O papel monitor do jornalismo tem três dimensões internas bastante importantes para a sua perceção e para o seu estudo: A objetividade jornalística; A responsabilidade; e o Poder.

### **Objetividade**

A maior parte do consenso pode ser encontrada, especialmente entre os jornalistas profissionais, na ideia de uma comunicação neutra e objetiva dos eventos que ocorrem. Neste caso, neutro significa equilibrado, desinteressado e imparcial. Objetividade refere-se a factos verificáveis, e comunicação refere-se a contar histórias “sem verniz” de uma maneira não emotiva. Nesta visão, o observador-repórter não é mais que uma extensão dos sentidos dos

membros do público. Se aceitarmos as suposições principais acerca da possibilidade e desejo pela informação - definidas como comunicação objetiva – como o paradigma dominante dos media, o papel monitor parece ser o mais apropriado para a democracia, sendo, assim, apropriado para democracias liberais e individualistas, mas particularmente para formas democráticas deliberativas e participativas (Christians et al., 2009: 147-149).

### **Responsabilidade**

No seu papel monitor, os media têm uma responsabilidade primordial para com as suas audiências, clientes e fontes. O fluxo da informação é largamente autorregulado, com os profissionais motivados para servir as suas audiências, e as audiências consideradas capazes de julgar por si próprias a qualidade da informação ou avisos que recebem (Christians et al., 2009: 149-150).

### **Poder**

A relação dos media com o poder (social, económico e político) molda, inevitavelmente, a performance do papel jornalístico. Os critérios de relevância das notícias são em parte definidos pelo poder das fontes, ou pelo poder de quem se reporta. Um problema central para a democracia é o da independência dos media em relação às forças dominantes da sociedade. No geral, no ocidente identifica-se os media livres como necessariamente independentes do poder estatal e com alguma independência dos agentes de poder económico. Sem estas condições, o papel monitor não consegue servir as pessoas, mas apenas os interesses dos agentes no poder. No entanto, vários graus de separação com o poder são encontrados, variando entre separação e neutralidade, a cooperação com a autoridade. Se o jornalismo dá informação aos agentes de poder e aos ou grupos dominantes quando pratica o papel monitor, tal implica que esta visibilidade possa ser usada como vantagem para esses agentes de poder (Christians et al., 2009: 150-151).

## **2.3 - Papel Radical**

O papel radical dos media e do jornalismo insiste na absoluta igualdade e liberdade de todos os membros da sociedade democrática de um modo intransigente. Procura transformar sociedades baseadas no princípio do mercado competitivo e os seus grandes desequilíbrios de riqueza, educação e acesso à informação. O papel radical do jornalismo trabalha para garantir que nenhuma injustiça é tolerada, o compromisso radical democrático procura a contínua

eliminação das concentrações de poder social, de modo a que todos os indivíduos participem de maneira igual em todas as decisões sociais. Profissionalmente, os jornalistas são encorajados a contribuir nas mudanças estruturais das instituições sociais existentes.

O papel monitor normalmente toma como garantidas as estruturas de poder e oferece informação sistemática necessária para que as configurações sociais atuem. Por outro lado, o papel radical reconhece que os agentes de poder impedem o fluxo de informação para que grupos menos influentes possam ter a informação de que precisam. O jornalismo radical procura mobilizar as minorias na articulação de conjuntos de objetivos alternativos que representem as necessidades e pedidos morais de todos, especialmente os marginalizados. O papel dos jornalistas é, então, desafiar as injustiças perpetuadas pelas alianças hegemónicas, e propor novas ordens de poder, apoiando movimentos que se oponham às injustiças (Christians et al., 2009: 179).

O papel radical também está do lado daqueles que desenvolvem formas de resistência e advocacia contra os agentes de poder dominantes. Sendo assim, os media radicais são, por definição, partidários. O papel radical reconhece que os menos privilegiados podem estar, ou não, preocupados com o desequilíbrio estrutural existente. Quando estão preocupados, constituem uma força social ativa para a emancipação e empoderamento – seja essa força moderada para a reforma sistémica ou revolucionária para o derrube do sistema. Quando, por outro lado, não estão preocupados ou são indiferentes à mudança, assume-se que terão sido socializados para uma passividade ou falsa consciência. Neste caso, o processo de emancipação deve ser provocado por ativistas ou movimentos minoritários. Estes centros de empoderamento e emancipação recorrem, muitas vezes, aos media alternativos, aos media comunitários, ou a outras formas de expressões oposicionais, fora da órbita dos media *mainstream*. Neste sentido, existe um contínuo de graus de oposições dos media às estruturas de poder. De facto, alguns media alternativos ou comunitários representam versões tão suaves de radicalismo que poderiam ser colocadas na categoria do jornalismo facilitador. Admitidamente, existe uma área cinzenta entre os papéis facilitador e radical (Christians et al., 2009: 179-180).

Radical, aos olhos dos autores, refere-se à perspetiva que vai às raízes das relações de poder nas sociedades, desafiando a hegemonia dos que estão no poder e oferecendo visões alternativas para as estruturas da sociedade como um todo. Não se usa o termo “crítico” para definir este papel oposicional dos media, porque algum grau de distância crítica das estruturas de poder também é um pressuposto dos papéis monitor e facilitador. Neste contexto, o

jornalismo no papel radical procura a redistribuição do poder social dos privilegiados (os poucos) para os não privilegiados (os muitos). Numa divisão de ideologias em três distintas categorias – conservadora, reformistas, e revolucionária – lida-se com uma ideologia revolucionária (enquanto o papel colaborador representa uma ideologia conservadora, e os papéis facilitador e monitorial representam ideologias reformistas) (Christians et al., 2009: 181).

Historicamente, a ideia do papel radical leva-nos a Marx, e a sua evolução de um reformista social-democrata, para uma comunista revolucionário, sendo que lidamos, então, com uma ‘teoria Marxista do jornalismo’. Uma parte essencial deste radicalismo é capturada pelo “ruthless criticism” (Christians et al., 2009: 183). Vários outros autores vieram, depois, contribuir para estas definições. Os autores apontam Antonio Gramsci, com as noções de ideologia, hegemonia e contrahegemonia, e a escola de Frankfurt de Adorno, Benjamin, Horkheimer e outros, que introduziram os conceitos de indústrias culturais como veículos para a diversão da energia criativa para o serviço do comercialismo. Habermas (1989), adicionou a estas ideias que a esfera pública da burguesia progressista, que a certa altura promoveu o avanço do debate público, teria sido substituída pelas influências ‘coloniais’ dos poderes corporativos. A mesma linha de pensamento foi sugerida por Althusser (1984), com a noção de “ideological state apparatuses”, afirmando que os media e o jornalismo eram formas de maquinaria ideológica, determinadas a servir os interesses das classes – especialmente os das classes burguesas. O neo-marxismo enfatizou, então, os males do capitalismo. A abordagem radical dos media – incluindo o papel radical do jornalismo – ficou assim conhecida como um movimento proativo para a mudança. Assim, o marxismo no geral e a economia política em particular vieram preencher um vazio de teorias e valores. Paralelo a estes desenvolvimentos, os estudos culturais emergiram como outra variante da tradição radical. Sumarizando os altos e baixos da tradição radical, James Curran situa-a contra a tradição liberal (Christians et al., 2009: 182-183).

Uma perspetiva global para o pensamento radical foi aberta pela ideia de uma nova ordem internacional nos anos de 1970, com o objetivo de ‘descolonização’ das economias nacionais, bem como dos sistemas mediáticos e culturais no mundo em desenvolvimento. Mais tarde, os elementos do radicalismo numa “postmodern turn” vieram oferecer perspetivas interessantes, começando pela substituição de “classe” por “informação” como o fator determinante para entender as sociedades, e acabando com a emergência das culturas híbridas, bem como novas abordagens de moralidade e ética (Christians et al., 2009: 186). O processo

de globalização, acompanhado por doutrinas neoliberais que desafiam os valores humanitários e comunitários que costumavam alimentar o radicalismo tradicional, provou a formação de uma nova perspectiva contemporânea de radicalismo: a reação na forma do movimento de antiglobalização, com uma estratégia de empregar novas tecnologias de comunicação e informação, particularmente a Internet. No entanto, passado alguns anos surgiam já críticas em relação aos *new media* e à era digital, com as críticas de que os *new media* “perversely allow people to just live in their little worlds, and not be exposed anymore to the conflicting ideas that characterize the agonistic public space. New media are making it possible to only read and listen to things that completely reinforce what you believe in”, como afirma Chantal Mouffe (Carpentier and Cammaerts 2006: 968).

Resumindo, e apesar das críticas, pode afirmar-se que a era digital contribui com dois tipos de elementos para a tradição radical: primeiro, as tecnologias de informação e comunicação foram integradas em movimentos já existentes; em segundo, estas tecnologias podem também fornecer alguns sítios genuinamente novos para o pensamento e ação radical (Christians et al., 2009: 186).

Depois desta excursão pela tradição crítica/radical dos estudos dos media, é claro que uma definição simples do papel radical do jornalismo é impossível. O significado de radical é um típico ‘depende’, neste caso não só da natureza dos media em questão, mas também da natureza da sociedade em questão. Por um lado, a noção tradicional dos media radicais situa-os como instrumentos de movimentos revolucionários dirigidos às estruturas de poder. Por outro lado, as mais recentes formas de media radicais são definidas por John Downing (2001) como media geralmente de pequena escala e com diferentes formas, que expressam visões alternativas às políticas, prioridades e perspectivas hegemónicas. Por servir, então, as pessoas na sociedade que se opõem ao *establishment*, por não terem uma participação suficiente na esfera pública, pode dizer-se que o papel radical tem, segundo os autores, um tom popular e neste sentido, está bastante distante das grandes estruturas institucionais como o Estado. É o papel radical tipicamente desempenhado através de vários media alternativos, executados por diferentes elementos da sociedade civil fora dos partidos políticos estabelecidos, sindicatos e associações profissionais (Christians et al., 2009: 189).

Desde o início do milénio, o fenómeno dos media alternativos tem ganho maior atenção, devido a desenvolvimentos tanto no mundo político, como no mediático. No mundo político, as instituições estabelecidas têm perdido a sua credibilidade entre o eleitorado. No mundo

mediático, a paisagem é caracterizada por duas tendências contraditórias: a concentração de propriedade e a descentralização de operações baseada nas tecnologias digitais, particularmente a Internet. Clemencia Rodriguez (2001) adiciona a esta ideia, falando de media dos cidadãos ao invés de media alternativos, inspirados tanto pelas perspectivas da NWICO (*new world information and communication order*) e por vários exemplos de povos indígenas e outros grupos *grassroots* que tomam as rédeas dos seus próprios media e criam algo que pode ser visto como um movimento global de media comunitários. Esta autora evita o dualismo dos media alternativos – entre “top-down institutional media (bad)” e “bottom-up popular media(good)” (Christians et al., 2009: 190) - revertendo às ideias de “sense-making” de Brenda Dervin e Robert Huesca (1997); de “hybrid cultures” de Jesus Martin-Barbero (1993); e de “radical democratic citizenship” de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985). Uma lição crucial destas reflexões é que nem os media alternativos, nem os media dos cidadãos, devem ser vistos mecanicamente como fenómenos binários, mas dinamicamente como fenómenos híbridos, compostos por elementos múltiplos. Um paradigma similar, conhecido como “subaltern studies”, emergiu nos anos de 1990 no Sul da Ásia e na América Latina. Estas são verdadeiras escolas radicais de pensamento, num espírito de militância académica de “por a nossa fé nos projetos dos pobres”. Apesar de não terem produzido variantes específicas da teoria dos media radicais, fornecem exemplos do ambiente intelectual que está à volta daqueles que perseguem o papel radical do jornalismo. Por último, apontar também os estudos feministas, focados nas desigualdades estruturais presentes nas relações sociais baseadas no patriarcado (Christians et al., 2009: 190-191).

Como última nota, vale a pena afirmar que o papel radical dos media encaixa melhor na tradição da participação dos cidadãos. As tradições da responsabilidade social, e libertária, também podem apresentar dimensões radicais sob certos contextos, mas não existe grande espaço para o papel radical na tradição corporativista, que funciona com o objetivo do consenso e da união orgânica. Relacionando o papel radical com as tradições democráticas, tem o seu papel natural dentro dos modelos da democracia deliberativo, cívica e direta. Ambos os modelos contam com a troca de visões contraditórias baseadas na sociedade civil, ao invés das estruturas institucionais. Por outro lado, os modelos democráticos pluralistas e administrativos não deixam muito espaço para a abordagem radical, visto que estão os dois baseados numa lógica de preservar, ao invés de desafiar a ordem predominante (Christians et al., 2009: 195).

O papel radical pode ser, então, visto como uma segurança para a democracia, e o jornalismo radical permanece um elemento vital da democracia. Acresce referir que o papel

radical do jornalismo é composto por três importantes dimensões internas, que serão explicitadas daqui para a frente: o Poder; a Comunidade; a Legitimidade e Responsabilidade.

## **Poder**

O papel radical sustém uma relação opositora e antagónica com as forças dominantes, oferecendo canais e perspetivas alternativas àquelas que refletem a hegemonia política, económica e cultural. Outra questão para entender o papel radical dos media prende-se com a natureza do poder, algo que nos leva à contradição entre as tradições radicais e liberais. Como demonstrado por Curran (2002), a variante do marxismo que vê o poder diretamente determinado pela economia é demasiado limitador, mas é igualmente redutor não olhar para a economia como uma fonte de poder, sendo que este é um fator que deve ser levado com seriedade.

É importante perceber que existem duas noções de poder fundamentalmente diferentes: a perspetiva anglo-saxã e a perspetiva Marxista-Hegeliana. A tradição anglo-americana, baseada em Thomas Hobbes, segue a metáfora de Galileu de um universo de objetos que se movem livremente, onde se incluem os seres humanos com livre-arbítrio e a ausência de impedimentos externos. Nesta tradição, poder significa a intervenção contra o livre-arbítrio. A tradição Marxista-Hegeliana segue a filosofia Kantiana, que vê os seres humanos determinados por leis da natureza e pela razão moral. A liberdade, nesta tradição, é baseada na capacidade moral e racional dos seres humanos, significando autonomia da natureza. Nesta ontologia Marxista-Hegeliana, o poder não é um obstáculo que distrai o movimento natural, mas sim um instrumento essencial para garantir a ordem e moralidade na sociedade civil e no Estado. A abordagem radical pertence, normalmente, a esta última tradição (Christians et al., 2009: 192).

A tradição libertária define política como um jogo entre indivíduos atomísticos, onde a tradição Marxista-Hegeliana entende política como uma parte orgânica da sociedade, onde o poder não é uma relação entre dois indivíduos, mas um instrumento de justiça no processo de autocontrolo da sociedade. Outros autores adicionaram a estas ideias, afirmando que o poder não é algo que possa ser detido por alguém, mas algo ubíquo, num “ever-changing flow”. Tal noção de poder oferece desafios ao papel radical. Enquanto na conceção tradicional Marxista de poder social estão associados poder, hegemonia política e económica de uma classe social, na outra noção o poder não pode ser atribuído a uma posição social em particular. O radicalismo, sob tais condições, não significa a exposição de uma fonte de poder claramente identificável, mas a visão de uma condição estrutural omnipresente, ou seja, uma parcialidade

construída no fabrico sociocultural. Assim, os que perseguem o papel radical do jornalismo pertencem a esta tradição intelectual com uma visão holística da sociedade e uma noção de poder como omnipresente (Christians et al., 2009: 191-193).

### **Comunidade**

O poder é tipicamente exercido numa dada comunidade, mas as duas tradições já discutidas têm visões fundamentalmente diferentes da natureza da comunidade. A tradição anglo-americana concebe uma comunidade como um conjunto de indivíduos que procuram os mesmos interesses pessoais. A tradição alemã concebe a comunidade como um coletivo de indivíduos que estão juntos por um exercício de razão, moralidade e interesses comuns. Quanto ao papel radical do jornalismo, a comunidade é bastante recetiva a esta prática, tal como é ao papel facilitador. Grande parte dos media radicais são criados, ou apoiados, por uma comunidade – seja geográfica, ou baseada em interesses comuns (Christians et al., 2009: 193-194).

### **Legitimidade e Responsabilidade**

Ser radical numa sociedade significa libertar-se das amarras da confiança mútua com os outros, excetuando os outros que pertencem ao mesmo grupo radical. Sendo assim, o papel radical do jornalismo não procura a legitimidade total na sociedade, uma vez que é vista por muitos como subversivo ou inquietante. No entanto, os media e jornalistas radicais consideram a sua posição opositora como altamente legítima, onde a sociedade é vista como ilegítima. Esta situação significa que o papel radical não aceita responsabilidade para com a sociedade ou o Estado. Apesar disto, conceptualmente, o papel radical não deixa de ser uma reação aos poderes hegemónicos, sendo que tais radicalismos são impensáveis na ausência de uma estrutura de poder dominante. Por esta razão, os atores radicais não se podem desligar totalmente do resto da sociedade, e uma relação de responsabilidade entre as fontes e os alvos do radicalismo prevalece.

Outro ponto importante é que o jornalismo radical vê o paradigma legal como uma ameaça à liberdade, em vez de uma garantia regulatória. Afinal, o radical muitas vezes aponta precisamente à mudança da lei, e mesmo da constituição. O paradigma do mercado, por sua vez, representa o poder corporativo e o controlo burguês, que são, também eles, muitas vezes alvos da luta radical. O paradigma público pode encaixar com o papel radical, em casos em que os radicais sejam apoiados por elementos da sociedade civil contra níveis oficiais da sociedade, como por exemplo em disputas de trabalho. O paradigma profissional é,

provavelmente, contraproducente para o papel radical, isto porque a autorregulação profissional tende a resguardar os valores da profissão, e, indiretamente, as estruturas de poder existentes na sociedade (Christians et al., 2009: 194).

## 2.4 - Papel Colaborador

A ideia de colaboração implica uma relação com o Estado ou outros centros de poderes, que embate com os ideais libertários de uma imprensa livre e autónoma. No entanto, muitas vezes o jornalismo vê-se de uma maneira que efetivamente exclui a cooperação ou a colaboração. Sem descontar os valores de liberdade e autonomia, e os papéis jornalísticos que vêm com estes valores, o papel colaborador é demasiado importante historicamente para ser ignorado, ou para que a sua significância não seja considerada. A colaboração caracteriza, assim, um variado número de relações em que os media, voluntariamente, participam (Christians et. al., 2009: 196).

A colaboração com o Estado não exausta os papéis colaboradores que os media podem desempenhar, sendo que o movimento do *'public journalism'* nos Estados Unidos da América deixa claro o seu pedido por relações revigoradas entre a imprensa e a sociedade civil. Dito isto, a colaboração com o Estado destaca-se como um caso especial. Dentro dos papéis discutidos, o papel colaborador é único no sentido em que lida tanto com as necessidades e expectativas do Estado, como os da imprensa (Christians et. al., 2009: 197).

Entendido normativamente, um papel colaborador dos media implica uma parceria – uma relação entre os media e o Estado construída sob confiança mútua e um compromisso partilhado de meios e fins aceites mutuamente. Na prática, a colaboração entre o Estado e a imprensa muitas vezes fica longe deste ideal. De facto, é possível dividir as condições para a colaboração em três categorias distintas: “compliance”, “acquiescence” e “acceptance” (Christians et. al., 2009: 198).

A colaboração através de “compliance” oferece a base lógica mais fraca para um papel colaborador dos media, visto que a colaboração atingida através da coerção é apenas uma colaboração aparente; A colaboração através de “acquiescence” envolve uma aceitação relutante dos arranjos. O compromisso da colaboração é baseado num cálculo das consequências de não colaborar, ou numa consideração de resultados não relacionados com a colaboração; A colaboração através de “acceptance” é a única que lida especificamente e

exclusivamente com os méritos do papel colaborador do jornalismo (Christians et. al., 2009: 198-199).

Articular e aceitar um papel colaborador do jornalismo de uma forma normativamente viável requer uma visão complexa do Estado e dos compromissos entre o Estado e a Imprensa. A colaboração como ideal normativo, ou seja, uma parceria baseada em meios e fins mutuamente aceites, difere de maneira importante de outras formas de colaboração, sendo que estas diferenças ficam muitas vezes perdidas na retórica de independência e autonomia (Christians et. al., 2009: 217). Por fim, quando os media se recusam a discutir abertamente, os seus critérios para a colaboração, convidam perspectivas de conspiração. Isto é o porquê da colaboração como acordo normativo necessitar não só de transparência, mas de um processo deliberativo em que jornalistas, e não jornalistas possam aceder aos méritos do papel colaborador dos media. Em suma, a legitimidade deste papel depende da sua perceção pública, algo que acaba por ultrapassar a abertura em relação às práticas (Christians et. al., 2009: 217).

No segundo capítulo da presente tese ofereceu-se uma contextualização dos papéis do jornalismo, estando estes divididos em quatro: o papel monitor, que procura monitorizar a ação dos agentes de poder relevantes para o público, nomeadamente governos ou corporações, tentando expor situações que possam estar escondidas; o papel facilitador, que pretende ser um moderador do debate público, elevando-o e tornando-o útil à esfera pública e à sociedade; o papel radical, que procura uma transformação radical social, económica, ou política, procurando ainda igualdade total para indivíduos ou grupos não privilegiados socialmente; o papel colaborador, que procura a colaboração, muitas vezes com o Estado, em assuntos que beneficiem tanto a imprensa, o jornalismo e o bem comum.

Como síntese, e complemento à obra de Christians et. al (2009), as autoras Tanja Aitamurto e Anita Varma (2018: 698) apresentam a seguinte Imagem (Quadro 1), onde fazem uma descrição prática de cada papel do jornalismo, tendo em conta os seus motivos, princípios orientadores, funções do jornalismo praticado, papéis do jornalista e exemplos do tipo de jornalismo praticado:

<b>Role</b>	<b>Monitorial</b>	<b>Facilitative</b>	<b>Collaborative</b>	<b>Radical</b>
Motive	Observe and document routine and unexpected events, place a check on power	Convene a conversation about public issues	Advance aims of an outside institution (such as the state, business, nonprofit group)	Critically scrutinize systemic power, offer alternatives to status quo
Ideal	Objectivity	Deliberation	Allegiance	Solidarity
Orienting principle	Accuracy, Transparency	Inclusion	Synergy, Strategic Communication	Dissent
Journalism provides	A watchdog that provides an ongoing check on power	Forum for debate and conversation	Megaphone to advance an outside institution's agenda	Criticism of existing power structures
Journalist	Neutral observer; shines a spotlight on society's problems	Manager of discourse; acts as a moderator (not a participant)	Intermediary, provides a mouthpiece for outside institution	Critic, demands structural reform
Example	Watchdog Reporting, Investigative Reporting	Public Journalism	Public Relations	Advocacy Press

Quadro 1

Concluindo, as considerações abordadas neste capítulo são altamente importantes no contexto do presente estudo, visto que oferecem uma base teórica e normativa dos papéis do jornalismo, que permite assim compreender e estudar os media alternativos (objeto de estudo da tese) sob esta perspectiva, destacando-se assim como nucleares para o estudo, e permitindo uma compreensão normativa dos papéis jornalísticos dos órgãos de comunicação social que serão utilizados com estudo de caso nesta dissertação.

## Capítulo 3 – Media alternativos

O último tópico de abordagem e enquadramento teórico na presente tese são os media alternativos. Sendo o tema da tese os media alternativos digitais no contexto português, é importante conhecê-los e dissertá-los através da revisão da literatura existente. Neste capítulo abordaremos, então, esta temática, estudando, inicialmente, as diferentes terminologias e definições para este fenómeno, seguido dos papéis e funções que estes desempenham. Falar-se-á sobre a emergência deste tipo de media, e quais as condições que o permitiram. Por fim, serão abordadas algumas questões económicas que acompanham a realidade dos media alternativos.

Será utilizado um conjunto de obras e autores para explicar e contextualizar esta temática, sendo que se destacam, entre outros, Christian Fuchs (2010) e Witschge e Harbers (2018). Este capítulo é essencial para o presente estudo, que tem o seu enfoque no jornalismo praticado pelos media alternativos digitais em Portugal. Neste sentido, torna-se de maior importância ter um entendimento total sobre o fenómeno dos media alternativos, a sua emergência, os seus valores e funções, e questões que pairam sobre este campo teórico.

### 3.1 – Conceptualizações teóricas

É importante perceber o porquê da nomenclatura dos media alternativos, bem como o que queremos dizer quando a usamos. Kidd (1999) começa por fazer um breve resumo histórico do fenómeno. A autora aponta para o crescimento inicial dos media alternativos no fim dos anos de 1960, como um movimento de contracultura, fazendo a ressalva de que, tal como muitas outras coisas que se originaram nessa geração, foi um conceito que terá sido apropriado por *corporate marketers*. Questiona o porquê de o termo ser ainda utilizado por ativistas mediáticos, sendo que muitos outros termos, como “community-oriented media”, ‘media progressista’, ‘media radical’ ou ‘media democrática’ poderem também servir o mesmo papel. Como resposta à sua pergunta, aponta que o termo permaneceu media alternativa não só porque é como são caracterizados estes tipos de media, mas também por ser como maioritariamente este tipo de media se caracteriza a si próprio (Kidd, 1999: 113).

Chris Atton (2002: 9-19), coloca a mesma pergunta, questionando se o termo não dará demasiada importância aos media tradicionais, ao colocá-los como centrais na definição do conceito (aparecendo o “alternativo” como uma alternativa à comunicação de massas).

Carneiro (2017: 102) aponta que este tipo de media são muitas vezes identificados também como “independentes”, “comunitários”, “participativos” ou “autónomos”, entre alguns outros termos. De facto, os media alternativos definem-se como independentes em relação a como conduzem os modelos de gestão e produção do jornalismo (Teixeira, Jorge, 2021: 189). Holt (2018: 51), acrescenta a este debate que o termo “media alternativa” é usado na investigação académica com o propósito de estudar formas de media que desafiem os canais hegemónicos ou estabelecidos, e que tragam abordagens e perspetivas alternativas, ou que contradigam ou divirjam do discurso dominante dos media *mainstream*. Afirma este autor que o termo não requer nenhum foco em particular, mas que se refere a todos os tipos de media que sejam criados, e ajam, em oposição ao que é percecionado como o discurso dominante dos media tradicionais.

Outro conceito importante na definição deste fenómeno é avançado por Christian Fuchs (2010: 174), que avança que os media alternativos não devem ser entendidos apenas como alternativos, mas como media críticos (“critical media”), que questionam a sociedade dominante. Na construção desta definição, o autor começa por utilizar a tipologia de teorias dos media alternativos, construída por Bailey, Cammaerts e Carpentier (2008), que distingue quatro abordagens que definem os media alternativos de maneiras diferentes. A primeira é uma abordagem comunitária, que argumenta a participação de membros da comunidade a nível da criação de conteúdo e de organização como central para os media alternativos; a segunda é a obrigatoriedade de um discurso alternativo em relação ao dos media *mainstream*; a terceira é a noção dos media contra-hegemónicos, que fazem parte da sociedade civil e formam uma terceira voz entre os media estatais e os media comerciais; e, finalmente, a quarta abordagem fala de media rizomáticos (“rhizomatic media”), que são relacionais porque conectam diferentes protestos de grupos e movimentos, o local e o global, e estabelecem diferentes tipos de relações com o mercado e o estado. O autor destaca outra distinção de abordagens, feita por Rauch (2007), que distingue entre definir media alternativa como conteúdo alternativo, canais alternativos, fontes alternativas ou valores alternativos. No entanto, Christian Fuchs assinala que ambas as abordagens teóricas dos diferentes autores, apesar de interessantes, não se baseiam em distinções teóricas, sendo, ao invés, arbitrárias (Fuchs, 2010: 177).

Deste modo, tentando responder à questão da definição do termo em estudo, Fuchs (2010) define media alternativos como *mass media* que desafiem as formas dominantes e capitalistas de produção mediática, estrutura mediática, conteúdo, distribuição e receção. Os aspetos centrais são, então, os jornalistas e as suas práticas, os recipientes e as suas práticas, as

estruturas dos produtos mediáticos, as estruturas organizacionais mediáticas e as estruturas de distribuição mediáticas. Em contraste, os media críticos são caracterizados pela forma e conteúdo críticos. Existe, então, conteúdo oposicional que oferece alternativas às perspectivas dominantes, repressivas e heterogênicas que refletem a lei do capital, do patriarcado, do racismo, do sexismo, do nacionalismo, entre outros. Este conteúdo expressa pontos de vista opostos que questionam todas as formas de dominação. Neste sentido, existe contra-informação e contra-hegemonia que inclui a voz dos excluídos, dos oprimidos e dos dominados. O objetivo é dar voz aos que não têm voz e poder mediático a quem não tem poder, transcendendo os filtros e a censura de informação dos monopólios de corporações de informação, aos monopólios estatais ou culturais. Dito isto, o autor explica que a sua teoria é focada no conteúdo e na forma. Argumenta que um requerimento mínimo para falarmos de media alternativos é o conteúdo crítico, ou a forma crítica. Por fim, o autor aponta as cinco qualidades dos media críticos, e as qualidades que fazem deles media críticos:

“The first quality of critical media is negation of negation at the content level (...) The second quality of critical media is negation of negation at the form level (...) The third quality of critical media is dialectical realism at the content level (...) The fourth quality of critical media is dialectical realism at the form level (...) The fifth quality of critical media is the materialistic expression of the interests of the dominated at the content level.” (Fuchs, 2010: 178-182).

### 3.2 - Valores e Papéis

É importante perceber, também, os valores, funções e papéis para o jornalismo e para as sociedades democráticas desempenhados pelos media alternativos. Holt, Figenschou e Frischlich (2019: 861) começam por descrever algumas idealizações académicas dos media alternativos, referindo que estes têm sido estudados principalmente de duas maneiras: Em primeiro lugar, os media alternativos e os media *mainstream* têm sido analisados como um contínuo e não como categorias opostas; em segundo lugar, a academia tem enfatizado os males de uma falta de profissionalização nos media alternativos, apontando a instabilidade financeira e organizacional, os poucos recursos tecnológicos e as audiências fragmentadas, resultando em dificuldades internas e falta de influência política. Outros estudos levantaram a questão sobre como alguns casos de media alternativos não atingem realmente os seus ideais, tornando-se plataformas onde as elites ativistas dominam, mas apontam os autores que, apesar destas problematizações, o conceito de “media alternativa” está maioritariamente reservado para iniciativas posicionadas politicamente e ideologicamente à esquerda. Na opinião dos mesmos,

estes media devem ser considerados numa perspetiva de corretivo dos media tradicionais, isto porque a sua tendência é estarem opostas ao discurso público que emana do que é percecionado como “the dominant mainstream media in a given system”. Sendo assim, devem ser estudados em diferentes níveis: podendo publicar vozes diferentes, tentando influenciar a opinião pública através das perspetivas menos representadas; oferecendo interpretações alternativas de eventos políticos e sociais; ou recaindo sobre canais de publicação alternativos fora dos apoiados pelas maiores organizações *mainstream* (Holt, Figenschou e Frischlich, 2019: 862)

Os autores Holt, Figenschou e Frischlich (2019) argumentam que é importante para analisar o fenómeno ter em conta as dimensões dos media alternativos em um ou em múltiplos níveis: os produtores, o conteúdo e a organização. Sugerem que o estudo dos media alternativos beneficia desta distinção dos diferentes níveis em que são analisados: o “micro-level” dos produtores de conteúdo – se os proprietários do conteúdo são jornalistas ou outros produtores como jornalistas cidadãos ou ativistas. Um segundo nível desta dimensão são as diferenças entre a publicação de conteúdo alternativos noticiosos, ou o uso de formatos alternativos. A dimensão seguinte de estudo, o “meso-level” dos media alternativos, que se refere aos processos de produção e distribuição, representa outra dimensão deste fenómeno. Por fim o “macro-level” dos media alternativos pode ser localizado nos sistemas mediáticos tais como os ecossistemas ideológicos dos media alternativos (Holt, Figenschou e Frischlich, 2019: 863-864). Por fim, os autores apontam que estas dimensões propostas não servem como ferramenta de diagnóstico para verificar que uma organização mediática é alternativa ou não, afirmando que o intuito contra-hegemónico é o aspeto definidor, apesar de várias combinações de “alternatividade” serem possíveis e até prováveis, embora não necessárias.

Em síntese, os media alternativos posicionam-se como corretivos dos media *mainstream* e a sua ‘alternatividade’ contra-hegemónica pode emergir no “macro-level” de função social, no “meso-level” das organizações ou no “micro-level” do conteúdo e dos produtores, sendo a sua dimensão mais importante o seu posicionamento oposto ao *mainstream* (Holt, Figenschou e Frischlich, 2019: 863). Para além de perceber como se posicionam e percecionam, é importante perceber como interpretam o *mainstream*. Entendem este tipo de media como monolítico, com perceções simplistas de um bloco dominante – corrompido e dependente do ‘*establishment*’. É importante afirmar que, recentemente, esta dicotomia tem sido criticada por colocar os media alternativos como uma ideia, um tipo de media mais “puro”, contrastada pelo elitismo e corrupção dos media *mainstream*.

Tamara Witschge e Frank Harbers (2019) oferecem também um contributo importante do ponto de vista do jornalista, através de um estudo de caso a três *start-ups* jornalísticas que em muito se aproximam da prática dos media alternativos (Mediapart - França; De Correspondent - Países Baixos; e Krautreporter - Alemanha). Afirmam os autores que os jornalistas empreendedores têm como grande objetivo o empoderamento das audiências, oferecendo as ferramentas necessárias para que estas procurem responsabilidade por parte dos que estão no poder. Definem estes jornalistas como profissionais engajados, convencidos da necessidade do jornalismo como voz crítica na sociedade, procurando um tipo de jornalismo mais engajado socialmente, inclusivamente algo que tem sido denominado como “jornalismo construtivo”: um tipo de jornalismo que não só denuncia os problemas sociais, mas tenta oferecer soluções. Na perspetiva destes jornalistas, o seu papel é impactar, ao invés de informar: “It is our task to breach the wall of indifference” (Senior journalist A, Mediapart, 2014). Encontrar novos modos de se conectarem com as audiências é um desafio nuclear para estes jornalistas e a sua relação com as audiências está no centro das suas conceções jornalísticas. Sendo assim, para estes jornalistas, na sua conceptualização do papel social do jornalismo, está como ponto central uma transformação das audiências. Permitir que estas tenham um papel ativo no processo jornalístico vai para além dos ideais de ‘empoderamento’, e trata também da motivação para reconquistar a confiança do público. Witschge e Harbers (2019: 73) argumentam, então, que o *crowdsourcing* tem um papel importante na maneira como estes jornalistas encaram o jornalismo, no qual as audiências são vistas como como um potencial e inexplorado reservatório de ideias, experiências e perspetivas, as quais podem ajudar no melhoramento da prática jornalística.

Também para melhor perceber os valores dos media alternativos o contributo dos seus jornalistas é importante. Eles referem que resistem às lógicas noticiosas tradicionais em termos do que é reportado, o que demonstra o renovar dos valores profissionais de objetividade. Estes jornalistas afastam-se das reportagens que promovam a neutralidade e o desapego, afirmando que querem ser transparentes em relação às suas escolhas, e que essas dependem das suas visões do mundo: “I think . . . it is important to be open about the choices you make and not pretend to show reality objectively, but you show that the way in which you look at the world is decisive in what you convey and not.” (Senior editor B, De Correspondent, 2015). Estão, deste modo, a tentar delinear alternativas, algo que vêm como um trabalho em desenvolvimento. Para além disto, a liberdade para experimentar novas maneiras de fazer jornalismo parece ser algo central, não procurando uma forma definitiva, mas sim afastando-se das ideias tradicionais de como o

jornalismo é entendido e realizado (Witschge e Harbers, 2019: 69). Parecem, assim, conjugar visões tradicionais com novas visões e valores profissionais alternativos. Em termos dos papéis jornalísticos, tal significa combinar concepções tradicionais, como a de realizar as funções de “watchdog”, com novas funções como os objetivos mais ativistas de criar impacto no público.

Após estas considerações, mais facilmente conseguimos perceber a relevância dos media alternativos. Holt (2018: 52), avança que estes são relevantes porque a sua existência e métodos de trabalho consegue afetar a discussão pública, bem como a paisagem mediática, e consequentemente as condições da formação de opinião e de consumo noticioso. Para além disto, os media alternativos representam um desafio para os media *mainstream*, uma vez que desafiam as “fake news” disseminadas, sendo que, devido aos escassos recursos, muitas vezes o seu conteúdo depende do que é primeiramente reportado pelos media *mainstream*. Outros autores referem que, em relação aos conteúdos, os media alternativos afirmam-se como independentes face a interesses governamentais ou comerciais, também de modo a aproximarem-se das comunidades. Sendo, assim, direcionados para as comunidades, abordam temas que se relacionam com a defesa dos direitos humanos, e outros assuntos que não são tratados pelos media tradicionais (Teixeira, Jorge, 2021: 185).

Andersen, Shehata e Andersson (2021: 1) subscrevem muito do que já foi referido, argumentando que, baseados em fortes perfis ideológicos que representam atitudes anti-sistema e anti-elites, muitos media alternativos criam conteúdo que está em oposição ao encontrado nos media *mainstream*, com o objetivo de atingir reformas sociais ou políticas. Afirmam estes autores que as implicações sociais e democráticas são profundas: por um lado, os media alternativos representam um potencial desafio social, sendo que as informações que reportam podem ser parciais ou até falsas, algo que pode ajudar na criação de polarização política. Por outro, criam um ambiente mediático mais diverso, onde as narrativas dominantes podem ser desafiadas criticamente e deliberadas minuciosamente. Sendo assim, estas fontes de informação ajudam as pessoas a encontrar novos interesses e a conectar-se com outras pessoas que pensem da mesma forma, algo importante para o pluralismo da democracia.

Em suma, a principal característica presente em todas as definições dos media alternativos é a de uma fonte produzida por indivíduos que procura dar voz a quem normalmente não tem uma voz impactante a nível social, excluídos cultural ou politicamente do discurso dominante, sendo o objetivo transcender os “filtros impostos pelos monopólios mediáticos” (Carneiro, 2017: 102). A mesma autora aponta que um aspeto transversal às várias

teorias é o ênfase num processo de comunicação que se preocupa em ser participativo (feito por pessoas, para pessoas). “Assim, o potencial libertador dos média alternativos acontece por questionar a distinção entre o produtor e o consumidor de informação” (Carneiro, 2017: 102). Neste sentido, o papel principal dos media alternativos é o de apresentar uma visão crítica da realidade, que difere da que é reportada pelos media tradicionais ou *mainstream*. A autora deixa também algumas limitações e preocupações: em primeiro lugar, aponta que os media alternativos são muitas vezes alvo de críticas pelas suas dificuldades em comprovar uma mobilização social efetiva; por outro lado, usa o argumento de Fuchs (2010), que defende que os meios de comunicação que procuram o lucro não devem ser automaticamente excluídos por isso como media alternativos, desde que o seu conteúdo seja crítico ao discurso dominante. No entanto, como aponta a autora, esta ideia levanta alguns problemas, sendo que a democratização da comunicação de massas que trouxe a era digital pode nem sempre realizar o “bem”, usando como exemplo as produções de extrema-direita, que, entre outros “promovem o racismo e a xenofobia”, acabando por apontar que é necessário reconhecer também o impacto dessas iniciativas. Por fim, Kidd (1999: 113) aponta que o papel dos media alternativos como oposição não oficial aos media *mainstream* tem sido crucial no estender do debate público, sendo que, se os media alternativos não são os primeiros a contar a história, são normalmente os primeiros a fornecer a profundidade de análise. Estão, assim, comprometidos com o objetivo de alterar a sociedade, procurando mudança social, política e económica, e operando com uma visão diferentes dos media corporativos. São mais valiosos quando presenteiam mensagens diretamente dos indivíduos e grupos que trabalham na mudança das suas comunidades: “If the first part of alternative is "alter," the last part of the word alternative is "native." Alternative media is valuable when it is native to the communities it serves.” (Kidd, 1999: 116).

Em relação ao caso português, utilizando o exemplo dos media alternativos digitais *Fumaça* e *Divergente* (que são dois dos objetos de estudo desta tese), no que toca à especialização temática, o eixo comum é a preocupação com os Direitos Humanos e com o estado democrático. É importante também referir que nenhuma destas publicações se define como substituto dos media tradicionais, mas como complemento, ou caminho alternativo. Caracterizam-se, ainda, pela premissa de trabalhar em menos quantidade, e mais qualidade, reivindicando o tempo para produzir. São ainda, ambos, projetos sem fins lucrativos (Rodrigues, 2021: 105-108).

### 3.3 - Emergência dos media alternativos

É importante perceber como emergiu o fenómeno dos media alternativos, e quais foram os fatores que o permitiram, principalmente na era digital. Carneiro (2017: 102) começa por apontar as faculdades da era digital como importantes para este fenómeno. Aponta a investigadora que, por um lado, devido às novas capacidades tecnológicas e digitais, existiu uma pluralização dos media, sendo que esta permite um maior alcance, maior facilidade de distribuição por meios eletrónicos, a oportunidade das atualizações constantes ao conteúdo noticioso, e a criação de redes híbridas que se movem entre o mundo real e o virtual.

Por outro lado, a autora afirma que a almejada democratização dos media se materializou apenas parcialmente, visto que alguns dos grandes atores do mundo digital continuam a ser meios de comunicação “tradicionalmente capitalistas e hegemónicos”. Sendo assim, o aumento exponencial ao acesso à informação proporcionado pela Internet “coloca o papel dos meios de comunicação numa encruzilhada que combina, por um lado, ingredientes democráticos e emancipatórios e, por outro, potencia o desequilíbrio ao invisibilizar formas de domínio hegemónico” (Carneiro, 2017: 102).

O avanço da comunicação digital e as alterações na comunicação comercial fizeram colapsar os modelos de receita dos media *mainstream*. Este ambiente, no entanto, representou abertura para os media alternativos digitais, que apresentam equipas mais reduzidas, conteúdos moldados ao ambiente virtual e modos de produção colaborativa e participativa (Teixeira, Jorge, 2021: 184). Assim, as tecnologias digitais facilitaram os modelos dos media alternativos na sua produção e distribuição de conteúdos. No entanto, o uso destas mesmas tecnologias digitais apresenta problemas, porque contradiz os princípios de independência e liberdade assumidos pelos media alternativos (Teixeira, Jorge, 2021: 185).

No ângulo do tecnológico, é argumentado por Holt (2018: 50) que expressões de ceticismo e suspeita em relação aos media *mainstream* se ouvem transversalmente pela Europa e América do Norte. Tal acontece porque os media hegemónicos são percecionados como forças que escondem, ou desvirtuam, informação que não cabe na agenda do ‘politicamente correto’. Este autor aponta a definição de Tsfaty (2003: 67) de ‘ceticismo dos media’ como uma percepção de alienação e desconfiança em relação aos media *mainstream*, que envolve o sentimento de que os jornalistas não são justos nem objetivos nas suas representações da sociedade e de que nem sempre contam as histórias na sua totalidade, concluindo com a noção

de que os jornalistas *mainstream* estarão dispostos a sacrificar a sua precisão em nome de ganhos pessoais e comerciais.

Estas ideias são subscritas por Andersen, Shehata e Andersson (2021: 1), que apontam esta desconfiança dos media como causa provável para o consumo dos media alternativos, mas também como consequência do seu acesso. Estes autores apontam que a confiança nos media tradicionais está em declínio nos últimos anos, e que, com a emergência de vários novos media alternativos noticiosos, as populações com baixos níveis de confiança nos media têm mais oportunidades para encontrar informação com diferentes perspetivas, as quais se encaixam nas suas visões do mundo e identidades sociais se comparado com os media *mainstream*. Por outro lado, afirmam estes autores, que a existência dos media alternativos se justifica pela sua crítica aos media *mainstream* devido a coberturas noticiosas insuficientes (algo que em si pode também gerar desconfiança nos media *mainstream*), principalmente entre estes utilizadores dos media alternativos. Thorbjørnsrud e Figenschou (2020: 1019) apontam na mesma direção, afirmando que os níveis de confiança, que têm vindo a decrescer, estão ligados a uma abundância de plataformas de media alternativos, que oferecem fontes de informação fora da esfera dos media *mainstream*.

### 3.4 - Questões económicas

Outro ponto importante para compreender a realidade dos media alternativos são as questões económicas que os rodeiam. Se é verdade, como já foi mencionado, que estes media não realizam as suas ações à volta de objetivos comerciais, também é verdade que sem recursos, torna-se mais difícil uma mobilização social efetiva. Fuchs e Sandoval (2015: 167) tratam esta questão, começando por referir que os media alternativos existem dentro de uma sociedade capitalista baseada em desigualdades fundamentais. Não é só importante estudar as práticas e estruturas dos media alternativos, mas também relacionar esses estudos com análises críticas da economia política destes media. Afirmam que nem sempre encontramos todas as dimensões dos media alternativos numa dada publicação alternativa devido às contradições da política económica capitalista, que faz com que a influência seja dependente do controlo monetário e do poder político, recursos que os media alternativos tendem a criticar. Neste sentido, a política económica do capitalismo impõe limites fundamentais aos media alternativos contemporâneos: dentro do capitalismo, para chegar a um público amplo é necessário dinheiro, pessoas, reputação e influência política, mas uma sociedade capitalista é baseada em distribuições

assimétricas de recursos políticos, económicos e culturais, onde a classe dominante tende a agir como um bloco hegemónico. Os media alternativos tendem, por sua vez, a ser críticos desta classe, e encontram-se perante uma posição de desigualdade de recursos, o que faz com que normalmente lhe falte dinheiro, atenção, influência, entre outros recursos, e que a sua mão-de-obra seja muitas vezes composta por trabalho de voluntariado precário.

Se, por um lado, os media alternativos adotarem os mecanismos predominantes de poder, como a publicidade, os direitos de propriedade intelectual, as vendas em torno do lucro, a associação com partidos políticos ou os apoios governamentais, estão em perigo de perder a sua autonomia e capacidade crítica. Se, por outro lado, rejeitarem estes mecanismos, encontram as dificuldades de mobilizar recursos. Neste cenário, segundo os autores, os media alternativos estão perante um dilema político-económico: por um lado, a sua auto-gestão faz com que sejam mais independentes dos interesses das elites no poder, e por outro lado, têm de enfrentar o poder dos monopólios mediáticos, bem como o problema de mobilizar recursos sem os apoios governamentais ou a publicidade (Fuchs e Sandoval, 2015: 172).

Witschge e Harbers (2019: 65) tocam nalguns pontos semelhantes, nomeadamente em relação à precariedade do trabalho necessária para sobreviver no meio. Os autores começam por argumentar que, apesar do jornalismo ter sido visto como uma prática que fazia parte das estruturas institucionais, cada vez mais se vislumbra o futuro do jornalismo nas *start-ups* jornalísticas, algo que acompanha o empreendedorismo como uma solução para os problemas da sociedade. No entanto, muito desta cultura das *start-ups* é caracterizada pela precariedade do trabalho, onde a flexibilidade, o *freelancing*, e a junção do tempo (e espaço) profissional e pessoal se têm tornado cada vez mais comuns. Para além disto, como apontam os autores, o jornalismo empreendedor envolve um conjunto de papéis cada vez mais híbrido, sendo que os jornalistas não só produzem as notícias, mas também muitas outras partes dos processos económicos, como a monetização do conteúdo, a identificação das audiências-alvo, a definição de nichos de mercado, a criação dos *designs* dos *websites* ou a manutenção das *networks* de fontes e financiadores.

Uma solução para os problemas económicos já mencionados, que tem ganho muita tração nos últimos anos, apontada por Andrea Hunter (2015: 273), é o *crowdfunding*. Sob este modelo, as audiências tornam-se produtores e investidores no processo jornalístico. No entanto, como aponta a autora, também este fenómeno levanta questões importantes: “What sort of control does the audience have in shaping the news? How does the role and identity of the

professional journalist change when giving up some control of the news process?” (Hunter, 2015: 273). Através do *crowdfunding*, os jornalistas não têm outra hipótese senão estarem diretamente envolvidos nos aspetos financeiros do seu próprio trabalho, algo que se pode apresentar como um dilema: “Como conseguem os jornalistas permanecer independentes nas suas publicações, quando ao mesmo tempo estão a tentar atrair financiadores?” A autora, que entrevistou vários jornalistas afirma que todos os entrevistados apresentam perspetivas semelhantes ao argumentar que os financiadores acabavam por não ter qualquer controlo sobre o conteúdo do jornalismo que era produzido, juntando ainda a ideia de que era uma norma os financiadores doarem recursos sem pôr qualquer estipulação no jornalista. Houve até jornalistas que apontaram para o facto de o *crowdfunding* apresentar menos problemas neste sentido do que o financiamento do jornalismo através de fundações, algo a que muitas recorrem (Hunter, 2015)

O *crowdfunding* não é percecionado como uma doação, nem como um investimento. Esta relação, entre criadores e apoiantes, é nova e profundamente inserida nas economias das redes sociais. Esta forma de financiamento diminuiu a dependência de publicidade ou outras formas de gerar receitas, o que aumenta a independência do conteúdo (Teixeira, Jorge, 2021: 187).

O órgão de comunicação social *Fumaça* (para fornecer um exemplo português, que curiosamente também é um objeto de estudo nesta dissertação), possui uma campanha fixa de doações, e cria também campanhas temporárias de doações para alguns dos projetos (Teixeira, Jorge, 2021: 191-192). Para além destas campanhas, utiliza também o modelo das subscrições, que são feitas através do seu *website*. Além disto, possui parcerias com alguns artistas (por exemplo com artistas plásticos que criam ilustrações vendidas *online*). As receitas são destinadas a apoiar as atividades jornalísticas. Por último, recebeu já também bolsas para o jornalismo independente (Teixeira, Jorge, 2021: 193). Deste modo, não só cumprem um dos pilares do jornalismo independente, que é a aproximação do público, como mantém as suas obras jornalísticas totalmente gratuitas, sem *paywalls* ou *premiums* (Teixeira, Jorge, 2021: 195-196).

Como conclusão, assume-se, neste estudo, a definição de media alternativos de Christian Fuchs (2010), que entende estes media não só como alternativos, mas como críticos, que questionam a sociedade dominante. Estes são caracterizados pela forma e conteúdo críticos, existindo conteúdo oposicional que oferece alternativas a perspectivas dominantes. Argumenta, ainda, Fuchs, que esta teoria é mais focada no conteúdo e na forma, sendo um requerimento mínimo para se falar de media alternativos a existência de conteúdos ou formas críticas.

Em relação aos conteúdos, conclui-se que os media alternativos se afirmam como independentes em relação a interesses governamentais ou comerciais, também de modo a aproximarem-se das comunidades. Tendo em conta esta aproximação às comunidades, acabam por abordar temas que se relacionam, principalmente, com a defesa dos direitos humanos (Teixeira, Jorge, 2021).

Por último, conclui-se que estes media devem ser estudados em níveis diferentes: podendo publicar vozes diferentes, tentando influenciar a opinião pública através das perspectivas menos representadas; oferecendo interpretações alternativas de eventos políticos e sociais; ou recaindo sobre canais de publicação alternativos fora dos apoiados pelas maiores organizações *mainstream* (Holt, Figenschou e Frischlich, 2019).

## Capítulo 4 – Metodologia

A primeira parte desta tese, baseada nas fundamentações teóricas, clarificou e explicitou vários conceitos importantes para o desenrolar da segunda parte, que tem o seu início neste quarto capítulo. Estudou-se o tema do jornalismo, e do jornalismo digital, bem como as teorias normativas dos papéis do jornalismo, que vão permitir agrupar por categorias os resultados desta dissertação. Por fim, estudaram-se os media alternativos e os vários subtemas que se criam devido à emergência destes, ponto fulcral para a compreensão desta temática, bem como para o entendimento dos resultados pretendidos nesta dissertação.

A parte empírica do presente estudo vai basear-se na apresentação da metodologia, que será uma metodologia qualitativa, fazendo uso do método do estudo de caso, onde serão analisados três órgãos de comunicação social alternativos portugueses. A análise será feita através do uso das técnicas de análise de conteúdo, bem como de entrevistas a jornalistas dos diferentes órgãos de comunicação social. O objetivo é perceber os papéis jornalísticos desempenhados pelos três órgãos de comunicação social analisados, papéis estes explicitados no segundo capítulo teórico da presente dissertação. A análise será feita em três diferentes dimensões: a primeira serão as descrições e estatutos editoriais dos órgãos de comunicação social; a segunda serão as entrevistas realizadas aos jornalistas destes órgãos; a terceira serão as reportagens e obras jornalísticas selecionadas para análise.

Será, depois disso, feita uma apresentação e análise dos dados, que, como já foi referido, estarão divididos em três dimensões diferentes. Serão, então, analisadas, à luz das teorias normativas dos papéis do jornalismo, as descrições e estatutos editoriais dos órgãos de comunicação social, as entrevistas e as reportagens jornalísticas. Por fim, será feita uma análise comparada dos resultados apresentados no capítulo anterior, onde se pretende formular generalizações, e perceber as semelhanças e diferenças entre os órgãos de comunicação social estudados. Antes disto, ainda no presente capítulo, será discutida a pergunta de investigação da presente tese, e serão brevemente apresentados os órgãos de comunicação social selecionados para este estudo: *Divergente*, *Fumaça*, e *Setenta e Quatro*.

### 4.1 - Pergunta de investigação

Esta tese tem como tema o estudo do jornalismo nos media alternativos e a questão de investigação a que procura responder é: “Quais são os papéis jornalísticos desempenhados

pelos media alternativos digitais em Portugal?”. Esta pergunta demonstra-se relevante por mais que um motivo: em primeiro lugar, por algumas das razões revistas na revisão de literatura, como a emergência dos media alternativos no século XXI, devido aos fatores tecnológicos da era digital e à perda de proeminência dos media tradicionais. Neste sentido, numa altura em que os media alternativos ganham espaço na paisagem mediática, é importante perceber a ação que eles, e as suas reportagens jornalísticas, desempenham, e como se relacionam e comparam em relação aos media tradicionais.

Depois, porque serão estudados três órgãos de comunicação social portugueses, o que contribui para um melhor entendimento do fenómeno dos media alternativos em Portugal, mas também porque o faz sobre uma perspetiva subexplorada no campo dos media: os papéis do jornalismo nas sociedades democráticas. Neste sentido, os resultados desta dissertação pretendem, não só aumentar o conhecimento na área dos media e do jornalismo, e nomeadamente dos media digitais, mas também fornecer uma perspetiva portuguesa sobre o tema, e relacioná-la com a temática dos papéis jornalísticos.

## 4.2 - Métodos e técnicas de investigação

Será utilizado neste estudo o método qualitativo de investigação, fazendo uso de um estudo de caso com três objetos de estudo, os três órgãos de comunicação social portugueses selecionados, e beneficiando de uma análise comparada. Para cada um deles, serão utilizadas as técnicas de investigação da análise de conteúdo e das entrevistas semiestruturadas.

### 4.2.1 - Método qualitativo

A presente investigação usará o método qualitativo de pesquisa para a obtenção de resultados, visto que procurará, através de várias técnicas deste método, realizar comparações e generalizações em relação à sua amostra e ao seu objeto de estudo.

É importante, desde já, definir o método qualitativo e apresentar algumas considerações sobre as suas bases teóricas. A investigação qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste num conjunto de práticas materiais e interpretativas que tornam o mundo visível. Estas práticas transformam o mundo numa série de representações, incluindo entrevistas, conversas, notas, fotografias ou gravações. Neste nível, a pesquisa qualitativa

envolve uma abordagem naturalista e interpretativa ao mundo. Isto significa que os investigadores qualitativos estudam os seus objetos nos cenários naturais, tentando interpretar fenómenos nos termos dos significados que as pessoas lhes atribuem (Denzin & Lincoln, 2011: 3).

A pesquisa qualitativa começa com suposições e o uso de estruturas interpretativas ou teóricas que informam o estudo do problema de pesquisa, aderecendo o significado que indivíduos, ou grupos, atribuem a problemas sociais ou humanos. Para o estudo destes problemas, os investigadores usam a abordagem qualitativa para a coleção de dados em cenários naturais, sensíveis às pessoas e lugares sob estudo. A análise de dados é indutiva e dedutiva, e estabelece padrões ou temas (Creswell, 2013: 44).

Arilda Godoy (1995: 58) define a essência da pesquisa qualitativa. A autora argumenta que “a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que se vão definindo à medida que o estudo se desenvolve”. Esta autora afirma ainda que esta metodologia envolve a coleção de dados sobre pessoas, lugares e processos através do contato entre o investigador e a situação estudadas, onde este tenta perceber os fenómenos segundo as perspetivas dos participantes da situação em estudo (Godoy, 1995: 58). O investigador procura, assim, a interpretação do significado que os indivíduos dão a um fenómeno, e é a partir das perspetivas destes indivíduos que se tenta compreender o fenómeno (Braun & Clarke, 2006: 81).

#### 4.2.2 - Estudo de caso

Tendo em conta estas considerações, foram selecionados três órgãos de comunicação social digitais portugueses, que, devido às suas características, se destacam como media alternativos: *Divergente*, *Fumaça* e *Setenta e Quatro*. Usar-se-á, assim, a técnica do estudo de caso, onde se estudarão três exemplos do objeto de estudo, com o propósito de realizar generalizações em relação aos media alternativos digitais portugueses, bem como comparações entre estes.

Tal como foi feito para o método qualitativo, é importante fundamentar teoricamente o estudo de caso, e perceber o porquê de ser uma técnica útil neste estudo específico. O estudo de caso envolve o estudo de um caso (ou casos) situado em contextos reais. Estes contextos

podem ser entidades concretas, como indivíduos, grupos pequenos, organizações ou parcerias. Numa dimensão menos concreta, pode ser o estudo de uma comunidade, uma relação, um processo de decisão ou um projeto específico (Cresswell, Poth, 2018: 153). Alguns autores vêem o estudo de caso de maneiras distintas: Stake (2005) argumenta que não é uma metodologia, mas uma escolha do que vai ser estudado; Denzin e Lincoln (2005) consideram-no uma estratégia de investigação; Yin (2014) vê o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa abrangente; Merriam e Tisdell (2015), e Cresswell e Poth (2018) olham para o estudo de caso como uma metodologia, perspectiva também assumida nesta dissertação.

O estudo de caso, assumindo-se como metodologia, é um tipo de design na pesquisa qualitativa que pode ser tanto o objeto de estudo, como um produto da investigação. A pesquisa através do estudo de caso é definida como uma abordagem qualitativa, em que o investigador explora um, ou mais, sistemas delimitados (casos) ao longo do tempo, através da recolha detalhada de dados que envolvem múltiplas fontes de informação (Cresswell, Poth, 2018: 153).

Num estudo de caso coletivo, ou múltiplo, o investigador seleciona vários estudos de caso para ilustrar um assunto ou questão de investigação. Muitas vezes, este método é usado para demonstrar diferentes perspetivas no assunto a ser estudado. No entanto, como regra geral, os investigadores são relutantes nas generalizações de um caso para o outro, devido aos diferentes contextos analisados. Para serem possíveis as generalizações, devem ser selecionados casos representativos para a inclusão num estudo qualitativo (Cresswell, Poth, 2018: 157).

Um estudo de caso é escolhido para estudar um caso com limites definidos. Neste caso, o investigador explora um assunto, e um entender detalhado surge da examinação de um ou vários casos que ilustrem esse assunto. É importante para o investigador ter material disponível que ajude na contextualização, para que possa descrever o cenário para o caso, e que utilize múltiplas fontes de informação sobre o caso para fornecer uma figura detalhada deste (Cresswell, Poth, 2018: 188).

Uma estrutura comparativa repete o mesmo material do estudo de caso duas ou mais vezes, comparando descrições alternativas ou explicações do mesmo caso. Uma vantagem distintiva é que esta estrutura se aplica tanto a casos baseados em pesquisas realistas ou relativistas (Yin, 2018). Tradicionalmente, a análise comparada era vista como a melhor ferramenta para estudos de caso que tivessem um número moderado de casos. No entanto, os usos desta análise expandiram-se, através da introdução de novas técnicas, para incluir

estudos com mais casos, ou com um número menor de casos que sejam mais detalhados (Kroger, 2021: 9)

Os autores Bartlett e Vavrus (2017) argumentam que as observações e as entrevistas são dois dos métodos mais importantes em relação às análises comparativas. Estes autores recomendam a combinação de casos comparáveis, o que envolve a escrita de uma série de casos com atenção aos fatores chave partilhados por estes casos, usando depois matrizes, ou outros formatos, para comparar e explorar relações (Bartlett, Vavrus, 2017: 54). Por último, Bazeley (2013) explica que a procura da exploração das semelhanças e diferenças entre casos, tem a perspetiva de aumentar o entendimento nos processos que moldam cada caso e na esperança de identificar padrões e processos mais gerais, que possam então assistir na compreensão da experiência, ou para explicar comportamentos de uma população maior que a do estudo de caso (Bazeley, 2013: 275).

#### 4.2.3 - Análise de Conteúdo e Entrevistas

O objetivo do estudo é, então, uma análise a três dimensões de cada um dos casos analisados no estudo de caso, utilizando duas técnicas de investigação distintas: a análise de conteúdo, que pretende analisar não só os conteúdos das descrições e estatutos editoriais das plataformas, mas também os conteúdos das reportagens jornalísticas publicadas por cada um dos órgãos de comunicação social; e a entrevista semiestruturada, através de entrevistas realizadas a jornalistas de cada um dos órgãos de comunicação social, onde se pretende explorar não só as explicitações e perceções dos jornalistas sobre as reportagens jornalísticas publicadas, como perceber as suas motivações, perceções do jornalismo, perceções dos papéis que desempenham, entre outros.

É importante, assim, fundamentar teoricamente ambas estas técnicas de investigação. Começando pela análise de conteúdo, Lune e Berg (2017: 182) definem este tipo de análise como uma examinação e interpretação cuidadosa, detalhada e sistemática de um corpo de trabalho, num esforço para identificar padrões, temas, suposições e significados. Segundo estes autores, as técnicas de análise de conteúdo servem como a espinha dorsal da grande parte das análises qualitativas. Adotou-se, neste caso, uma orientação interpretativa dos dados recolhidos, visto que, segundo Lune e Berg (2017: 182) esta orientação permite que os investigadores tratem a ação social e a atividade humana como texto. Por outras palavras

“human action can be seen as a collection of symbols expressing layers of meaning. Interviews and observational data, then, can be transcribed into written text for analysis. How one interprets such a text depends in part on the theoretical orientation taken by the researcher”.

Dito isto, neste estudo vão, então, analisar-se apenas as mensagens contidas nas peças jornalísticas, e não as audiências ou o próprio órgão. Lune e Berg (2017: 187) expandem em relação a esta questão, afirmando que as comunicações podem ser analisadas nos termos de três grandes componentes: a mensagem, o remetente e as audiências. Quando falam de mensagens neste contexto, referem-se à informação que está a ser transmitida, quer o intuito dessa informação fosse o de enviar uma mensagem, ou não. Por último, apontam que:

“The message should be analyzed in terms of explicit themes, relative emphasis on various topics, amount of space or time devoted to certain topics, and numerous other dimensions. Occasionally, messages are analyzed for information about the sender of the communication.” (Lune e Berg, 2017: 187).

Como já foi referido, a análise de conteúdo servirá para analisar duas das três dimensões distintas a estudar: as descrições e estatutos editoriais dos órgãos de comunicação social selecionados, e as suas reportagens jornalísticas, com o intuito de perceber os papéis do jornalismo desempenhados por cada um dos órgãos, agrupando-os dentro das quatro categorias que foram clarificadas durante a revisão de literatura: papel monitor, facilitador, radical e colaborador.

As entrevistas, como já referido, foram utilizadas também como outra técnica de investigação. Pode começar por se dizer que “Content analysis can also be used in conjunction with other data-collection techniques, such as interviews” (Lune, Berg, 2017: 184) e, sendo assim, justificou-se a utilização desta técnica em conjunto com a da análise de conteúdo.

É importante afirmar que as entrevistas são um método de pesquisa privilegiado quando é pretendido o mapeamento de “práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados” (Duarte, 2004: 215). É um método que permite um estudo aprofundado, através do qual é possível recolher “indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa a sua realidade”, e informações que permitam uma descrição e compreensão da lógica que comanda as relações que se estabelecem num determinado grupo. Estas especificidades são, de um modo geral, mais difíceis de obter com outros instrumentos de recolha de dados (Duarte, 2004: 215).

Entre as diferentes variantes do método da entrevista, foi escolhida a semiestruturada, visto não estar inteiramente aberta, nem presa a questões pré-definidas. Isto significa que foram criadas um conjunto de perguntas-guia, abertas, e sobre as quais é importante receber informação. No entanto, a qualidade ‘semiestruturada’ permite, por exemplo, alterar a ordem das perguntas, ou adequar o guião à comunicação estabelecida com o entrevistado. Cabe, assim, ao investigador, permitir que o entrevistado se expresse “livremente nas palavras que deseja” e “da forma mais natural possível”, ainda que sem esquecer os objetivos da investigação (Quivy & Carnpenhoudt, 2005: 184).

### 4.3 – Objeto de estudo

Para estudar os media alternativos digitais em Portugal foram selecionados três órgãos de comunicação social portugueses, que, pelas suas características, se definem como media alternativos. Os três são publicações estabelecidas, ainda que em diferentes graus, e de contexto nacional, ao invés de contexto regional ou local. Também as três praticam, na totalidade, ou parcialmente, o jornalismo investigativo, o que é, de resto, uma característica dos media alternativos digitais, como revisto no capítulo três da presente dissertação. Desta maneira, garante-se uniformidade entre a amostra, e contextos relativamente semelhantes, o que permite a comparação e a generalização dos resultados. Estes três órgãos de comunicação social são, por ordem de antiguidade: *Divergente*, *Fumaça* e *Setenta e Quatro*.

Serão, então, analisadas as descrições das plataformas e os seus estatutos editoriais, bem como as reportagens jornalísticas publicadas por cada um. De modo, de novo, a garantir a uniformidade e exequibilidade do estudo, as obras selecionadas para a análise de conteúdo destacam-se como obras de jornalismo investigativo, e são as obras de maior dimensão de cada um dos órgãos de comunicação social, tanto em tamanho, como em recursos despendidos. Devido ao *Fumaça* ter, na sua plataforma, cinco reportagens que se identificam com os critérios descritos, e o *Setenta e Quatro* ter quatro, foram selecionadas também apenas cinco para a *Divergente*, para garantir o equilíbrio entre os órgãos de comunicação social. Neste sentido, estudar-se-ão cinco dos projetos do *Divergente*, onde se nota uma forte presença do jornalismo investigativo; cinco investigações do *Fumaça*, pertencentes ao separador “Séries” no seu *website*; e quatro investigações do *Setenta e Quatro*, pertencentes ao separador “Investigações 74” no seu *website*. Esta explicitação é feita porque os três projetos têm mais conteúdos nas suas plataformas, entre peças de jornalismo narrativo, entrevistas, crónicas, e outras peças dos

mais variados géneros jornalísticos. No entanto, para garantir uniformidade, foi importante seleccionar, dentro de todo este conteúdo, as reportagens jornalísticas que poderiam garantir os resultados mais legítimos para o presente estudo.

Referir ainda, como parte da amostra, as entrevistas realizadas aos jornalistas dos órgãos de comunicação social que servem como estudo de caso nesta tese. Em relação à *Divergente*, foram entrevistadas Sofia de Palma Rodrigues, jornalista e editora-executiva da *Divergente*, e Luciana Maruta, jornalista da *Divergente*. Quanto ao *Fumaça*, foi entrevistado Nuno Viegas, jornalista e angariador de fundos do *Fumaça*. Por último, quanto ao *Setenta e Quatro*, foi entrevistado Filipe Teles, jornalista e co-fundador do *Setenta e Quatro*.

Prosseguiremos, de seguida, a uma breve apresentação, por ordem de antiguidade, de cada um dos órgãos de comunicação social que servem como amostra para este estudo.

#### 4.3.1 - *Divergente*

A *Divergente* é um projeto de jornalismo digital com o seu início em 2014. Os próprios definem-se como uma revista digital de jornalismo narrativo. Acreditam “na força das histórias para retratar temáticas complexas” e encaram “o jornalismo como uma ferramenta de escrutínio das estruturas de poder, capaz de contribuir para uma cidadania mais ativa”. Não têm fins lucrativos, nem aceitam publicidade. Acreditam ser possível fazer o jornalismo que defendem: “mais aprofundado, contextualizado e debatido.”

#### 4.3.2 - *Fumaça*

O *Fumaça* é um projeto digital de jornalismo que nasceu em 2016. Os próprios definem-se como “um podcast de jornalismo de investigação independente, progressista e dissidente, feito com profundidade e tempo para pensar”, e são detidos pela associação sem fins lucrativos Verdes Memórias. São independentes, “porque todas as nossas escolhas dependem do interesse próprio da redação”. São progressistas, “porque acreditamos no progresso social, na universalidade dos Direitos Humanos efetivamente assegurados, assim como na ideia de que todas as pessoas devem ter as suas necessidades básicas garantidas.” São dissidentes, “porque entendemos que há outras narrativas mediáticas para apresentar, que há mais mundo, outras histórias e perspetivas para mostrar, vozes diferentes para ouvir.” Assumem-se como um meio

contra-poder, porque têm interesse em “quem tem menos espaço, ao mesmo tempo que procuramos escrutinar representantes políticos, responsabilizando-os pelas suas decisões.”

### 4.3.3 - *Setenta e Quatro*

O *Setenta e Quatro* é o mais recente dos projetos de jornalismo digital, lançado em 2021. Os próprios definem-se como “um projeto de informação digital que atua na garantia dos valores democráticos e progressistas”. Acreditam “que o jornalismo de investigação é um pilar fundamental para a realização de uma sociedade democrática” e pretendem “fortalecer a democracia e trazer a quem nos lê e ao espaço público temas até agora pouco explorados.” Assumem a informação como direito, e o acesso à informação como promotor do exercício democrático e fortalecedor da opinião pública. Assumem o jornalismo como serviço público, e afirmam pautar-se “por um jornalismo rigoroso e ético que apura, interpreta, correlaciona e analisa factos”, procurando “o contraditório, não confundindo, no entanto, teorias com factos.”

## Capítulo 5 - Apresentação e análise de dados

No presente capítulo serão apresentados e analisados os dados de pesquisa selecionados para este estudo, consoante os métodos e técnicas explicitados no capítulo da metodologia. Esta análise será realizada em três dimensões distintas, de modo a obter um corpo de resultados o mais sólido e generalizável possível. A primeira dimensão irá consistir nas descrições e estatutos editoriais dos órgãos de comunicação social selecionados. A segunda dimensão será baseada nas entrevistas conduzidas com os jornalistas de cada um dos órgãos de comunicação social estudados. Por fim, a terceira dimensão será constituída pela análise às reportagens jornalísticas selecionadas dos órgãos de comunicação social em estudo.

### 5.1 – Primeira dimensão de análise: Descrições e Estatutos Editoriais

Na primeira dimensão de análise serão revistas as descrições e os estatutos editoriais dos órgãos de comunicação social, por ordem de antiguidade. Será possível, assim, perceber como se percebem, quais as suas motivações e objetivos a atingir através de cada uma das publicações. Através destes dados, será também possível retirar indicações sobre os papéis jornalísticos que propõem a desempenhar.

#### 5.1.1 - *Divergente*

A *Divergente*, no separador “Sobre” do seu *website*, faz uma descrição do seu projeto que começa por um parágrafo denominado “Quem Somos”. Neste, definem-se como “uma revista digital de jornalismo narrativo” com origem em 2014. No seu estatuto editorial mencionam também este facto, definindo-se como uma “revista digital de jornalismo narrativo e investigação que privilegia formatos multimédia”. De novo na secção “Quem somos”, mencionam acreditar “na força das histórias para retratar temáticas complexas” e encaram “o jornalismo como uma ferramenta de escrutínio das estruturas de poder, capaz de contribuir para uma cidadania mais activa”. Por último, referem que não têm fins lucrativos, nem aceitam publicidade. Desta primeira descrição, é possível retirar algumas indicações: existe, explicitado por parte da *Divergente*, a vontade de desempenhar o papel monitor e facilitador do jornalismo. Quando afirmam o jornalismo como “uma ferramenta de escrutínio das estruturas de poder”, descrevem as funções do papel monitor do jornalismo, que se define, como um escaneamento

organizado do mundo real em termos das pessoas, condições, eventos e fontes de informação potencialmente relevantes (Christians et al., 2009: 139). Por outro lado, quando afirmam o jornalismo como “capaz de contribuir para uma cidadania mais activa”, descrevem as funções do papel facilitador, em que os media promovem o diálogo entre os seus cidadãos através de comunicação que os envolve de uma maneira em que estes sejam participantes ativos” e “apoiam e fortalecem a participação da sociedade civil (Christians et al., 2009: 158-159).

De seguida, na secção “Porquê DIVERGENTE?”, afirmam acreditar no jornalismo que defendem: “mais aprofundado, contextualizado e debatido”. Reivindicam o “tempo para pensar” e contrariam “a lógica imediatista das redações tradicionais”. Retratam “temas de interesse público que tendem a ser sub-representados nos média”, e procuram “dar eco a vozes que não costumam ser ouvidas”, afirmando, por fim, o trabalho do jornalista como aquele que “deve levantar questões e confrontar perspectivas”. No seu estatuto editorial, reforçam estas ideias, ao afirmar que reivindicam “o tempo e o espaço para revelar os silêncios do mundo contemporâneo”, e que privilegiam “o rigor em detrimento da rapidez”. Assumem dar “espaço às histórias”, revelar “os silêncios”, e “retratar temas de interesse público que tendem a ser sub-representados nos média”. Afirmam ainda investigar “temas de relevância social” e “aprofundar e revelar camadas, e confrontar perspectivas”.

De novo, nota-se a vontade de desempenhar o papel facilitador do jornalismo, quando se procura expor as várias perspectivas sobre um tema, visto que os media no seu papel facilitador promovem um mosaico de culturas e perspectivas diferentes (Christians et al., 2009: 158-159). No seu estatuto editorial, mencionam orientar-se por “critérios de independência, rigor, pluralismo e criatividade”. Também estas menções, principalmente a menção ao pluralismo, são importantes neste desempenhar do papel facilitador, sendo o pluralismo uma das dimensões do papel facilitador do jornalismo (Christian et al., 2009).

Por outro lado, são visíveis, também, alguns traços do papel radical do jornalismo, na procura de temas “sub-representados nos média” e de “dar eco a vozes que não costumam ser ouvidas”, visto que John Downing (2001), define os media radicais como geralmente de pequena escala, com diferentes formas, que expressam visões alternativas às políticas, prioridades e perspectivas hegemónicas. No estatuto editorial reforçam estas ideias, ao reiterar a recusa de “qualquer tipo de discriminação, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política” e ao facto de não se obrigarem “à neutralidade ou à imparcialidade quando

estiverem em causa a dignidade humana ou qualquer outro valor fundamental da vida em sociedade”.

Destacar, ainda, na secção “Porquê publicar os nossos trabalhos noutros meios de comunicação?”, a declaração de que um dos “objetivos é aproximar o jornalismo das pessoas e promover discussões públicas fora das paredes da redacção e em contacto directo com os cidadãos”, onde, de novo, se nota a vontade de desempenhar o papel facilitador dos media, cujo objetivo é promover informação e discussão que mova o público para julgamentos e ações com sentido (Christians et al., 2009: 163).

Por fim, é importante afirmar que não têm fins lucrativos, nem aceitam publicidade, e que aplicam uma “total transparência” em relação às suas atividades financeiras, algo também mencionado no seu estatuto editorial.

### 5.1.2 - *Fumaça*

O *Fumaça*, no separador “Sobre nós” do seu *website*, começa por fazer uma descrição do seu projeto, onde se define como “um podcast de jornalismo de investigação independente, progressista e dissidente, feito com profundidade e tempo para pensar”, completando, no estatuto editorial, que não “se submete a organizações partidárias, religiosas, económicas, financeiras, desportivas, culturais ou sociais, nem às suas agendas.” Continuando na secção “Sobre nós” explicam cada uma destas facetas, afirmando, em primeiro lugar, que são independentes porque todas as escolhas “dependem do interesse próprio da redação”, complementando com o facto de serem balizados pelo “estatuto editorial e a certeza de que são os jornalistas a decidir os destinos da publicação e a geri-la com total autonomia, sem administrações, direções ou hierarquias”.

Depois explicam que são progressistas porque acreditam “no progresso social, na universalidade dos Direitos Humanos efetivamente assegurados, assim como na ideia de que todas as pessoas devem ter as suas necessidades básicas garantidas”. No estatuto editorial confirmam estas ideias, reiterando acreditar “nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e na Constituição da República Portuguesa”, e considerar “a liberdade e a igualdade princípios fundamentais da vida democrática”.

Por último, afirmam-se como dissidentes, por entenderem que “há outras narrativas mediáticas para apresentar, que há mais mundo, outras histórias e perspectivas para mostrar, vozes diferentes para ouvir”. Para além destas três características, afirmam-se como “contra-poder”, e argumentam ter o interesse de “falar com quem tem menos espaço” ao mesmo tempo que procuram “escrutinar representantes políticos, responsabilizando-os pelas suas decisões”. No estatuto editorial substanciam estes dois últimos elementos, afirmando querer ouvir “especialmente as camadas da população que são menos ouvidas”, e “escrutinar a Democracia, questionando as decisões políticas de quem é nomeado ou se faz eleger, procurando fiscalizar e responsabilizar as suas ações”.

Nesta descrição encontramos a vontade de desempenhar três papéis do jornalismo distintos: o papel facilitador, o papel monitor e o papel radical. Quando, ao se afirmarem como dissidentes, argumentam existirem “outras histórias e perspectivas para mostrar, vozes diferentes para ouvir”, promovem o desempenhar do papel facilitador do jornalismo, visto que os media, quando cumprem o papel facilitador, facilitam um discurso público que tenha todas as interpretações em conta, sem ter como objetivo a convergência de um ponto de vista abstrato (Christians et al., 2009: 172).

Por outro lado, quando afirmam “escrutinar representantes políticos, responsabilizando-os pelas suas decisões”, agem dentro do papel monitor do jornalismo, visto que este papel está perto do papel de *watchdog*, ou “guardian of public interest”, sendo que um dos critérios para a monitoração seletiva é o desejo de proteger o público (Christians et al., 2009: 142).

Por último, quando se definem como progressistas, por acreditar “no progresso social, na universalidade dos Direitos Humanos efetivamente assegurados, assim como na ideia de que todas as pessoas devem ter as suas necessidades básicas garantidas”, revelam traços do papel radical do jornalismo, que insiste na absoluta igualdade e liberdade de todos os membros da sociedade democrática de um modo intransigente (Christians et al., 2009: 179).

Destacar, por fim, que o *Fumaça* pratica aquilo que define como “Transparência Radical”, em relação às suas práticas e aos aspetos financeiros do projeto, sendo, também ele, um projeto sem fins lucrativos. No seu *website* explicitam todas as formas de financiamento, que se baseiam em doações mensais dos seus contribuidores, e atribuições de bolsas por parte das mais variadas fundações e organizações.

### 5.1.3 - *Setenta e Quatro*

O *Setenta e Quatro*, no separado “Quem Somos”, do seu *website*, começa por apresentar uma secção denominada “Política Editorial”, onde se define, inicialmente, como “um projeto de informação digital que atua na garantia dos valores democráticos e progressistas”. Acredita “que o jornalismo de investigação é um pilar fundamental para a realização de uma sociedade democrática” e pretende “fortalecer a democracia”, trazendo “ao espaço público temas até agora pouco explorados”. No seu estatuto editorial complementam esta ideia, afirmando acreditar “que apenas com acesso a informação livre e credível é possível defender a democracia e aprofundar os princípios da igualdade e da liberdade”. De novo na sua “Política Editorial”, dizem ver a informação como um direito, e afirmam que “o acesso à informação independente promove o exercício democrático e fortalece a opinião pública”, incentivando à “participação cívica”. Olham para o jornalismo aprofundado como algo que contribui para evitar “discursos autoritários que coloquem em causa direitos humanos fundamentais”. Definem o jornalismo como “serviço público”, e afirmam pautar-se por “um jornalismo rigoroso e ético”, procurando “sempre o contraditório”. Rejeitam discursos “baseados no ódio ou em qualquer forma de discriminação” (algo também mencionado no Estatuto Editorial), e procuram desafiar “políticas do medo e da intolerância, trazendo para a agenda pública questões invisibilizadas pelas lógicas de poder”.

Encontramos, através da análise desta política editorial, a vontade de desempenhar três papéis do jornalismo distintos: o papel facilitador, o papel monitor, e o papel radical do jornalismo. Quando afirmam que “o acesso à informação independente promove o exercício democrático e fortalece a opinião pública”, incentivando à “participação cívica”, desempenham o papel facilitador do jornalismo, que tem como objetivo promover informação e discussão que mova o público para julgamentos e ações com sentido, e demonstram formas de textualidade que tornam cidadãos em leitores, e leitores em pessoas que tomam ações democráticas no mundo (Christians et al., 2009: 163).

Por outro lado, quando afirmam procurar “sempre o contraditório”, e trazer “para a agenda pública questões invisibilizadas pelas lógicas de poder”, desempenham o papel monitor do jornalismo, papel este que está orientado para melhorar a transparência, e procura assegurar que os agentes de poder não conseguem perpetuar males “in darkened corridors of power” (Aitamurto, Varma, 2018: 698).

Por último, ao olharem para o jornalismo aprofundado como algo que contribui para evitar “discursos autoritários que coloquem em causa direitos humanos fundamentais”, intendem praticar o papel radical dos media, papel este que não procura simplesmente informar ou facilitar o discurso, mas sim condenar ativamente estruturas sociais que possam perpetuar a dominação e opressão (Aitamurto, Varma, 2018: 698).

Referir, ainda, que o *Setenta e Quatro* obtém os seus financiamentos através de “doações individuais, bolsas de investigação e publicidade, garantindo assim a sua independência”, sendo assim um órgão de comunicação social sem fins lucrativos, e que está aberto a parcerias. Tem, ainda, neste separador “Quem somos” referência à possibilidade de ser uma fonte para a publicação, ou de escrever peças para serem publicadas pelo *Setenta e Quatro* nos mais diversos géneros jornalísticos.

#### 5.1.4 - Discussões sobre as Descrições e Estatutos Editoriais

Realizado esta primeira dimensão de análise, onde foram exploradas as descrições e estatutos editoriais dos três órgãos de comunicação social selecionados, é possível tirar, desde já, algumas indicações: em primeiro lugar, apontar que estes três media são instituições sem fins lucrativos, que praticam uma transparência total (ou como o *Fumaça* refere, ‘radical’) sobre as suas atividades jornalísticas e financeiras.

Outra indicação é o facto de todas as três publicações afirmarem olhar para o jornalismo como pilar, ou garante, do bom funcionamento da democracia, e se apoiarem em perspetivas de um jornalismo contextualizado, ou aprofundado, com o tempo e espaço que este necessita.

Assinala-se também que as três publicações realizam a prática do jornalismo investigativo, ainda que uma delas, a *Divergente*, não se assumia apenas como um órgão de comunicação social investigativo, tendo também um carácter narrativo bastante presente na sua génese.

Por fim, pôde assinalar-se que os três órgãos de comunicação social têm a intenção de praticar três papéis jornalísticos distintos: o papel monitor, o papel facilitador e o papel radical. O papel monitor é mencionado pelos três, sendo que o papel facilitador é mais vincado na *Divergente* em relação às outras duas plataformas. Traços do papel radical do jornalismo também foram identificados nas intenções dos três media, nomeadamente numa perspetiva da defesa e respeito pelos Direitos Humanos, e na luta contra o discurso de ódio e discriminação.

## 5.2 - Segunda dimensão de análise: Entrevistas

Na segunda dimensão de análise, serão analisadas as entrevistas realizadas com cada um dos jornalistas dos três órgãos de comunicação social selecionados, na procura de perceber as perceções destes sobre as suas práticas e os seus papéis, bem como as motivações e objetivos dos projetos. Referir, então, que pertencentes à *Divergente* foram entrevistadas Sofia de Palma Rodrigues, jornalista e editora-executiva e Luciana Maruta, jornalista; pertencente ao *Fumaça* foi entrevistado Nuno Viegas, jornalista e angariador de fundos; e pertencente ao *Setenta e Quatro* foi entrevistado Filipe Teles, jornalista e co-fundador.

A transcrição das entrevistas pode ser consultada na sua totalidade nos anexos A, B e C da presente dissertação.

### 5.2.1 - *Divergente*

Em relação aos objetivos do projeto, Sofia de Palma Rodrigues respondeu que o que consideram diferenciar

“(…) a *Divergente* é que nós queremos contar histórias e ouvir as pessoas que não tem palco nos media tradicionais (...) focar-nos nesses tipos de temas e pessoas e trazer esses temas para a *Divergente* e contar histórias com eles. Fazer um caminho inverso em relação aos media tradicionais, que geralmente começam com um especialista ou alguém no poder e só depois é que ouves outras vozes para encaixar naquilo que já tinhas”.

Esta resposta aponta, então, para o desempenhar do papel facilitador do jornalismo, onde se procura que os media promovam um mosaico de culturas e perspetivas diferentes (Christians et al., 2009: 158-159).

Outro dos objetivos, nas palavras de Sofia Palma Rodrigues,

“(…) é levar o jornalismo para ao pé das pessoas. Nós somos uma publicação digital, queremos ter uma imprensa também, e para nos é importante essa presença física, e esta presença tem se traduzido em que todos os nossos trabalhos tem apresentações públicas e são debatidos pelas pessoas comuns”.

Luciana Maruta complementa esta ideia: “no fundo somos mediadores de algo, ou seja, transportamos informação, mas queremos que essa informação se engrandeça com estes espaços de debate e reflexão coletiva”. De novo, estas respostas apontam para uma vontade de desempenhar o papel facilitador do jornalismo, na perspetiva de gerar o debate público, relembrando que no seu papel facilitador, os media promovem o diálogo entre os seus cidadãos através de comunicação que os envolve de uma maneira em que estes sejam participantes ativos

(Christians et al., 2009: 158-159). Esta ideia é confirmada por Sofia de Palma Rodrigues, que afirma que:

“(...) a palavra que esta aqui em comum nestes objetivos é a democratização - democratização na feitura em que o jornalista não é o centro, uma democratização na escolha das fontes, e uma democratização dos públicos, em que o publico pode fazer parte de um debate, não recebe o trabalho como algo final”.

Nos termos da sua relação com os órgãos de poder, Sofia de Palma Rodrigues afirma que a relação não é “de oposição nunca” mas

“(...) de escrutínio, de questionamento. O estado não é meu inimigo, o governo não é meu inimigo, mas também não é meu amigo. Quem está no poder deve ser questionado, e tem o dever de responder. As coisas tornam-se oposição no momento em que quem tem o dever de responder não responde”.

Neste sentido, assistimos à presença do papel monitor do jornalismo, que almeja informar o público mantendo-se atento aos agentes que estão no poder, de modo a traduzir e interpretar as ações destes para o público (Aitamurto, Varma, 2018: 698).

Em relação ao impacto procurado pelas peças, admitem que este diverge de peça para peça, demonstrando, assim, o desempenhar de mais do que um papel do jornalismo. Sofia de Palma Rodrigues começa por afirmar que “ninguém faz trabalhos para si, portanto é uma coisa que nos preocupa no sentido em que queremos fazer chegar aquele trabalho a um maior número possível de pessoas.” Luciana Maruta complementa esta ideia, afirmando que

“(...) a maneira como escreves, fazes passar a mensagem, que seja acessível para o maior número de pessoas, a maneira de como publicamos uma história na Divergente e que pode ser adaptada para outros órgãos de comunicação que vai chegar a outros públicos. É mais uma questão de alargar o alcance e permitires que o tema que achamos que é relevante esteja numa série de lugares e que possa gerar debates nesses diferentes lugares. Acho que é mais por aí, procuras impacto nisso, porque aumentas o alcance, fazer tocar o sininho e as pessoas começarem a pensar sobre aquilo”.

Nestas respostas está, de novo, espelhado o papel facilitador do jornalismo, que age como moderador de deliberação, construindo uma arena para o debate público, e encorajando a participação pública (Aitamurto, Varma, 2018: 698).

Este impacto, no entanto, difere de peça para peça, como explica Sofia de Palma Rodrigues:

“(...) a questão do impacto depende também dos trabalhos. No “por ti, Portugal, eu juro” pretendemos mudanças políticas, além do debate. Uma alteração no status quo. Houve promessas que foram feitas e não foram cumpridas e isto precisa de ser resolvido. No fado bicha, ou o chá da meia noite, não faz sentido pensar numa mudança política, mas faz sentido pensar no impacto de mudança de consciência de quem vê aquele trabalho, que

a longo prazo poderá resultar numa mudança pública ou política porque todos nos votamos”.

Segundo estas palavras, podemos perceber que, quando se justifica, também o papel radical do jornalismo pode ser desempenhado, para além do papel facilitador ou monitor. O papel radical não procura simplesmente informar ou facilitar o discurso, mas sim condenar ativamente estruturas sociais que possam perpetuar a dominação e opressão (Aitamurto, Varma, 2018: 698), algo que acontece, como menciona a jornalista, na reportagem da *Divergente* “Por ti, Portugal, Eu juro”. A jornalista ressalva, no entanto, que

“(…) os jornalistas não devem ser ativistas por causas na sua vida profissional, porque causa descridibilidade e enviesa os teus públicos. Porque a partir do momento em que assumes o ativismo de uma causa, perdes a capacidade de problematizá-la e perdes a capacidade de ter empatia para com pessoas que até poderiam mudar a sua opinião se lhes conseguisses explicar de forma plural o que esta em causa. Por isso, dentro do papel de jornalista, algo que gostaríamos muito é que alguns dos nossos trabalhos trouxessem mudança, mas que não advém de ativismo social da nossa parte, mas de termos feito uma denuncia de uma situação que estava escondida, que veio cá para fora, que pode criar debate público o que pode trazer mudança”.

Notamos, então, nestas palavras, o privilegiar dos papéis facilitador e monitor sobre o papel radical nas práticas da *Divergente*, bem como no impacto procurado com as peças.

Através da análise da entrevista às jornalistas da *Divergente*, Sofia de Palma Rodrigues e Luciana Maruta, é possível notar a intenção de uma presença muito vincada do papel facilitador do jornalismo nos seus objetivos, motivações e impacto pretendido. Várias vezes as jornalistas referem a importância da criação de debate público através das suas peças. A intenção de desempenhar o papel monitor é também uma presença importante no trabalho da *Divergente*, com uma perspectiva de escrutínio e questionamento em relação aos órgãos de poder. Por último, notamos traços da intenção de desempenhar do papel radical do jornalismo, ainda que este seja desempenhado em situações bastante específicas, e não como regra. As jornalistas, de resto, acreditam que o jornalista não deve ter as funções de “ativista social”, afastando-se assim do ideal radical do jornalismo como situação generalizada nos seus trabalhos.

### 5.2.2 - *Fumaça*

Em relação aos objetivos do projeto, o jornalista Nuno Viegas começa por explicitar o que vem descrito no estatuto editorial do *Fumaça*:

“Somos progressistas, somos dissidentes, somos independentes. Somos progressistas porque temos uma visão mundo – acho sinceramente que nenhuma pessoa razoável pode acreditar na objetividade do jornalismo, acho que ninguém quer que haja um debate sobre escravatura nos termos de “escravatura, certo ou errado?”. Portanto nós somos progressistas, temos posições na defesa dos direitos e dignidade humana – pessoas devem ser pagas pelo seu trabalho, povos tem direito a sua autodeterminação, linhas editoriais do Fumaça. A nossa linha é essencialmente esta. És progressista e és dissidente, o que significa? Significa que procuramos histórias de desigualdades, de desrespeito pelos direitos humanos, e isto são as grandes categorias”.

Estas ideias espelham o desempenho do papel radical do jornalismo, que trabalha para garantir que nenhuma injustiça é tolerada. O compromisso radical democrático procura a contínua eliminação das concentrações de poder social, de modo a que todos os indivíduos participem de maneira igual em todas as decisões sociais (Christians et al., 2009: 179).

Existem, no entanto, outros objetivos, que também explicita, como a interferência “no espaço mediático com uma conversa que não esta lá, e para ter essa conversa eu preciso de pessoas que não estão lá. O objetivo não é elas falarem, o objetivo é mexer na conversa e a forma disso são essas pessoas e as suas intervenções e ideias, não pela sua identidade”. Desta forma, põe o foco na multiplicidade de perspetivas, ao invés de uma escolha seletiva de quem é desprivilegiado, ou vítima de alguma injustiça. Estes fatores apontam, por sua vez, para o desempenho do papel facilitador do jornalismo, visto que os media no seu papel facilitador promovem um mosaico de culturas e perspetivas diferentes (Christians et al., 2009: 159). Esta ideia da procura por múltiplas e diferentes perspetivas surge mais vezes ao longo da entrevista, quando se afirma, por exemplo, que

“(…) temos um critério editorial claro de... aborrece-nos muito ouvir as mesmas vozes de sempre, tem muito pouco interesse”, ou “se eu vou falar de segurança privada, eu quero falar com quem? Eu quero falar com seguranças privados, 30 ou 40 deles. Quero falar com estas pessoas que não são as pessoas fáceis, porque temos tempo para isso”.

Em relação ao impacto pretendido pelo projeto e pelas peças, é repetida a mesma ideia várias vezes: “Interferência no discurso público” é uma das respostas de Nuno Viegas, que prossegue:

“(…) Introduzir algo no discurso mediático que responde ao interesse público, cujo objetivo é a nossa resiliência democrática e social, a fortificação da nossa dignidade enquanto pessoas e enquanto sociedade. Com o interesse que serve as pessoas terem direito a vidas dignas e a vidas democráticas. E acho que isso se faz graças a um processo gradual de interferência no discurso mediático”.

Afirma ainda que a sua expectativa em relação ao seu trabalho é que “as pessoas saiam e tenham mais informação quando forem votar. A nossa função é termos o eleitor o mais informado possível na cabine”. Estas respostas apontam para o desempenho do papel

facilitador do jornalismo, cujo objetivo é promover informação e discussão que mova o público para julgamentos e ações com sentido, e demonstram formas de textualidade que tornam cidadãos em leitores, e leitores em pessoas que tomam ações democráticas no mundo (Christians et al., 2009: 163).

Ainda em relação ao impacto procurado com o seu trabalho, o jornalista do *Fumaça* afirma que

“(...) tem um papel de consciencialização, largamente, que só é possível pela denúncia de atrocidades específicas. Quando eu venho e te digo o Grupo 8 neste caso pagou horas extras com subsídios de alimentação - denúncia específica de caso concreto. Porquê? Para um efeito de consciencialização de respeito de direitos laborais, da dignidade laboral, que advém de as pessoas não terem uma hora de almoço”.

É, então, importante afirmar que também encontramos traços do papel monitor do jornalismo, na perspetiva da denúncia de injustiças ou ilegalidades por parte de instituições ou organizações poderosas, visto que este papel é essencial para manter a responsabilidade dos governos em relação ao público, e a segurança e vitalidade da esfera pública (Christians et al., 2009: 144).

Em relação ao seu papel como jornalista, Nuno Viegas define-se como alguém que faz “macro retratos, tentar ver os sistemas muito grandes, tentar mostrar os sistemas que são grandes demais para olharmos para eles todos de uma vez”. Expande nesta questão, adicionando que o seu papel é também o de “propor visões. Tentar defini-las e deixar interpretações possíveis, com a noção de que eu quero muito que tu saibas isto para ir votar. Para teres uma participação ativa na vida democrática”. Reitera ainda que “há um papel de moderador de debate público a certo ponto, mas no sentido de elevar o nível do discurso público, por um lado das coisas que debatemos, e por outro o grau das coisas que debatemos. E é muito assim que eu vejo o papel de moderador”. Aponta-se, então, para um desempenhar do papel facilitador, que age como moderador de deliberação, construindo uma arena para o debate público, e encorajando a participação pública (Aitamurto, Varma, 2018: 698).

Por outro lado, afirma também que

“(...) se tivesse que externamente fazer a análise, diria que me punha entre o *watchdog* e o *advocacy*, em que claramente há um pendor para o desafio institucional, e aos órgãos de poder, formal e informal, político e económico. Tem um claro papel do foco da tensão, a crítica a que estás disposto é essa. E depois isso é feito largamente em resposta a reivindicações de vários grupos e estratos, que tem uma sequência geralmente repetida de reivindicações e que são levadas até essas entidades de que estás a ser o *watchdog*, estás a vigiar as falhas deles e vigias através do *advocacy* por esses grupos”.

Estas considerações demonstram traços tanto do papel monitor do jornalismo, quando o jornalista afirma que age como *watchdog*, mas também do papel radical do jornalismo, quando menciona o facto de considerar fazer advocacia por certos grupos (Quadro 1).

Nos termos das suas relações com o poder, começa por afirmar que as “prioridades quando és contra-poder são olhar para as pessoas poderosas porque são quem tem de ser mais questionado, porque o teu holofote está apontado para o poder, as pessoas e instituições que tem o poder, a capacidade de intervenção”, ideias que apontam para o papel monitor do jornalismo que almeja informar o público mantendo-se atento aos agentes que estão no poder (Aitamurto, Varma, 2018: 698). Para além disto, refere que “a perspetiva de poder vai alterando, de trabalho para trabalho e mesmo dentro do mesmo trabalho”, uma ideia muito própria do papel radical do media onde o poder não pode ser atribuído a uma posição social em particular, visto ser necessário ter uma visão holística da sociedade e uma noção de poder como omnipresente (Christians et al., 2009: 193).

Por último, é importante referir que a defesa dos Direitos Humanos é um valor com bastante peso para o jornalista do *Fumaça*, que afirma que assume “os direitos laborais como direitos humanos, que devem ser tratados com a mesma dignidade”, e que

“(…) não respeitarmos essa dignidade tem consequência negativas na tua vida, por exemplo a violência. E, o responsável por isto, não só a nível regulatório, mas de condições laborais, é o estado, através de processos sistémicos de privatização e externalização destes setores. E o trabalho aqui, na verdade são este macro retratos, a criação sucessiva da consciência destes movimentos, e o deixar claro estes processos que passam por naturais e obrigatórios”.

De facto, Nuno Viegas assume mesmo um partidarismo para com estas ideias:

“(…) De forma descritiva, acho que podes olhar para essa reportagem e dizer obviamente isto é uma reportagem que toma o partido destes trabalhadores, dos seguranças privados (...) prescritivamente, na forma como encaro o meu trabalho, eu dir-te-ia que sou extremamente partidário para com uma determinada visão ideológica do mundo. Sou partidário para com o respeito dos direitos e dignidade humana, não são negociáveis para mim”.

Estas ideias e considerações apontam para a presença do papel radical do jornalismo, que está do lado daqueles que desenvolvem formas de resistência e advocacia contra os agentes de poder dominantes. Sendo assim, os media radicais são, por definição, partidários (Christians et al., 2009: 180).

Fazendo uma análise à entrevista com o jornalista do *Fumaça*, Nuno Viegas, notamos a intenção de desempenhar tanto o papel radical do jornalismo, como o papel monitor, com o jornalista a colocar o jornalismo que faz algures no meio entre o papel de *watchdog* e de

advocacia, sinais claros da presença destes papéis já mencionados. Por outro lado, encontramos também a intenção da presença do papel facilitador do jornalismo, com a preocupação do jornalista em que os leitores obtenham informação para que possam ter uma participação ativa na vida democrática.

### 5.2.3 - *Setenta e Quatro*

Em relação aos objetivos do projeto, Filipe Teles começa por afirmar que “o objetivo específico inicialmente era combater a extrema direita (...) hoje queremos dar um contributo maior ao jornalismo de investigação que não só a extrema direita”. Refere também que, na génese do projeto, “Há um fator de oposição ao poder. Anti-poder, estar contra os poderes instalados, que dada a sua concentração de poder não existe muito contraditório, por interferências obscuras, que não são discutidas no espaço público.” Esta consideração, de revelar situações que não são discutidas no espaço público, revela o desempenho do papel monitor do jornalismo, que está orientado para melhorar a transparência, e procura assegurar que os agentes no poder não conseguem perpetuar males “in darkened corridors of power” (Aitamurto, Varma, 2018: 698). Estas questões são revisitadas pelo jornalista do *Setenta e Quatro*, quando afirma que

“(...) o objetivo jornalístico está ligado com a defesa da democracia. Vejo a minha profissão como... a definição do jornalismo de investigação é tentar revelar questões que estão ocultas que determinados agentes não querem que se revele, sempre numa perspetiva de uma sociedade mais justa e aberta e democrática”.

Em relação ao impacto pretendido pelo projeto, e as suas investigações, o jornalista refere que

“(...) o jornalismo de investigação tem de ter impacto, se não, não serve para nada. Seja para gerar mudanças legislativas, seja para recuperar algo que foi perdido, seja para revelar determinadas coisas que estão escondidas e que um agente não quer que se revele, seja para contribuir para um debate público mais informado, mais democrático”.

Complementa com as intenções de tentar revelar determinados segredos escondidos “que certos poderes instalados não querem que se revele, tentar contribuir para um debate mais informado que ajude a ação democrática, e o jornalismo serve para influenciar, por isso se acabar em mudanças legislativas para uma vida mais democrática, é esse o grande propósito”. Estas considerações, para além do já mencionado papel monitor, demonstram também traços do desempenho do papel facilitador do jornalismo, que constrói uma arena para o debate

público, e encorajando a participação pública (Aitamurto, Varma, 2018: 698). Nesta linha, reitera ainda que “O jornalismo serve para influenciar”.

Em relação ao seu papel como jornalista, Filipe Teles menciona duas questões distintas. Em primeiro lugar, afirma que um dos papéis é o de “ser mediador (...) O trabalho jornalístico é esse, é muito de mediação também”. Depois, afirma que também tem um papel “de escrutínio”, complementando com o facto de não serem imparciais “porque o código deontológico não é imparcial, quando diz que o jornalismo se deve opor ao discurso de ódio, racismo, às discriminações de género, etc etc, e é aí que nos enquadrámos”. Expandido nesta ideia, o jornalista afirma que “o método jornalístico é adotado” e que são “o mais factuais possíveis, mas quando escolhes reportar uma coisa e não outra já estás a ser subjetivo. Não somos imparciais, e traçamos a linha na extrema direita, e tudo o que for progressista de alguma forma e queria combater o discurso de ódio, o racismo, etc,”. Este “traçar de linha” na extrema direita, e combate ao discurso de ódio, revela traços do papel radical do jornalismo, que procura condenar ativamente estruturas sociais que possam perpetuar a dominação e opressão (Aitamurto, Varma, 2018: 698).

Apesar destas últimas considerações, o jornalista afirma que tentam “ter um certo equilíbrio. Olhando para o que publicamos até pode ser considerado *advocacy journalism*, mas tentamos não dar muito relevo a isso para manter uma certa independência”. Sendo assim, apesar de admitir estes traços do papel radical do jornalismo através das suas características de advocacia, Filipe Teles afirma que não é algo que procurem ou almejem necessariamente.

Analisando, então, a entrevista ao jornalista do *Setenta e Quatro*, Filipe Teles, encontramos a intenção da presença do papel monitor do jornalismo, sendo referido, mais que uma vez, a vontade de revelar segredos ou informações que podem estar escondidas por influência dos órgãos de poder. A intenção de desempenhar o papel facilitador também é importante, com um dos objetivos a ser, exatamente, a partilha de informações para que os leitores possam ter uma participação cívica mais vincada. Em relação ao papel radical do jornalismo, é possível vislumbrar a intenção da sua prática, principalmente na renúncia à extrema direita e a qualquer discurso de ódio, sendo que não é algo admitidamente procurado pelo jornalista, como este refere.

#### 5.2.4 - Discussão sobre as Entrevistas

A primeira indicação que podemos retirar das entrevistas analisadas é a ausência da intenção de desempenhar o papel colaborador do jornalismo, visto que em nenhuma das entrevistas encontramos indícios, ou traços do desempenhar deste papel por parte dos jornalistas ou dos órgãos de comunicação. Esta questão confirma, de certo modo, a definição dos media alternativos como media críticos (Fuchs, 2010), que procuram afastar-se desta colaboração com os órgãos de poder, e servir outro tipo de interesses.

Por outro lado, notamos, a intenção da presença dos outros três papéis do jornalismo: o papel monitor, facilitador e radical. O papel monitor e o papel facilitador do jornalismo são consensuais, sendo que a intenção de os desempenhar é perseguida pelos três órgãos de comunicação social, que têm como objetivos tanto o escrutínio e questionamento dos órgãos de poder, bem como a facilitação do debate público e da participação cívica por parte dos seus leitores. O papel monitor do jornalismo é, de resto, o que mais se destaca, algo descrito pelas palavras de Filipe Teles: “a definição do jornalismo de investigação é tentar revelar questões que estão ocultas que determinados agentes não querem que se revele, sempre numa perspetiva de uma sociedade mais justa e aberta e democrática.”, e que vai ao encontro da descrição deste papel: este termo enfatiza o carácter aberto da atividade e a sua intenção de beneficiar os recetores de informação, ao invés dos agentes de informação ou controlo (Christians et al., 2009: 139)

Em relação ao papel radical do jornalismo, as intenções são mais assumidas em relação ao *Fumaça*, onde o jornalista Nuno Viegas admite mesmo um grau de advocacia para com certos grupos sociais através do seu trabalho. Por outro lado, tanto a *Divergente* como o *Setenta e Quatro* assumem a presença deste papel pontualmente, afastando-se, no entanto, do desempenhar do papel radical do jornalismo como regra geral da sua atividade jornalística.

### 5.3 – Terceira dimensão de análise: Investigações

Na terceira dimensão de análise da presente dissertação serão revistas as investigações levadas a cabo pelos três órgãos de comunicação social. Para esta análise, foram selecionadas cinco investigações da *Divergente* que se caracterizam como jornalismo investigativo, cinco investigações do *Fumaça* presentes no separador “Séries” do seu *website*, e quatro investigações do *Setenta e Quatro*, presentes no separador “Investigações 74” do seu *website*.

As investigações serão brevemente resumidas, e analisadas consoante as temáticas que tratam, e os papéis jornalísticos que desempenham.

### 5.3.1 - *Divergente*

Serão, neste subcapítulo, analisadas cinco reportagens jornalísticas da *Divergente*, sendo elas, por ordem de antiguidade: *Juventude em Jogo*, *O Zé quer saber porquê*, *Terra de todos*, *Terra de alguns*, *Por ti*, *Portugal, eu juro* e *Às escondidas*, elas também fizeram a revolução.

#### **Juventude em Jogo<sup>1</sup>**

A reportagem jornalística *Juventude em Jogo* foi publicada a 27 de Dezembro de 2015 pelo órgão de comunicação social *Divergente*, e foca-se na vinda de jovens africanos e sul americanos para a Europa, nomeadamente para Portugal, para serem jogadores de futebol profissionais. A peça está dividida em quatro partes distintas: a primeira parte, chamada “A fuga possível” trata o caso de Francisco Junior, originário da Guiné-Bissau; a segunda parte, chamada “O Messi do Brasil” trata a história de Cassiano Bouzon, originário do Brasil; a terceira parte, denominada “Uma espera incerta” conta a história de Valentine Apkey, com origem na Nigéria; a quarta e última parte da reportagem chama-se “Dados em jogo”, e faz uma síntese dos dados disponíveis, trabalhos pelos jornalistas da *Divergente*, sobre o fenómeno dos jovens africanos e sul-americanos que vêm para a Europa para jogar futebol.

A reportagem é feita através dos testemunhos destes jovens, e explora o aproveitamento do sonho de se tornarem jogadores de futebol, por parte de empresários, clubes de futebol, e até das próprias famílias. Citando a peça:

“Francisco reconhece que vir para a Europa foi o melhor que lhe aconteceu, mas não compactua com o esquema montado. Garante que vai falar até lhe faltar a voz: “Não tenho medo de ninguém, não dependo de ninguém – só dos meus pés. É feio trazer os miúdos de África e abandoná-los na Europa. Porque quando eu digo abandono, é abandono... “.

Existe uma crítica ao sistema que permite que tais situações aconteçam, e um certo grau de solidariedade para com as crianças que passam por estas situações, dando-lhes o espaço para

---

<sup>1</sup> <https://futebol.divergente.pt/>, visitado a 10/7/2022

que pudessem contar a sua história. Observamos, assim, traços do papel monitor e radical do jornalismo. No entanto, apesar das críticas, não existem alternativas ao sistema, nem pedidos de reformas estruturais. Neste sentido, o objetivo da reportagem parece prender-se com a consciencialização para o problema, e uma abertura de portas para um debate público que alerte para estas situações. Sendo assim, a peça apresenta principalmente características do papel facilitador do jornalismo.

### **O Zé quer saber porquê<sup>2</sup>**

A reportagem jornalística *O Zé quer saber porquê*, um documentário, foi publicada a 31 de Dezembro de 2019, e trata a questão das alterações climáticas, focando-se na história da povoação de Elabab, na Guiné-Bissau. Esta pequena povoação, com 435 habitantes, tem sofrido com as alterações climáticas, sem que os seus habitantes percebam o porquê deste sofrimento. Citando a peça: “Zé não sabe o que quer dizer “aquecimento global” mas conhece bem as mudanças nas estações e o seu impacto na vida de Elalab, uma comunidade no Norte da Guiné-Bissau em risco de desaparecer.”

Apesar de dar expressão mediática a comunidades marginalizadas, a peça parece estar mais alinhada com o papel facilitador dos media, procurando, então, através da história desta comunidade, criar consciencialização para um problema que afeta todos, ainda que de formas diferentes, sendo que no papel facilitador os praticantes dos media não reduzem os problemas sociais a problemas administrativos e financeiros da classe política, mas ajudam o público a perceber as suas experiências do dia-a-dia. O seu objetivo é escrever peças que movam o público para julgamentos e ações com sentido, e demonstram formas de textualidade que tornam cidadãos em leitores, e leitores em pessoas que tomam ações democráticas no mundo (Christians et al., 2009: 163).

### **Terra de todos, Terra de alguns<sup>3</sup>**

A reportagem jornalística *Terra de todos, Terra de alguns* foi publicada a 12 de Julho de 2018, e explora os temas da crise mundial de alimentos, e da exploração agrícola industrial em Moçambique. A peça está dividida em quatro partes distintas: a primeira parte, chamada

---

<sup>2</sup> <https://divergente.pt/o-ze-quer-saber-porque/>, visitado a 10/7/2022

<sup>3</sup> <https://terradealguns.divergente.pt/>, visitado a 10/7/2022

“Jogo de Forças” conta a história da pequena aldeia de Napai II, e da empresa Green Resources; a segunda parte, denominada “Catarse”, fala sobre a população de Ruace e da empresa Hoyo Hoyo; a terceira parte, chamada “A resistência mora aqui” explora a história da população de Nakari, e das empresas Agromoz e Pro Savana; a última parte, denominada “Os números”, trata e apresenta os dados sobre esta temática, ajudando assim a contar a história por outra perspectiva.

A reportagem é feita através dos testemunhos das populações que sofreram com a entrada destas empresas nos seus territórios, que perderam as suas terras e os seus sustentos em troca de muito pouco. Citando a reportagem:

“As promessas eram muitas (...) Em troca, os camponeses teriam de ceder a única coisa que lhes garantia o sustento: as suas terras. Seis anos depois, a produção e rendimento agrícolas diminuíram, as compensações e indemnizações não foram pagas como acordado, (...) e as terras, onde a comunidade construía as suas habitações e produzia alimentos - para consumir e comercializar -, estão agora ocupadas por plantações de eucalipto”.

Esta denúncia, que acontece também para os outros casos explorados na investigação, aponta para o desempenho do papel monitor do jornalismo, no sentido de escrutinar os poderes corporativos e governamentais, e expor situações que poderiam estar escondidas. Lembrar que o papel monitor está orientado para melhorar a transparência, e assegurar que os agentes no poder não conseguem perpetuar males “in darkened corridors of power” (Aitamurto, Varma, 2018: 698).

De resto, através da exposição de informação sobre estes casos, parece existir também uma perspectiva de consciencialização em relação ao fenómeno e à situação destas populações. Por outro lado, existe também um fator de solidariedade e procura de responsabilização dos órgãos de poder por estas situações, o que aponta para a existência de traços do papel facilitador e radical do jornalismo.

### **Por ti, Portugal, eu juro<sup>4</sup>**

A reportagem jornalística *Por ti, Portugal, eu juro*, publicada a 30 de Setembro de 2021, é uma investigação sobre antigos militares da Guiné-Bissau que lutaram por Portugal durante a guerra colonial, e foram deixados ao abandono aquando o fim desta guerra. A peça está dividida em quatro partes distintas: a primeira parte, chamada “Sangue e açúcar” trata o período

---

<sup>4</sup> <https://por-ti-portugal.divergente.pt/>, visitado a 11/7/2022

pré-guerra, em que milhares de africanos foram integrados no exército português; a segunda parte, “Galos de combate”, fala da criação das Companhias de Comandos Africanos na Guiné; a terceira parte, denominada “Carne para canhão”, fala do período pós-guerra para estes militares africanos que lutaram no lado de Portugal; a última parte, “E agora, Portugal?”, é um pedido de responsabilidade ao Estado Português pela situação destas pessoas.

A investigação tem o seu foco nas histórias e experiências destes antigos militares, em relação ao que passaram e sofreram. Existem críticas subjacentes às políticas coloniais e à ação dos portugueses neste país, tanto antes, como durante a guerra colonial. Citando a reportagem:

“Para conseguir reinar, era preciso fazer com que os nascidos em África se sujeitassem às normas do projeto colonial. Com esse intuito, em 1954, o Governo português promulgou o Estatuto dos Indígenas. O documento dividia os guineenses, moçambicanos e angolanos entre “não civilizados” e “civilizados”, e permitia aos segundos aceder à cidadania portuguesa desde que soubessem ler e escrever, apresentassem rendimentos suficientes para o sustento familiar e mostrassem um bom comportamento. Uma manobra de maquilhagem que manteria à margem, até ao final da ditadura, a maioria das pessoas negras”.

Existem ainda críticas aos agentes que estão hoje no poder, expressas em pedidos de responsabilidade para com as pessoas que protagonizam a reportagem jornalística. Este pedido demonstra-se, na prática, através do último capítulo da investigação, “E agora Portugal?”, ainda por publicar, onde surge a seguinte descrição:

“A aguardar resposta do Estado Português. Encaramos o jornalismo como ferramenta de escrutínio das estruturas de poder e só o Estado português saberá clarificar e responder às reivindicações das pessoas retratadas nesta reportagem. Desde Março de 2021 que contactamos repetidamente os ministérios das Finanças, Negócios estrangeiros e Defesa. Esta capítulo só será publicado quando obtivermos essas respostas.”

Sendo assim, a investigação tem o seu foco nas pessoas que sofreram pela ação de agentes do poder, oferece críticas às estruturas de poder passadas, e presentes, e procura responsabilizar os agentes no poder de modo a atingir justiça, ou pelo menos melhorar a situação destes antigos militares, características típicas do papel radical do jornalismo, que insiste na absoluta igualdade e liberdade de todos os membros da sociedade democrática de uma maneira completamente intransigente para garantir que nenhuma injustiça é tolerada (Christians et al., 2009: 179).

Por outro lado, a investigação pretende também a exposição de informações que estavam escondidas e que concernem agentes de poder, bem como a consciencialização pública das situações que estes antigos militares passaram, demonstrando assim, também, traços do papel facilitador e monitor do jornalismo.

## **Às escondidas, elas também fizeram a revolução<sup>5</sup>**

A reportagem jornalística *Às escondidas, elas também fizeram a revolução*, publicada a 25 de Abril de 2022, trata a participação das mulheres na resistência ao Estado Novo e o seu papel na revolução de 25 de Abril de 1974. A peça está dividida em duas partes, uma que conta a história de Maria Machado Pulquério, e outra que conta a história de Luísa Tito de Moraes. Retrata as experiências destas duas mulheres que viveram na clandestinidade até à Revolução de Abril, em nome da luta contra a ditadura que se vivia em Portugal. Citando a reportagem:

“A história do 25 de abril é quase sempre contada por corajosos capitães, poetas e cantautores, revolucionários, intelectuais dirigentes de partidos. Todos homens. De fora, ficam as mulheres que estiveram na linha da frente do combate ao regime, que também sofreram ameaças de prisão, tortura e morte, que renunciaram à família e até à própria identidade”.

Trata um tema relacionado com a causa feminista, e não apresenta críticas vincadas ou intervenções no sentido de ser feita justiça (até por se tratar de histórias que aconteceram há quase 50 anos). Existem, claro, críticas ao sistema ditatorial, ou mesmo ao papel das mulheres dentro da ação do PCP. No entanto, estas críticas não são feitas no sentido de denunciar injustiças, ou escrutinar órgãos de poder, mas com o objetivo de contar as histórias, até então, desconhecidas, destas mulheres e de muitas outras. Expõe-se, então, as histórias, não com o objetivo de denunciar, mas com o objetivo de consciencializar e levar mais longe os testemunhos que são muitas vezes ignorados pelas agendas mediáticas.

Destaca-se, então, o papel facilitador do jornalismo, que procura não só a deliberação e a inclusão, mas, principalmente, um maior debate público, onde o jornalista funciona como moderador, criando consciência de certos assuntos que poderiam estar fora da esfera pública, e procurando que estes sejam conversados e debatidos. Reiterar que o papel facilitador promove a comunicação participativa entre pessoas normais e responde às necessidades destas pessoas, em vez de aos interesses das elites governamentais. Os jornalistas são vistos como um participante de comunidades ativas, comprometidos com o entendimento concreto das suas comunidades. Assim, no papel facilitador, os praticantes dos media não reduzem os problemas sociais a problemas administrativos e financeiros da classe política, mas ajudam o público a perceber as suas experiências do dia-a-dia. O seu objetivo é escrever peças que movam o público para julgamentos e ações com sentido (Christians et al., 2009: 163).

---

<sup>5</sup> <https://www.elas-fizeram-revolucao.divergente.pt/>, visitado a 11/7/2022

### 5.3.2 - *Fumaça*

Neste sub-capítulo serão analisadas as cinco investigações do órgão de comunicação social *Fumaça* que estão presentes no seu separador “Séries”, separador este que agrupa as maiores investigações da plataforma, tanto em termo de extensão, como de recursos. Estas investigações são, por ordem de antiguidade: *Palestina, histórias de um país ocupado*, *Dá-lhe gás*, *Aquilo é a Europa*, *A Serpente*, *o Leão e o Caçador* e *Exército de Precários*

#### **Palestina, histórias de um país ocupado<sup>6</sup>**

A reportagem jornalística *Palestina, histórias de um país ocupado*, publicada entre 15 de Maio e 2 de Agosto de 2018, é composta por 6 capítulos: “Ramallah, a cidade artificial”, “Belém, do milagre da vida à banalidade da morte”, “Hebron, o labirinto do apartheid”, “Ramallah, onde está o meu irmão?”, “Jerusalém, minha, tua, de quem a ocupar” e “Palestina, a maioria silenciada”. Esta série documental trata a história da ocupação da Palestina, e parte do testemunho de alguns dos seus habitantes, demonstrando como este país está, no fundo, sob ocupação israelita, e como este conflito é tremendamente desigual. Citando a reportagem: “De qualquer forma, os mísseis disparados a partir de Gaza, quando comparados com o armamento das forças militares israelitas, deixam bem clara a relação “David contra Golias” que desde sempre existe na região.”

Para além de ter este foco num povo ocupado, à procura de paz e da sua terra, é bastante crítico em relação a instituições governamentais, órgãos de poder que perpetuam a situação, procurando expor as falácias que se espalham, e as desigualdades de algo que é relatado como um conflito armado, mas que o poderia ser como uma ocupação forçada. Apesar de ter traços do papel facilitador, procurando uma consciencialização sobre os acontecimentos na Palestina, destacam-se o desempenho do papel monitor do jornalismo, através das denúncias feitas e do escrutínio aos órgãos de poder, bem como do papel radical do jornalismo, explicitado pela solidariedade com o povo palestiniano na procura da defesa dos Direitos Humanos, e fim às injustiças sofridas por estas pessoas.

---

<sup>6</sup> <https://fumaca.pt/serie-palestina-historias-de-um-pais-ocupado/>, visitado a 12/7/2022

## **Dá-lhe Gás<sup>7</sup>**

A reportagem jornalística *Dá-lhe Gás* é uma série documental publicada entre 22 de Abril e 14 de Maio de 2019, dividida em quatro episódios: “O jardim da Celeste”, “O mini-mercado do Soares”, “A padreira da Bajouca” e “O vício da Europa”. A investigação trata assuntos ambientais com potenciais consequências danosas para certas comunidades em território nacional, nomeadamente a exploração de gás natural por parte de empresas internacionais no interior de Portugal. Parte de testemunhos de algumas pessoas que habitam nas terras onde estas empresas pretendem começar a exploração, explorando também os sistemas que permitem que tais situações aconteçam. Citando a investigação:

“É isso que a empresa Australis Oil & Gas Portugal quer fazer mesmo aqui ao lado da casa de Celeste: um furo de prospeção de gás natural, com mais de três quilómetros de profundidade, ao abrigo do contrato de concessão que, a 30 de setembro de 2015, o Estado português assinou com esta companhia australiana. Três anos e dois dias depois, a história é a mesma: às populações ninguém explicou nada, ninguém perguntou nada, ninguém veio bater à porta. E era fácil”.

A reportagem é, então, crítica para com os poderes estatais e corporativos que estão a permitir que a situação se desenrole, sem o conhecimento total das populações que podem ser afetadas. Neste sentido, notamos o papel monitor do jornalismo, que procura, na defesa do interesse público, expor estas situações perpetuadas por órgãos de poder, que podem ser potencialmente danosas para as populações, e que estavam até agora escondidas. Reiterar que o papel monitor do jornalismo tem a intenção de beneficiar os recetores de informação, ao invés dos agentes de informação ou controlo (Christians et al., 2009: 142). Por outro lado, a solidariedade para com as populações, e as críticas, tanto aos poderes governamentais como corporativos, no sentido de melhorar a vida dos populares, deixa explícito, também, traços do carácter radical da investigação.

## **Aquilo é a Europa<sup>8</sup>**

A reportagem jornalística *Aquilo é a Europa*, publicada a 21 de Maio de 2019, trata o tema dos refugiados que procuram na Europa, e nomeadamente em Portugal, uma vida melhor em relação à que deixaram para trás. É composta por três partes distintas: “Parte 1: Mory”, que fala de Mory Camara, originário da Guiné-Conacri; “Parte 2: Abid”, que fala de Muhamad

---

<sup>7</sup> <https://fumaca.pt/da-lhe-gas/>, visitado a 12/7/2022

<sup>8</sup> <https://fumaca.pt/aquilo-e-a-europa/>, visitado a 12/7/2022

Abid Khan, originário do Paquistão; “Parte 3: Paolo”, que fala de Paolo Barromeu, originário das Filipinas. É importante referir que, enquanto a história de Mory fala do seu caminho como refugiado desde a Guiné-Conacri até Portugal, e a história de Abid fala das dificuldades que tem na sua sobrevivência como imigrante em Portugal, a história de Paolo, a última parte desta peça, conta a história de um homem que entrou no país através dos Vistos Gold. Esta divisão serve, então, para demonstrar o contraste entre procurar uma vida melhor na Europa, e em Portugal, estando na posição de refugiado, ou sendo alguém com posses monetárias, fator importante para a definição desta reportagem.

A investigação expõe, e denuncia, as situações de injustiça e, muitas vezes, desrespeito dos direitos humanos, por que imigrantes e refugiados passam na procura de uma vida melhor. É também bastante crítica em relação a essas situações. Citando a peça:

“A Europa Fortaleza de que falámos durante as três partes desta série foi criada desde o início da União Europeia, como parte do seu projeto fundador. Quanto mais se deitaram fronteiras abaixo dentro da UE, mais elas se reforçaram à sua volta. E tudo isso tem vindo a ser solidificado ao longo de décadas: a falta de consenso para a redistribuição de refugiados, a criminalização das ONGs de resgate no Mar Mediterrâneo, os acordos com países como a Turquia para impedir refugiados de chegar ao espaço Schengen, o reforço das fronteiras através da Frontex, ou as barreiras burocráticas e legais à obtenção de autorizações de residência para imigrantes trabalhadores...”

deixando ainda claras críticas ao contraste de como são tratadas as pessoas sem capacidade monetária, e as pessoas com capacidade monetária: “Nesta União Europeia, enquanto que quem procura uma vida melhor ou, simplesmente procura vida, fica de fora, quem chega com uma mala de dinheiro é sempre bem vindo. A Fortaleza não foi feita para barrar toda a gente – apenas quem não faz falta.”

Neste sentido, destaca-se o desempenho do papel monitor do jornalismo, na procura de deixar claro as intenções, e os meios, que comandam as políticas europeias em relação à imigração e aos refugiados, visto que o papel monitor está perto do papel de *watchdog*, ou “guardian of public interest”, sendo que um dos critérios para a monitoração seletiva é o desejo de proteger o público (Christians et al., 2009: 142). Por outro lado, encontramos também traços do papel facilitador do jornalismo, no sentido de fornecer estas informações para que um debate público mais informado possa ajudar na alteração destas políticas, e ainda traços do papel radical do jornalismo, pelas críticas às instituições de poder, e procura da defesa dos Direitos Humanos.

## A Serpente, o Leão e o Caçador<sup>9</sup>

A reportagem jornalística *A Serpente, o Leão e o Caçador*, publicada entre 19 de Março e 30 de Abril de 2020, trata o problema das alterações climáticas, e está dividida em três partes distintas: a primeira parte, denominada “A Serpente”; a segunda parte (dividida também ela em duas partes), chamada “O Leão” (Parte 1 e Parte 2); e a terceira parte, “O Caçador” (Parte 1 e Parte 2). A investigação parte de uma povoação na Guiné-Bissau que tem sido bastante afetada pelas alterações climáticas, eventualmente, passando para um retrato macro destes problemas, oferecendo uma contextualização histórica e política da situação.

Foca-se nos poderes governamentais e corporativos que contribuíram para a situação das alterações climáticas que afetam esta povoação da Guiné-Bissau, e tantas outras pelo mundo, e tem o seu foco nas pessoas que sofrem com estes problemas, que sem perceberem o porquê perdem as suas casas e as suas vidas como tinham sido durante gerações. Para além deste foco, existem as constantes denúncias de que esta questão advém de problemas sistémicos ligados a corporações e aos governos dos países mais ricos. Consequentemente, existem também as críticas a agentes de poder, começando por denunciar os problemas sistémicos nos países mais pobres que sofrem com as alterações climáticas:

“É difícil dizer que todos os infortúnios por que passa Djobel são causados pelas alterações climáticas. Num país com instituições frágeis, marcado pela instabilidade e corrupção em órgãos de poder executivo e vários organismos públicos, essa monitorização praticamente não existe. À semelhança de outros países, a Guiné-Bissau também não tem mapas completos sobre a batimetria e altimetria costeiras, que é como quem diz, medições da profundidade e altitude de oceanos, lagos e rios que permitiriam perceber o que está a mudar.”

São várias as denúncias, seguidas de críticas, aos vários agentes de poder que causaram os problemas ecológicos, problemas estes que afetam principalmente os países que pouco contribuíram para os causar. Neste sentido, existe um escrutínio e questionamento dos agentes de poderes governamentais, desempenhando o papel monitor do jornalismo. Para além disto, revela-se também uma certa solidariedade, e advocacia, para com as vítimas das situações narradas, ativistas, e vozes com pouca expressão mediática que lutam contra os problemas e procuram encontrar soluções para eles, bem como um fator de consciencialização para um debate público mais informado e frutífero, características tanto do papel facilitador, como do papel radical do jornalismo, papéis que também são desempenhados na investigação.

---

<sup>9</sup> <https://fumaca.pt/a-serpente-o-leao-e-o-cacador/>, visitado a 13/7/2022

## **Exército de precários<sup>10</sup>**

A reportagem jornalística *Exército de precários*, publicada entre 14 de Janeiro e 4 de Março de 2021, trata o tema dos seguranças privados em Portugal, a falta de condições laborais e o *bullying* corporativo. A peça está dividida em oito capítulos: “Boinas”, “Purgatório”, “Limbo”, “Tubarões”, “Peixinhos”, “Monarquia”, “Vampiros” e “Luvas”.

A investigação tem como foco estas pessoas, vítimas das condições laborais e do *bullying* corporativo. Apesar de vermos, ao longo da reportagem, entrevistas com os vários agentes de poder, encontramos desigualdades, tanto quanto ao tempo dado a cada interveniente (onde os trabalhadores têm mais tempo de antena), como no carácter das entrevistas (onde os jornalistas são mais críticos quando entrevistam os agentes corporativos ou governamentais).

Citando a peça:

“conseguimos falar com dezenas de pessoas. Seguranças, vigilantes, rondistas, porteiros. Vinham em pares ou sozinhos e falavam sempre dando o nome e a cara. Em regra, não pediram anonimato. As coisas que nos contaram, as coisas de que vamos falar nesta série, são mais graves do que alguma vez imaginámos.”

Existe um carácter bastante crítico para com os agentes de poder durante a reportagem, numa defesa das condições laborais e humanas dos trabalhadores, bem como uma procura de uma transformação na vida destas pessoas, à procura de melhores condições de trabalho. Para além disto, existe um escrutínio e questionamento dos agentes de poder, procurando expor situações que não eram de conhecimento público e que são de interesse público. Neste sentido a investigação desempenha os papéis monitor e radical do jornalismo, isto porque, no papel monitor destaca-se a intenção de beneficiar os recetores de informação, ao invés dos agentes de informação ou controlo (Christians et al., 2009: 139), e o papel radical procura desafiar as injustiças perpetuadas pelas alianças hegemónicas (Christians et al., 2009: 179). É praticado também o papel facilitador do jornalismo, procurando-se uma consciencialização do público para problemas que poderiam não conhecer, que podem ser melhorados através do debate público e da participação cívica.

### *5.3.3 - Setenta e Quatro*

---

<sup>10</sup> <https://fumaca.pt/seguranca-privada-exercito-precarios/>, visitado a 13/7/2022

Neste sub-capítulo serão analisadas as quatro investigações do *Setenta e Quatro* presentes no separador “Investigação 74” no seu *website*. Estas investigações são, por ordem de antiguidade: *Proud Boys*, *Testa de Ferro*, *Práticas de conversão de orientação sexual* e *Violência obstétrica*.

## **Proud Boys<sup>11</sup>**

A reportagem jornalística sobre os *Proud Boys* trata a ação do grupo de extrema direita ‘Proud Boys’, e está dividida em duas partes: “Proud Boys: o gangue de extrema-direita que se transformou numa rede internacional” e “Licença para odiar: Como nasce uma filial dos Proud Boys em Portugal”. Numa parte inicial, o jornalista explica e contextualiza este grupo organizado, e numa segunda parte vêm os relatos de uma infiltração do jornalista no grupo, para um melhor entendimento e explicação das práticas internas. Citando a investigação:

“O Setenta e Quatro esteve três meses infiltrado no grupo de extrema-direita: teve acesso a documentos internos, conheceu os seus líderes, a sua estrutura interna e o processo de recrutamento. Teve contactos digitais e presenciais com os seus elementos, fez o juramento de membro de pleno direito e foi nomeado responsável pelos recrutas. Conheceu os planos do grupo e as ligações ao Chega e aos neofascistas do Escudo Identitário.”

A reportagem jornalística tem um carácter fortemente monitor. Pretende monitorizar-se, e conseqüentemente, expor, as ações, práticas, métodos de organização e ideologias subjacentes a este grupo de extrema-direita com expressão internacional. Através deste facto, como lemos no último excerto, é justificado o interesse público para a investigação. Procura-se denunciar e expor um certo grupo de extrema-direita, que, ainda que se possa questionar a dimensão das suas estruturas de poder, é uma organização pautada pela ideologia da extrema-direita, com ideais racistas/xenófobos, ou machistas, algo que a torna num símbolo de oposição à liberdade e à igualdade. Neste sentido, o papel radical do jornalismo também é desempenhado pela investigação, visto que o papel radical do jornalismo trabalha para garantir que nenhuma injustiça é tolerada, e o compromisso radical democrático procura a contínua eliminação das concentrações de poder social, de modo a que todos os indivíduos participem de maneira igual em todas as decisões sociais (Christians et al., 2009: 179). Existem também traços do papel facilitador, procurando uma consciencialização do público geral para o que são certas práticas que podem não ser conhecidas, e que são importantes para o debate público.

---

<sup>11</sup> <https://setentaequatro.pt/investigacao-74/proud-boys-o-gangue-de-extrema-direita-que-se-transformou-numa-rede-internacional>, visitado a 14/7/2022

## Testa de ferro<sup>12</sup>

A reportagem jornalística *Testa de Ferro*, publicada entre 17 de Novembro de 2021 e 20 de Abril de 2022, e trata a figura de Luís Filipe Vieira e a instituição BES, bem como outros agentes poderosos, como Ricardo Salgado. A investigação está, até ao dia da análise, dividida em nove partes: “Testa de ferro: Um império imobiliário que deixou uma torre de dívida”; “Testa de Ferro II: Sem o sustento do BES, os pneus de Vieira furaram-se”; “Testa de ferro III: ameaças, aquários, Doyen e submarinos”; “Testa de Ferro IV: Benagil, um paraíso à beira de ser arruinado”; “Testa de Ferro V: À conquista do Brasil com dinheiro do BES”; “Testa de Ferro VI: Como a dívida de Vieira bateu no fundo”; “Testa de Ferro VII: o cemitério de Benfica”; “Testa de Ferro VIII: Moçambique e as maravilhas do camarote do Benfica”; “Testa de Ferro IX: Vieira usou uma sociedade de Bruno Macedo para financiar um projeto em Moçambique”.

Deriva de uma fuga de informação a que o *Setenta e Quatro*, em conjunto com a SIC, tiveram acesso, e procura comprovar que Luís Filipe Vieira era utilizado como testa de ferro de Ricardo Salgado em relação aos negócios do Banco Espírito Santo, explicando os complexos processos de como as operações tinham lugar. Citando a investigação: “O Setenta e Quatro e a SIC receberam uma nova tranche de 30 mil ficheiros, 45 gigas de informação, sobre os negócios da Promovalor. Esta fuga permite-nos olhar para as empresas e os negócios de Vieira com outra lupa.”

A investigação teve, principalmente, um caráter de denúncia, e escrutínio, a agentes que estão no poder, e que teriam interesse em que estes dados não fossem revelados. Desempenha, assim, o papel monitor do jornalismo. Fazendo uso do Quadro 1 (Aitamurto, Varma, 2018), percebemos que existe uma observação e exposição de um fenómeno que estava escondido, procurando denunciar e escrutinar figuras de poder que abusaram desse poder. Desempenha também o papel facilitador do jornalismo, procurando expor para o espaço público informações que não eram conhecidas, e que podem alimentar o debate público sobre as figuras poderosas visadas pela investigação.

---

<sup>12</sup> <https://setentaequatro.pt/investigacao-74/testa-de-ferro-um-imperio-imobiliario-que-deixou-uma-torre-de-divida>, visitado a 14/7/2022

## **Práticas de conversão de orientação sexual<sup>13</sup>**

A reportagem jornalística que trata as práticas de conversão de orientação sexual, publicada entre 3 de Dezembro e 10 de Dezembro de 2021, está dividida em três partes: “Miguel Salazar: Aceitei submeter-me a uma prática de conversão por medo dos meus pais”, “Práticas de conversão de orientação sexual: as torturas que ainda acontecem em Portugal” e “Quando ser gay era doença em Portugal: de lobotomias a choques elétricos”. A investigação parte de uma entrevista com Miguel Salazar, vítima de homofobia e das práticas de conversão de orientação sexual, assunto que denuncia. A segunda parte trata o tema e expõe algumas das situações que ainda acontecem em Portugal. A última parte dá uma contextualização histórica de um problema que vem perdurando no tempo. Citando a investigação:

“O jovem de 22 anos decidiu contar a sua história para evitar que mais pessoas caíam no engano destas práticas de conversão de orientação sexual. Para que esta realidade não continue escondida e, sobretudo, a ser ignorada pela sociedade. Para pôr fim à impunidade de quem promove e pratica estas falsas terapias.”

A reportagem jornalística parte de testemunhos de vítimas das práticas mencionadas, tratando também temas que estão relacionados com comunidades marginalizadas, como a comunidade lgbtq+, expondo a violência que sofreram pela mão de certas instituições, como a igreja, e a falta de soluções por parte de outras instituições para proteger estas pessoas, como o governo. Desempenha o papel facilitador do jornalismo, trazendo para a arena pública assuntos de interesse público e procurando alimentar o debate público. De facto, o papel facilitador promove a comunicação participativa entre cidadãos comuns e responde às necessidades destas pessoas, em vez de aos interesses das elites governamentais (Christians et al., 2009: 163). Existem também críticas, e pedidos de reforma estruturais para que o fenómeno termine, e uma orientação para expor situações perpetuadas por órgãos de poder, escondidas do conhecimento geral. Estes fatores apontam para o desempenho do papel monitor do jornalismo, e do papel radical do jornalismo, que procura mobilizar as minorias na articulação de conjuntos de objetivos alternativos que representem as necessidades e pedidos morais de todos, especialmente os marginalizados (Christians et al., 2009: 179).

## **Violência Obstétrica<sup>14</sup>**

---

<sup>13</sup> <https://setentaequatro.pt/investigacao-74/praticas-de-conversao-de-orientacao-sexual-torturas-que-ainda-acontecem-em-portugal>, visitado a 15/7/2022

<sup>14</sup> <https://setentaequatro.pt/investigacao-74/violencia-obstetrica-realidade-traumatica-de-muitos-partos>, visitado a 15/7/2022

A reportagem jornalística sobre o tema da violência obstétrica, publicada a 24 de Março de 2022, está dividida em duas partes. A primeira “Acabar com o silêncio e com a culpa: relatos de violência obstétrica”, tem por base um conjunto de testemunhos relacionados com a violência obstétrica por parte das mulheres que passaram por estas experiências: A segunda parte, “Violência obstétrica: a realidade traumática de muitos partos” não só expõe esta realidade, mas procura contextualizar e explorar a existência deste fenómeno em Portugal. Citando a reportagem:

“No decorrer da Investigação<sup>74</sup> sobre violência obstétrica, surgiram várias histórias de maus tratos. Deixamos aqui algumas, para que a realidade tenha destaque na primeira pessoa. Por muito que se debata o tema, só lendo certos episódios tomamos consciência do que se passa”.

A investigação escrutina órgãos de poder, questiona os porquês de certas situações existirem e procura explicá-las, numa perspetiva de servir o público no geral, ao invés destes órgãos de poder. Neste sentido, a peça desempenha o papel monitor do jornalismo, visto que este está perto do papel de *watchdog*, ou “guardian of public interest”, sendo um dos critérios para a monitoração seletiva o desejo de proteger o público (Christians et al., 2009: 142). Para além do foco nas vítimas deste tipo de violência, e do questionamento do *status quo* na procura de uma realidade mais saudável, parece existir um carácter de advocacia para com as vítimas em questão durante a peça, oferecendo-lhes uma plataforma mediática e permitindo o relato das suas experiências. Existe um foco numa situação de respeito dos direitos humanos e nas pessoas cujos direitos são violados, e neste sentido, a investigação desempenha também o papel radical do jornalismo. Por último, existem também traços do papel facilitador do jornalismo, sendo que a reportagem também oferece novas perspetivas e traz para a arena pública assuntos de interesse público que devem ser debatidos.

#### 5.3.4 - Discussão sobre as Investigações

Como primeira conclusão, é possível afirmar que o papel colaborador do jornalismo não é desempenhado em nenhuma das investigações analisadas, o que indica uma ausência do desempenho deste papel nos media alternativos digitais. Os outros três papéis são desempenhados por estes media: o carácter monitor tem uma presença forte nas investigações e nos próprios órgãos de comunicação social. O papel facilitador também é bastante proeminente. O papel radical do jornalismo está também presente, sendo reservado para casos específicos em que os autores pretendem uma defesa dos Direitos Humanos, e cumprem um

papel de advocacia para com as pessoas cujos direitos estão a ser violados. Como indicado pela análise das entrevistas, o papel monitor é o que mais se destaca, exemplificado por várias reportagens como a *Testa de Ferro*, ou *Aquilo é a Europa*, entre outras, onde o objetivo é escrutinar, questionar e expor situações que estão, ou podem estar escondidas, algo que se alinha com as considerações do papel monitor na revisão de literatura, onde se afirma que o papel monitor está perto do papel de *watchdog*, ou “guardian of public interest”, visto que um dos critérios para a monitoração seletiva é o desejo de proteger o público (Christians et al., 2009: 142).

É possível concluir, no entanto, que dentro dos três órgãos de comunicação social existem diferenças no desempenho dos papéis. Em relação ao *Divergente*, por exemplo, nota-se uma maior proeminência do papel facilitador em comparação com o *Fumaça* ou o *Setenta e Quatro*. No *Fumaça* nota-se uma maior frequência do desempenho do papel radical, em relação aos restantes órgãos de comunicação social. É importante, no entanto, destacar que estas maiores proeminências de certos papéis se podem dever à amostra de investigações escolhidas, ou a outros fatores que não são estudados nesta tese.

É importante destacar, também, os temas tratados, que muitas vezes fogem aos temas mais atuais, mas que são, sempre, temas de interesse público. É importante destacar que o *Setenta e Quatro* apenas aborda temas de interesse nacional, enquanto que a *Divergente* e o *Fumaça*, ainda que abordem também maioritariamente temas de interesse nacional, por mais que uma vez abordam temas de interesse internacional.

Importante, ainda, destacar, que as temáticas abordadas são, por vezes, comuns: o *Fumaça* e a *Divergente* abordam, ambos, temas ligados com a imigração ou os refugiados, bem como temas ligados às alterações climáticas. Também abordam, os dois, temas ligados ao abuso dos poderes laborais e corporativos. Por outro lado, tanto a *Divergente* como o *Setenta e Quatro* abordam temas ligados à causa feminista.

#### 5.4 - Análise comparada

Durante o presente capítulo realizou-se uma análise individual de cada um dos três órgãos de comunicação social selecionados para este estudo em três dimensões de análise distintas: a primeira dimensão, que é constituída pelas descrições dos projetos e pelos seus Estatutos Editoriais; a segunda dimensão, que é constituída pelas entrevistas realizadas ao

jornalistas de cada um dos órgãos de comunicação social estudados (Sofia de Palma Rodrigues e Luciana Maruta da *Divergente*, Nuno Viegas do *Fumaça* e Filipe Teles do *Setenta e Quatro*); a terceira dimensão, que é constituída pelas reportagens jornalísticas selecionadas de cada um dos órgãos de comunicação social estudados. Estas análises permitiram não só um maior conhecimento sobre os objetos de estudo, mas também uma perceção sobre os papéis do jornalismo desempenhados por cada um dos projetos jornalísticos. Sendo assim, foi possível tirar conclusões e realizar generalizações que em muito são úteis para a resposta à pergunta de investigação desta dissertação.

No presente capítulo, pretende-se realizar uma análise comparada entre os três órgãos de comunicação social estudados, de modo a melhor perceber as suas diferenças e semelhanças na sua atividade jornalística e nos papéis jornalísticos desempenhados.

Em primeiro lugar, é possível concluir que os três órgãos de comunicação social *Divergente*, *Fumaça* e *Setenta e Quatro* não têm fins lucrativos, sustentando-se monetariamente através de subscrições e doações dos seus leitores, bem como através de bolsas jornalísticas que lhes são atribuídas por fundações ou organizações, algo que, como confirmado na revisão de literatura, é uma prática habitual dos media alternativos digitais, que conclui, ainda, que os financiadores não têm qualquer controlo sobre o conteúdo do jornalismo que é produzido, juntando a ideia de que era uma norma os financiadores doarem recursos sem pôr qualquer estipulação no jornalista (Hunter, 2015).

Outro ponto importante em relação à parte financeira é a apologia pela transparência total, que é, até, levada mais longe pelo *Fumaça*, que a apelida de “transparência radical”, e disponibiliza no seu *website* todos os contratos celebrados, bem como os montantes que obtém através dos seus leitores. Neste sentido, estas duas questões - projetos sem fins lucrativos, preocupados com a transparência financeira e jornalística – podem ser generalizados às práticas dos media alternativos digitais em Portugal. Esta conclusão vai ao encontro do que é discutido no enquadramento teórico, onde se refere que os jornalistas se afastam das reportagens que promovam a neutralidade e o desapego, afirmando que querem ser transparentes em relação às suas escolhas, e que essas dependem das suas visões do mundo (Witschge e Harbers, 2019: 69).

Outra conclusão é que os três projetos vêem o jornalismo como garante do bom funcionamento da democracia, e se apoiam em perspetivas de um jornalismo aprofundado, ou contextualizado, com o tempo e espaço que este necessita. Esta questão pode, também ela, ser

generalizada para o panorama dos media alternativos digitais em Portugal, e está de acordo com o que é estabelecido na revisão de literatura, onde se afirma que os media alternativos se caracterizam pela premissa de trabalhar em menos quantidade, e mais qualidade, reivindicando o tempo para produzir, e que são projetos sem fins lucrativos (Rodrigues, 2021: 105-108)

Em relação aos papéis jornalísticos desempenhados pelos media, destaca-se, em primeiro lugar, a ausência do desempenhar do papel colaborador do jornalismo, algo que, de resto, está alinhado com a visão dos media alternativos como media críticos, de Christian Fuchs (2010), e subscrita na presente dissertação. Em relação aos três outros restantes papéis, o papel monitor, o papel facilitador e o papel radical do jornalismo, todos eles são desempenhados pelos media alternativos digitais em Portugal, ainda que com algumas diferenças a destacar entre os três órgãos de comunicação social analisados. No entanto, o desempenhar destes três papéis é uma conclusão importante, que serve para generalizar a ação dos media alternativos digitais em Portugal em relação aos papéis jornalísticos desempenhados. Esta conclusão também está espelhada na revisão da literatura, que descreve que os media alternativos parecem conjugar visões tradicionais com novas visões e valores profissionais alternativos. Em termos dos papéis jornalísticos, tal significa combinar conceções tradicionais, como a de realizar as funções de “watchdog”, com novas funções como os objetivos mais ativistas de criar impacto no público (Witschge e Harbers, 2019: 69).

O papel monitor, no sentido do escrutínio e questionamento das estruturas de poder, é um papel com bastante proeminência, aparecendo, recorrentemente, assinalado nos objetivos e motivações dos projetos e dos jornalistas, bem como nas reportagens jornalísticas analisadas. O papel facilitador, no sentido da contribuição para o debate público e participação cívica, é também recorrentemente identificado. Por último, o papel radical do jornalismo, na perspetiva da defesa dos Direitos Humanos e no combate aos discursos de ódio e discriminação, aparece pontualmente, tanto nas palavras dos jornalistas nas entrevistas, como nas reportagens jornalísticas analisadas.

Existem, no entanto, diferenças, em relação à questão dos papéis do jornalismo. Na *Divergente*, por exemplo, assistimos a uma maior frequência do papel facilitador do jornalismo em relação aos outros dois órgãos de comunicação social. No *Fumaça*, assistimos a uma maior proeminência do papel radical do jornalismo em relação à *Divergente* e ao *Setenta e Quatro*, algo que é até assumido por Nuno Viegas, jornalista do *Fumaça*, na entrevista que deu no âmbito da presente tese. É de destacar, no entanto, que estas diferenças podem ser explicadas

pela dimensão da amostra, ou por outros fatores que vão para além do estudo realizado nesta dissertação.

Por último, em relação aos temas tratados, afirmar que, de modo geral, excluindo alguns casos pontuais na *Divergente* e no *Fumaça*, são tratados temas de interesse e índole nacional, apontando para o facto dos media alternativos digitais em Portugal abordarem, em grande maioria, temas de interesse nacional. De resto, afirmar que os órgãos de comunicação social abordam temas variados, desde as causas LGBTQ+ e as causas feministas, ao escrutínio da extrema-direita, à questão das condições laborais ou de abusos corporativos, tocando ainda em temas das alterações climáticas, da imigração, ou da exploração das políticas laborais. Apesar desta imensa variedade, abordam por vezes temas semelhantes, sendo que o *Fumaça* e a *Divergente* abordam, ambos, temas ligados com a imigração e com as alterações climáticas, e a *Divergente* e o *Setenta e Quatro* abordam ambos temas ligados à causa feminista.

Existe, no entanto, algo que liga todos estes temas: a procura da defesa e do respeito pelos Direitos Humanos e do estado democrático, nas várias formas que esta defesa toma. Outra questão que liga os três órgãos de comunicação social é a abordagem às reportagens jornalísticas, onde os testemunhos das pessoas comuns, ao invés das figuras mediáticas, são as peças centrais das investigações. Neste sentido, esta é outra questão que se pode generalizar em relação aos media alternativos digitais em Portugal. Esta consideração vai de acordo ao apontado na revisão teórica desta tese, que afirma que podendo publicar vozes diferentes, tentando influenciar a opinião pública através das perspetivas menos representadas; oferecendo interpretações alternativas de eventos políticos e sociais; ou recaindo sobre canais de publicação alternativos fora dos apoiados pelas maiores organizações *mainstream* (Holt, Figenschou e Frischlich, 2019: 862). As autoras Teixeira e Jorge (2021: 185) confirmam esta ideia, reiterando que os media alternativos se afirmam como independentes face a interesses governamentais ou comerciais, também de modo a aproximarem-se das comunidades. Sendo, assim, direcionados para as comunidades, abordam temas que se relacionam com a defesa dos direitos humanos, e outros assuntos que não são tratados pelos media tradicionais.

Como sumário, várias conclusões se podem tirar em relação aos órgãos de comunicação social estudados. Em primeiro lugar, apontar que os três não têm fins lucrativos e praticam uma transparência total em relação à sua atividade financeira e jornalística. Apontar também que os três veem o jornalismo como garante da democracia, e fazem apologia ao jornalismo aprofundado. Em relação aos papéis do jornalismo desempenhados, afirmar a ausência do papel

colaborador do jornalismo, bem como a presença do papel monitor, facilitador e radical. Em relação aos temas tratados, assinalar que se tratam maioritariamente temas de índole nacional, ligados à procura da defesa e do respeito pelos Direitos Humanos. Destacar ainda o facto das reportagens se apoiarem, em primeiro lugar, nos testemunhos de pessoas comuns, ao invés de figuras mediáticas.

## Capítulo 6 - Conclusão

A pergunta de partida da presente dissertação era “Quais são os papéis jornalísticos desempenhados pelos media alternativos digitais em Portugal?”, e para procurar responder a esta pergunta, foi feito um estudo de caso sobre três órgãos de comunicação social portugueses que se definem como media alternativos digitais: a *Divergente*, o *Fumaça* e o *Setenta e Quatro*.

O estudo de caso foi constituído por uma análise de conteúdo às descrições, estatutos editoriais e investigações, bem como entrevistas a jornalistas dos três órgãos de comunicação social. Neste sentido, foram realizadas três dimensões distintas de análise para responder à pergunta de investigação (a primeira dimensão de análise onde foram tidos em conta as descrições e estatutos editoriais dos projetos; a segunda dimensão de análise onde foram tidas em conta as entrevistas realizadas no âmbito da dissertação; a terceira dimensão de análise onde foram tidas em conta as reportagens jornalísticas de cada um dos projetos).

A primeira dimensão de análise revelou algumas características base dos órgãos de comunicação social, como a atividade sem fins lucrativos, e a prática da transparência, em termos jornalísticos e financeiros. Assinalou-se também que os três defendem uma perspetiva de um jornalismo aprofundado, que rejeita o imediatismo. Percebeu-se, ainda, a vontade de desempenhar três papéis jornalísticos distintos: o papel monitor, o papel facilitador e o papel radical do jornalismo. Assinalou-se a ausência do papel colaborador do jornalismo, que se previa através da revisão da literatura, onde se adotou a perspetiva de Fuchs (2010) dos media alternativos como media críticos.

A segunda dimensão de análise confirmou algumas das indicações obtidas na primeira dimensão de análise, como a ausência da intenção do desempenho do papel colaborador do jornalismo, e a intenção da presença dos restantes três papéis jornalísticos. Notou-se, no entanto, a intenção de desempenhar estes papéis em graus diferentes, assinalando-se uma maior tendência para desempenhar o papel monitor e facilitador do jornalismo, e, principalmente nos casos da *Divergente* e do *Setenta e Quatro*, o desempenho do papel radical dos media apenas em casos pontuais.

A terceira dimensão de análise confirmou as indicações das duas dimensões anteriores. A ausência do papel colaborador tornou-se uma evidência, bem como o desempenho dos outros três papéis: monitor, facilitador e radical. Concluiu-se também o tratamento de temas de

interesse público, com a grande maioria destes temas a serem de interesse nacional, e apenas pontualmente explorando temas internacionais.

Na análise comparada feita entre os três órgãos de comunicação social foram explicitadas não só as conclusões clarificadas nos parágrafos anteriores, mas também algumas diferenças entre os três projetos. Destaca-se, então, uma maior proeminência do papel facilitador na *Divergente* em relação ao *Fumaça* e ao *Setenta e Quatro*, bem como uma maior tendência para o desempenho do papel radical do jornalismo no *Fumaça*, em relação à *Divergente* e ao *Setenta e Quatro*, sendo que estas diferenças podem ser explicadas devido á amostra estudada ou a outros fatores que não são estudados no âmbito desta dissertação.

Destacou-se, ainda, um traço comum aos três órgãos de comunicação social: a procura da defesa dos Direitos Humanos e do estado democrático, bem como os testemunhos de pessoas comuns, ao invés de figuras mediáticas, como peça central das investigações. De facto, este é um traço dos media alternativos, que tentam influenciar a opinião pública através de perspetivas menos representadas e oferecem interpretações alternativas de eventos políticos e sociais (Holt, Figenschou e Frischlich, 2019: 862), e que se afirmam como independentes face a interesses governamentais e comerciais, sendo direcionados para as comunidades. Deste modo, abordam temas que se relacionam com a defesa dos Direitos Humanos e outros assuntos que não são tratados nos media tradicionais (Teixeira, Jorge, 2021: 185).

Concluiu-se, então, que os media alternativos digitais em Portugal tendem a ser projetos sem fins lucrativos com altos índices de transparência, e que olham para a prática do jornalismo numa perspetiva de jornalismo aprofundado que foge ao imediatismo. Concluiu-se, também, que têm um compromisso para com a defesa dos Direitos Humanos e do estado democrático, e que tratam maioritariamente temas ligados ao interesse nacional. Em relação à pergunta de investigação, concluiu-se que os media alternativos digitais em Portugal desempenham o papel monitor, o papel facilitador e o papel radical do jornalismo, e que existe uma ausência do desempenho do papel colaborador do jornalismo.

## Bibliografia

- Aitamurto, Tanja & Varma, Anita (2018) The Constructive Role of Journalism, *Journalism Practice*, 12:6, pp. 695-713
- Althusser, Louis (1984). Ideology and ideological state apparatuses. In *Essays on ideology*. London: Verso pp. 1-60
- Andersen, Kim e Shehata, Adam e Andersson, Dennis (2021). Alternative News Orientation and Trust in Mainstream Media: A Longitudinal Audience Perspective. *Digital Journalism*, pp. 1–20
- Anderson, Christopher (2011), Blowing up the newsroom: Ethnography in an age of distributed journalism. In: Domingo D e Paterson C (eds), *Making Online News*. New York: Peter Lang, pp. 151–160.
- Anderson CW, Bell E and Shirky C (2012) *Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present*. New York: Tow Center for Digital Journalism.
- Atton, Chris, (2002). *Alternative media*. London; Thousand Oaks: SAGE.
- Bailey, Olga e Cammaerts, Bart e Carpentier, Nico (2008), *Understanding Alternative Media*. Open University Press
- Baptista, Carla (2018), “Das boas notícias às notícias falsas”, *Electra*, 4, Lisboa: Fundação EDP, pp 23-32
- Bartlett, Lesley, & Vavrus, Frances (2017). Comparative Case Studies: An Innovative Approach. *Nordic Journal of Comparative and International Education (NJCIE)*, 1(1).
- Bazeley, Pat (2013). *Qualitative data analysis: Practical strategies*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Burgh, Hugo de. (2005). *Making Journalists : Diverse Models Global Issues*. London: Routledge
- Braun, Virginia, & Clarke, Victoria (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101
- Broersma, Marcel (2019). Situating journalism in the digital. A plea for studying news flows, users, and materiality. In S. Eldridge & B. Franklin (Eds.), *The Routledge handbook of developments in digital journalism studies* Abingdon: Routledge, pp. 515–526.

- Carlson, Matt (2015) Introduction. In Carlson M and Lewis S (eds) *Boundaries of Journalism: Professionalism, Practices and Participation*. Abingdon, New York: Routledge, pp. 1–18.
- Canavilhas, Joao (Org).(2014), *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilha: Livros LabCom Universidade Da Beira Interior
- Carneiro, Bia, (2017). *Média alternativos e contrahegemonia*. Janus 2017-A comunicação mundializada, pp. 102-103
- Carpentier, Nico, Bart Cammaerts (2006). “Hegemony, Democracy, Agonism and Journalism: An Interview with Chantal Mouffe.” *Journalism Studies* 7(6): pp. 964–75
- Carr, Nicholas G. (2008) *The Big Switch: Rewiring the World, from Edison to Google*. New York: W. W. Norton.
- Castells, Manuel (2010). *The rise of the network society*. Malden: Blackwell.
- Christians, C. G., Glasser, T. L., McQuail, D., Nordenstreng, K., & White, R. A. (2009). *Normative Theories of the Media: Journalism in Democratic Societies*. University of Illinois Press.
- Creswell, John (2013). *Qualitative Inquiry & Research Design: Choosing among Five Approaches* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Creswell, John e Poth, Cheryl (2018) *Qualitative Inquiry and Research Design Choosing among Five Approaches*. 4th Edition, SAGE Publications, Inc., Thousand Oaks.
- Curran, James, (2002). *Media and Power*. London and New York: Routledge
- Dahlgren, Peter. (2013) “Online journalism and civic cosmopolitanism: Professional vs. participatory ideals.” *Journalism Studies* , 14(2), pp. 155–171.
- Denzin, Norman, & Lincoln, Yvonna (2011). *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Denzin, Norman, & Lincoln, Yvonna (Eds.). (2005). *The Sage handbook of qualitative research* (3rd ed.). Sage Publications Ltd.
- Deuze, Mark (2008), "The changing context of news work: Liquid journalism for a monitorial citizenry." *International journal of Communication* 2: 18, pp. 848-865

Deuze, Mark., Prenger, Mirjam, (2019). Making media: Production, practices, and professions. Amesterdão: Amsterdam University Press

Deuze, Mark, and Witschge Tamara. (2018), “Beyond Journalism: Theorizing the Transformation of Journalism.” *Journalism* 19 (2), pp165–181.

Dijck, José van Thomas Poell e Martijn de Waal. (2018). *The Platform Society : Public Values in a Connective World*. New York: Oxford University Press.

Downing, John, (2001). *Radical Media: Rebellious Communication and Social Movements*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Dervin, Brenda, e Huesca, Robert (1997). “Reaching for the Communication in Participatory Communication: A Meta-theoretical Analysis.” *Journal of International Communication* 4(2): pp. 46–74.

Duarte, Rosália (2004) Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, pp. 213-225

Franklin, Bob., & Eldridge, Scott (Eds.). (2016). *The Routledge Companion to Digital Journalism Studies* (1st ed.). London: Routledge.

Fuchs, Christian, (2010). Alternative media as critical media. *European journal of social theory*, 13(2), pp. 173-192.

Fuchs, Christian e Sandoval, M. (2015). The political economy of capitalist and alternative social media. in: Chris Atton (ed.) *The Routledge Companion to Alternative and Community Media* London Routledge. pp. 165-175

Gans, Herbert, (1998). What Can Journalists Actually Do for American Democracy? *Harvard International Journal of Press/Politics*, 3(4), pp. 6–12

Garcia, J. L. (coord.) (2020). *O choque tecno-liberal, os media e o jornalismo: estudos críticos sobre a realidade Portuguesa*. Lisboa: Almedina

Godoy, Arlinda (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de administração de empresas*, 35, 57-63.

Habermas, Jurgen (1992). *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Oxford, England: Polity Press.

Hanitzsch, Thomas, & Vos, Tim P. (2018). Journalism beyond democracy: A new look into journalistic roles in political and everyday life. *Journalism*, 19(2), pp. 146–164.

- Hanusch, Folker., Banjac, Sandra (2019) , "Studying Role Conceptions in the Digital Age", in *The Routledge Handbook of Developments in Digital Journalism Studies* ed. Scott A. Eldridge and Bob Franklin, Abingdon: Routledge, pp. 28-39
- Holt, Kristoffer (2018). *Alternative Media and the Notion of Anti-Systemness: Towards an Analytical Framework*. *Media and Communication*, 6(4), 49-57
- Holt, Kristoffer e Figenschou, Tine e Frischlich, Lena, (2019) *Key Dimensions of Alternative News Media*, *Digital Journalism*, 7:7, pp. 860-869
- Hunter, A. (2015). *Crowdfunding independent and freelance journalism: Negotiating journalistic norms of autonomy and objectivity*. *New Media & Society*, 17(2), pp. 272-288.
- Johnston, Jane and Anne Wallace (2018), "Law Defining Journalists", in *The Routledge Handbook of Developments in Digital Journalism Studies* ed. Scott A. Eldridge and Bob Franklin, Abingdon: Routledge, pp. 15-27
- Karlsson, M. and Sjøvaag, H. (2016) "Content analysis and online news." *Digital Journalism* , 4(1), pp. 177–192.
- Kidd, Dorothy (1999) *The value of alternative media*, *Peace Review*, 11:1, pp. 113-119
- Konieczna, Magda, Elia Powers (2018) , "What can Nonprofit Journalists Actually do for Democracy?" , in *The Routledge Handbook of Developments in Digital Journalism Studies* ed. Scott A. Eldridge and Bob Franklin, Abingdon: Routledge, pp. 198-210
- Kröger, Marcus (2021). *Studying Complex Interactions and Outcomes Through Qualitative Comparative Analysis: A Practical Guide to Comparative Case Studies and Ethnographic Data Analysis* (1st ed.). Routledge.
- Küng, Lucy (2015) *Innovators in Digital News*. London: I.B. Tauris.
- Laclau, Ernesto, and Mouffe, Chantal, (1985). *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso.
- Lasswell, Harold (1948). *The structure and function of communication in society*. In L. Bryson (Ed.), *The communication of ideas* (pp. 37-51)
- Lindell, Johan. Sartoretto, Paola. (2017) "Young people, class and the news." *Journalism Studies*. 19:14, pp. 2042-2061

Lune, Howard, Berg, Bruce (2017). *Qualitative research methods for the social sciences*. Pearson.

Madianou, M. (2009) "Audience reception and news in everyday life." In K. Wahl-Jorgensen and T. Hanitzsch (eds.), *The Handbook of Journalism Studies*. New York, NY: Routledge pp. 325–337.

Martin-Barbero, Jesus, (1993). *Communication, Culture and Hegemony: From the Media to Mediations*. London: Sage

McNair, Brian (2005), "What is journalism?". In: Burgh Hugo de. *Making Journalists : Diverse Models Global Issues*. London: Routledge, pp25-44

Merriam, Sharan, e Tisdell, Elizabeth (2015). *Qualitative research: A guide to design and implementation* (4th ed.). San Fransisco, CA: Jossey-Bass.

Merritt, Davis, McCombs, Maxwell (2004) *The Two W's of Journalism: The Why and What of Public Affairs Reporting*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Pickard, Victor , "Digital Journalism and Regulation" (2018) in *The Routledge Handbook of Developments in Digital Journalism Studies* ed. Scott A. Eldridge and Bob Franklin, Abingdon: Routledge, pp. 211-222

Picone, Ike (2018), "Digital News Users ... and how to Find them", in *The Routledge Handbook of Developments in Digital Journalism Studies* ed. Scott A. Eldridge and Bob Franklin, Abingdon: Routledge, pp. 143-154

Quivy, Raymon e Campenhoudt, luc (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais: Trajectos*. Lisboa: Gradiva.

Rauch, Jennifer (2007) *Activists as Interpretive Communities: Rituals of Consumption and Interaction in an Alternative Media Audience*, *Media, Culture & Society* 29(6), pp. 994–1013.

Rodrigues, Ana (2021), *Jornalismo Independente na Era Digital: Características e Modelos de Negócio na Divergente e no Fumaça*

Rodriguez, Clemencia (2001). *Fissures in the Mediascape: An International Study of Citizens' Media*. Cresskill, NJ: Hampton.

Santos Silva, Dora, (2015). *Cultural Journalism in a Digital Environment New Models, Practices and Possibilities*. Tese de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa.

- Schudson, Michael (2003) *The Sociology of News*. New York: W. W. Norton.
- Siebert, F. S., Peterson, T., e Schramm, W. (1984). *Four Theories of the Press: The Authoritarian, Libertarian, Social Responsibility, and Soviet Communist Concepts of What the Press Should Be and Do*. University of Illinois Press.
- Siles, Ignacio Boczkowski, Pablo (2012) "Making sense of the newspaper crisis: A critical assessment of existing research and an agenda for future work." *New Media & Society* , 14(8), pp. 1375–1394.
- Sill, Melanie (2011). My National Press Club Talk on 'The Case for Open Journalism Now'. Retrieved from [www.ojr.org/my-national-press-club-talk-on-the-case-for-open-journalism-now/~sthash.yZoAJcot.dpuf](http://www.ojr.org/my-national-press-club-talk-on-the-case-for-open-journalism-now/~sthash.yZoAJcot.dpuf)
- Stake, Robert (2005). *Qualitative Case Studies*. In Denzin, N. K. e Lincoln, Y. S. (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research*, Sage Publications Ltd, pp. 443–466
- Teixeira, Lina Moscoso e Jorge, Ana, (2021) «Plataformas de Financiamento Coletivo na Economia Política dos Média Alternativos», *Comunicação e sociedade*, 39
- Thorbjørnsrud, Kjersti e Figenschou, Tine, (2020): *The Alarmed Citizen: Fear, Mistrust, and Alternative Media*, *Journalism Practice*
- Tsfati, Yariv, (2003). Media skepticism and climate of opinion perception. *International Journal of Public Opinion Research*, 15(1), pp. 65–82.
- Villi, Mikko (2012). "Social curation in audience communities: UDC (User-Distributed Content) in the networked media ecosystem." *Participations: The International Journal of Audience and Reception Studies*, 9(2), pp. 614–632.
- Vos, Tim P. and Patrick Ferrucci (2018), "Who am I? Perceptions of Digital Journalists' Professional Identity", in *The Routledge Handbook of Developments in Digital Journalism Studies* ed. Scott A. Eldridge and Bob Franklin, Abingdon: Routledge, pp. 40-52
- Wahl-Jorgensen, Karin (2009) *News production, ethnography, and power: On the challenges of newsroom-centricity*. In: Bird E (ed.) *The Anthropology of News and Journalism: Global Perspectives*. Bloomington, IN: Indiana University Press, pp. 21–35

Witschge, Tamara e Frank Harbers (2018), "The Entrepreneurial Journalist" , in The Routledge Handbook of Developments in Digital Journalism Studies ed. Scott A. Eldridge and Bob Franklin, Abingdon: Routledge, pp. 64-76

Yin, Robert (2018). Case Study Research and Applications: Design and Methods (6th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Yin, Robert (2014). Case study research: Design and method (5th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage

Zamith, Rodrigo (2018) , "Innovation in Content Analysis" , in The Routledge Handbook of Developments in Digital Journalism Studies ed. Scott A. Eldridge and Bob Franklin Abingdon: Routledge, pp. 93-104

## Anexos

### Anexo A - Transcrição da Entrevista *Fumaça* – Nuno Viegas

Bruno Antunes – Quais são os objetivos do projeto em geral, e das investigações em particular? Por exemplo, a reportagem do “Exercito de precários”, qual era o vosso objetivo, ou se havia sequer um objetivo? Quando começaram, quando a publicaram e tudo mais.

Nuno Viegas – O “exército de precários” é um exemplo curioso, porque o exército de precários começa em 2017, começa nas agressões da Nicole em São João do Porto, que foram em Junho de 2017. Ou seja, na altura das agressões é o *kick off* do exército de precários. O Fumaça cobriu na altura, o Pedro Miguel Santos foi até ao Porto cobrir a manifestação que há na altura, ou seja, temos material captado pelo Fumaça nessa altura que entra na reportagem três anos depois. E a ideia que brota daquilo surge porque a Gulbenkian lança o primeiro concurso... ou seja, ficou no ar a ideia, podemos fazer uma investigação dos gajos das discotecas, da noite, porrada – aquilo aconteceu as 4 da manhã, foi num autocarro. Mas noite, porrada, seguranças... E a Gulbenkian tinha lançado a primeira ronda de bolsas para jornalismo de investigação - fizeram uma segunda ronda, mas depois cortaram-se, bom... não vou comentar as decisões internas da Gulbekien, mas pararam de financiar o jornalismo, matando a única fonte de financiamento para o jornalismo e jornalistas independentes em Portugal - que penso que é uma escolha que a fundação devia admitir mais publicamente, matar qualquer projeto de apoio à investigação jornalística – mas lançaram essa primeira bolsa, e na altura a estratégia de *fundraising* - nós cumprimos varias funções no Fumaça, eu sou jornalista e faço angariação de fundos, portanto o meu trabalho não são os contribuições de dia-a-dia, mas são as contribuições de 100mil euros – na altura a estratégia era, em vários momentos, era “há aqui este fundo de 15mil ou 20 mil euros para trabalhar dentro deste espaço temático, ou dentro disto ou dentro daquilo, vamos arranjar aqui uma ideia para ver se este é financiado, e fazíamos muitas candidaturas a muita coisa. A nossa filosofia mudou completamente agora, precisamos de uma bolsa de 100 mil euros, ou uma bolsa de 200 mil euros, precisamos de financiamento estrutural para podermos trabalhar nos trabalhos que queremos, e não ter de pensar editorialmente para conseguir sobreviver financeiramente. E quando o exército de precários surge, a primeira proposta que é feita à Gulbekien anda a volta disto, que é vamos investigar a violência na noite, a formação, os ginásios, e recebeu o financiamento de Gulbekien, menos de 20 mil euros, ainda algum dinheiro, o equivalente a um mês de orçamento da redação, e depois essa investigação foi-se fazendo, e ao longo do processo de investigação, eu chego já com a investigação a meio, e aquilo mudou completamente sobre uma investigação sobre violência e porrada na noite, para

uma investigação sobre condições laborais, sindicatos, contratos de trabalho, associações empresariais, legislação laboral, contratação pública, que depois desemboca numa investigação sobre violência – abre com violência, fecha com violência, porque achamos que é um efeito muito perverso de tudo o que acontece ali. Mas quando vais pensar no propósito daquilo, o pensamento editorial que subjaz de contares aquela historia assim, abrindo com violência, contextualização histórica, e depois abandonando a questão para ires fazer legislação laboral durante horas e horas e horas, para voltares a violência só na reta final, há aí uma visão previa que é, para já assumir os direitos laborais como direitos humanos, que devem ser tratados com a mesma dignidade, depois achar que há uma necessidade de enquadramento dos atos de pessoas que estão dentro de uma sistema, e há uma noção de combate a uma certa simplificação discursiva em relação a atos abomináveis, e como podes ver em vários momentos do últimos episódio há muitos momentos em que estou chateado com as descrições que me estão a fazer, horrorizado com certas descrições, porque são atos de facto abomináveis, mas que tem um contexto, e vem do princípio do que é que é realmente importante ali. A certa altura percebemos que, o nosso foco editorial, não correspondia a realidade. Correspondia a visão mundo do que é a segurança privada, que é são os bares, é a noite, e não sei que, mas não correspondia a realidade, que são os porteiros da ACT. E teve de haver um momento em que te apercebias que o teu foco estava completamente errado, a tua perceção, a tua intenção de reportagem, à cabeça, desapareceu, perdes completamente aquilo, porque estavas mesmo errado. Então a tua intenção vai mudar completamente, e vai mudar de forma incerta neste processo de encontrar o que é que a série é, afinal. E depois quando vais publicar... eu tenho muitas dúvidas sobre a eficácia do jornalismo, eu acho que é perigoso negar a influencia brutal dos media, mas também acho que é perigoso a noção de que o que os jornais dizem é o que a população pensa, que é muito infantilizante. E acho que é um erro medirmos o impacto do jornalismo pela ação direta de consequência imediata da peça, que é, caiu um ministro, fiz bem o meu trabalho. Já vi muitas redações reunidas a ver se foi desta que fiz cair um ministro.

BA - Até porque não há uma mudança sistémica, sai um vem outro e não muda nada

NV – Sim, é a cena de haver uma consequência ali. Eu já fiz trabalhos... quando eu estava na rádio observador, eu recebi uma denúncia de uma pessoa da escola superior de comunicação social, a dizer que a única residência da universidade lisboa, as obras tinham atrasado, e eles não tinham casas para os estudantes em setembro, só iam conseguir em dezembro. Então para compensar, davam um valor por cabeça de 70 ou 80 euros para as pessoas arranjam casa em lisboa. Obviamente que não chega. E eles andavam a falar disto, eles tinham perguntado ao

IPLC se tava tudo pronto em agosto, eles disseram que sim - mentiram. E só conseguiram estes 70e depois das aulas começarem. E eu dei essa notícia, e estava mais do que fechada. Abrimos o noticiário das 11 da manhã com isto, e eu pedi reação ao IPLC e não houve reação, e eu vou buscar reações à associação de estudantes e mais a um lado e outro e depois vamos para o noticiário do meio dia, depois o noticiário das 13, e pelas 15 já havia casa para os estudantes todos, distribuídos pelas várias escolas, quando o IPL reagiu às 16 era a dizer que estava tudo resolvido. Impacto direto do jornalismo, este é fácil de ver, aquelas pessoas não tinham um sítio onde ficar se não houvesse aquelas notícias a forçar a mão. O impacto do exército de precários não se pode medir assim. Tens um lado que podes ver, transmissão de estabelecimentos, aquela lei tinha passado assim a meio da série se nos não estivéssemos desde meio de fevereiro a questionar os partidos todos sobre aquilo e a perguntar os pontos, e tinha passado com referência específica a segurança provada? A série quando sai, os partidos todos sabem que aquela serie esta a ser feita, já foram entrevistados. E no terceiro episódio, sai o episódio sobre a transmissão de estabelecimentos, e dois episódios depois já esta la uma atualização a dizer que a lei entretanto mudou. E tu podes dizer, há aqui uma consequência direta, se calhar. Ou vá, uma consequência direta óbvia. Em 2013 sai a regulamentação a dizer que os seguranças privados têm de ser sujeitos a avaliação psicológica, nunca nenhum foi sujeito, em 2021 o Fumaça denuncia isto, em janeiro de 2022 já estão a fazer testes psicológicos. E isto, a ordem dos psicólogos admite, a PSP admite por vias travessas, mas foi porque a série saiu, porque se não, não havia testes na mesma. Mas o impacto relevante daquilo, ou o propósito relevante daquilo, é muito mais gradual, é a afirmação pública, para já, por exemplo de pessoas que nos não gostamos têm direitos laborais. Eu acho isso uma afirmação muito difícil e muito interessante – eu recebi um email, por acaso, que dizia “eu quando olhava para seguranças privados só via cães do fascismo, nunca pensei que cães devessem ter direitos laborais”, e isto é muito importante, a consciencialização - e acontece o mesmo com policias – que é mesmo que não gostes desta força, há um lado de dignidade humana que tem de ser discutido também. E depois, o nos não respeitarmos essa dignidade tem consequência negativas na tua vida, por exemplo a violência. E, o responsável por isto, não só a nível regulatório mas de condições laborais, é o estado, através de processos sistémicos de privatização e externalização destes setores. E o trabalho aqui, na verdade são este macro retratos, a criação sucessiva da consciência destes movimentos, e o deixar claro estes processos que passam por naturais e obrigatórios. Ou seja, o que me interessa que saia do exército de precários não é agora as empresas de segurança privada cumprem todas a lei.

BA – já deviam estar, não é?

NV - já deviam estar. E não é realista eu achar que isto vai sair e agora vai tudo começar a cumprir a lei. Interessa-me que daqueles 100 mil downloads que aquilo tem, as pessoas saiam e tenham mais informação quando forem votar. A nossa função é termos o eleitor o mais informado possível na cabine.

Em termos do projeto no geral, eu dir-te-ia que o Fumaça tem dois objetivos muito distintos, tens um objetivo de exemplo organizacional, e um de projeto editorial. Começando pelo organizacional, há uma noção, e em Portugal principalmente, que se tem a noção que na nossa escala é impossível fazer projetos, não dá para fazer nada porque somos muito poucos – eu conheço projetos lá fora, e isto não é uma realidade, o problema não é a dimensão - e depois, há todo um modelo estabelecido de financiamento do jornalismo que se baseia em publicidade, investidores e *paywalls*, e depois também em precariedade das redações, em falta de especialização, baixos salários, horas longas, e que desemboca em modelos de produção jornalística em direto, sem revisão, sem edição, sem verificação de factos. Ou seja, há um grande problema estrutural de jornalismo, tens um problema de financiamento que vai mexer com o modelo de produção. E o Fumaça tem um objetivo assumidíssimo, que é mostrar que é possível ter um projeto de jornalismo em Portugal sem fins lucrativos, sem investidores privados, sem publicidade – e a publicidade até é o menos relevante – sem *paywalls*, sem limitar o acesso a informação consoante o dinheiro que tens. E o que queremos mostrar é que é possível não limitar o acesso a informação, não produzir conteúdo só porque te pagam, fazê-lo dentro de um espírito de interesse público puro, e fazê-lo respeitando os direitos laborais de quem trabalha para o Fumaça. Alias, vê as nossas contas, estão lá os nossos ordenados, não tão altos como queremos, mas muito acima da média de aquilo que um jornalista ganha em Portugal. E o que é um ordenado digno para nós? É um ordenado em que, morando em Lisboa, podem criar uma família, ter a sua casa digna com espaço, ter miúdos, e ter a capacidade financeira de comportar isso. E ainda não estamos lá, mas recebemos acima do que se paga na área. Isso é muito importante para nós, a boa prática laboral. Quem escreve uma *newsletter* para o Fumaça é pago, quem faz trabalho de *freelance* para o Fumaça é pago, quem trabalha regularmente tem um contrato de trabalho. A estabilidade laboral, a remuneração digna, é muito importante para nós. E a forma como escolhemos fazer isso foi procurar um modelo de financiamento através da contribuição do nosso público, as contribuições recorrentes de quem nos ouve e lê. Já cobrem 40 por cento, mais ou menos dos nossos gastos, são bastante estáveis. Ao fazê-lo através de contribuições, há outro ponto importante para nós que é o garante da transparência

radical, as nossas contas são públicas. Nos achamos que a única forma de fazer isto de forma honesta e ética é listar o nosso dinheiro todo e para onde ele vai, e toda a gente tem acesso a isto tudo, contratos que assinamos, etc. Isso também é parte do projeto, demonstrar a necessidade de transparência, a necessidade e outros projetos... esse objetivo estrutural é um desafio aos *status quo*, Público, Observador, DN, de dizermos “Nós conseguimos pagar ordenados decentes, vocês também conseguem”. E a outros órgãos independentes que surgem também a dizer vocês querem contribuições? Fixe, mas têm de ter uma política de transparência. Vocês não têm *paywalls*, não têm publicidades, mas quanto pagam aos vossos jornalistas, aos vossos cronistas? Temos que ter esta conversa. Não estão a pagar? Não têm dinheiro, não conseguem? Ok, mas tem de ser explícito, tem de se público. Nós queremos muitas mais pessoas a mexerem-se. E acho que vês isso, com o republicar e o brotar, que é quando comesças a demonstrar... a centralidade ainda não está lá, ainda precisamos de bolsas para aguentar, porque estamos a 40 por cento, ou seja, ainda não demonstramos que é mesmo possível. Mas é muito importante para nós isto, demonstrar que é possível, porque se consegues surgem muito mais pessoas a fazer o mesmo.

E depois temos os objetivos editoriais, que é distinto de outros, mas na verdade penso que é só mais explícito. Somos progressistas, somos dissidentes, somos independentes. Somos progressistas porque temos uma visão mundo – acho sinceramente que nenhuma pessoa razoável pode acreditar na objetividade do jornalismo, acho que ninguém quer que haja um debate sobre escravatura nos termos de “escravatura, certo ou errado?”. Portanto nós somos progressistas, temos posições na defesa dos direitos e dignidade humana – pessoas devem ser pagas pelo seu trabalho, povos têm direito à sua autodeterminação, linhas editoriais do Fumaça. A nossa linha é essencialmente esta. És progressista e és dissidente, o que significa? Significa que procuramos histórias de desigualdades, de desrespeito pelos direitos humanos, e isto são as grandes categorias.

BA – E já agora, isto são critérios na vossa escolha de o que cobrir? Quando vão noticiar alguma coisa ou investigar alguma coisa, estes são os critérios que vos guiam? No sentido de dar expressão mediática a quem não tem esta expressão, a quem é marginalizado...

NV - Eu acho que temos um critério editorial claro de... aborrece-nos muito ouvir as mesmas vozes de sempre, tem muito pouco interesse. Quando as vamos ouvir temos um ângulo muito específico que queremos, e vamos fazer uma coisa diferente das respostas que eles costumam dar. Quando vamos entrevistar o Sócrates, que é uma conversa interessante, mas que não tem

comparação com aquilo que fazemos agora, o nosso objetivo não é ir falar sobre as guerrilhas políticas do homem, é falar sobre o plano dele para barragens... deixa-me pensar em alguém que...

BA – por exemplo, vocês entrevistaram o Rogério Alves no exército de precários... que é uma pessoa com expressão mediática.

NV – entrevistamos, sim. Mas eu não me oponho a entrevistar alguém com expressão mediática. Mas porque é que o Rogério Alves foi falar ali? Há uma razão para ele falar, ele é o chefe de uma associação patronal, e ele não surge na peça sob uma luz particularmente positiva. E se fores entrar na subjetividade jornalística e no papel da escrita jornalística e aquilo que ela faz... tu vês isto, eu admito em relação ao meu trabalho que a forma como eu descrevo o escritório do Rogério Alves, o tamanho da mesa onde não cabe o microfone, e que tinha de ser a sala preferida dele e etc, obviamente que eu estou a ser crítico, aquilo não é uma coisa para te fazer sentir bem em relação a ele.

BA – Principalmente depois de termos estado nas realidades das outras pessoas...

NV – Claro, acabaste de vir dos seguranças e não sei quê, e chegas ali ao escritório e ele está a escolher a sala com a mesa e a mesa não dá porque aquilo é tao grande que não cabe lá o microfone... obviamente que aquilo é crítico, e a entrevista é durinha... ele está ali... ele não está chateado porque ele acha graça, o Rogério Alves gosta de argumentar e gosta da picardia e gosta de chamar “meu amigo” e outras coisas que eu não aprecio... ou seja, ouvir pessoas que são ouvidas não tem problema nenhuma, mas tenho de ter um ângulo quando vou ouvi-las. Agora, os excertos ali não é o Rogério Alves a falar sobre as grandes necessidades da segurança privada e “ai a corrida ate ao fundo e o que é que fazemos?” a corrida até ao fundo foste tu que a fizeste, negociaste-a. A nossa entrevista ao rui pereira, que é comentar de crime na cmtv todas as semanas, é uma pessoa com exposição mediática. E na entrevista ele quer deixar a entrevista a meio, e porquê? Porque aquela linha de entrevista não lhe interessa. Agora, quando vamos falar com estas pessoas, é nos possível ter estes ângulos porque se eu vou falar de segurança privada, eu quero falar com quem? Eu quero falar com seguranças privados, 30 ou 40 deles. Quero falar com estas pessoas que não são as pessoas fáceis, porque temos tempo para isso. Quando estou no observador e os bombeiros receberam uma refeição péssima, o que é que eu faço sobre isto? Telefono ao Jaime Marta Soares, que atende logo o telefone, e está muito indignado, e tens logo um *clip* para por no ar. E é por isto que o Jaime Marta Soares aparece sempre, porque ele é muito conveniente, super simpático, pões a gravar, está indignado, bom

*clip* de áudio, ótimo. O que é que é muito mais trabalhoso? Arranjar o número dos bombeiros. Estares a ouvir os bombeiros durante 1, 2, 3 horas. É muito mais difícil conseguir entrevistas com estas pessoas.

BA – Claro, até porque eles também o querem, não é? Faz parte do trabalho deles esta exposição mediática.

NV – Claro, eles querem estar disponíveis. Agora, pessoas sem nenhuma ligação... é muito difícil encontrar pessoas com quem falar. E por isso é que as histórias são muito mais interessantes. Não excluímos pessoas conhecidas, por exemplo nós já entrevistamos o Mamadou Ba umas 3 ou 4 vezes, porque ele tem coisas interessantes para dizer. Nos estamos a trabalhar num trabalho novo, temos estas perguntas e pensamos epá gostava mesmo de falar com o Mamadou, vai ter um pensamento interessante. E falamos com ele e de facto tem esse pensamento interessante sobre aquilo. Não me é relevante se ele é conhecido, o pensamento dele é relevante para esta questão. O que é distinto de um tudólogo a ter um pensamento irrelevante sobre a questão. Eu acho que o objetivo editorial, para mim, é interferir no espaço mediático com uma conversa que não está lá, e para ter essa conversa eu preciso de pessoas que não estão lá. O objetivo não é elas falarem, o objetivo é mexer na conversa e a forma disso são essas pessoas e as suas intervenções e ideias, não pela sua identidade. E depois claramente, tudo isto, a escolha temática, as pessoas que escolhemos investigar, tem uma razão de ser, tem a ver com as nossas preocupações, e sobre a nossa vida democrática, organização social, a forma como tratamos as pessoas, os direitos dos refugiados, os direitos de minorias étnicas, comunidade lgtbi, a crise climática, os refugiados climáticos. Todas estas são inquietações que temos que consideramos de interesse público.

BA – mas que muitas vezes podem... muitas vezes vocês cobrem situações que não estão no epicentro mediático, por exemplo esta questão do exército de precários...

NV - Quando tu não fazes atualidade, libertas-te do epicentro. O epicentro são bolhas de 5 ou 6 dias, e o nosso trabalho demora anos, então é impossível estares no epicentro. O epicentro pode dar-me ideias. Tu prestas atenção ao epicentro e tens ideias para histórias, muitas. Mas depois deixas passar, e deixas a poeira assentar, e quando vais pensar realmente a história que sobrevive, são as grandes questões que passam ao lado do epicentro, que nunca são... nunca é uma hipérbole... por exemplo com as prisões, fala-se de prisões, mas a grande história, o grande sistema, acho que se vai tornando óbvio quando te afastas do epicentro. Ou seja, quando não estás a fazer atualidade e te permites ver as coisas com distanciamento, e começar a ver os

padrões e as sequências, e quem é que lixa quem constantemente, aquilo a que chegas são as preocupações das pessoas e das pessoas que não tao a ter hipóteses de dar as suas preocupações com aquela participação. E vais desembocar nessas realidades que não são ouvidas. Eu não gosto de fazer atualidade, aborrece-me. Então esta questão, para além do lado editorial todo de achar que é um benefício, quando te afastas da espuma dos dias, vês o fundo do oceano, há outro lado para mim que é: é mesmo aborrecido fazer atualidade. Então ir ouvir estas pessoas... é muito mais interessante. Em termos de, a quem é que me apetece telefonar hoje de manhã, o Rogério Alves ou o Paulo Guimarães, mil vezes o Paulo. E é por isso que eu gravei 8 horas com o Paulo, e gravei 1 hora e meio contra o Rogério, e muito contra vontade dele a última meia hora, diga-se.

BA – Em relação a questão da objetividade, como tratam esta questão, procuram ser objetivos, afastam-se deste ideal? Já tocamos um pouco neste assunto, isto é uma não-questão para vocês?

NV – eu acho que a objetividade é uma cortina de fumo brutal para tu não seres transparente, isto é claríssimo. Uma vez que tu estás vivo, não consegues ser objetivo, ponto. porque tens uma visão mundo, nas histórias que queres ouvir, quem queres entrevistar, em como te sentes quando falas com elas, como cortas ou áudios, partes que seleccionas, adjetivos que usas, se os cortas, os verbos que usas, em todo o lado há subjetividade. O melhor exemplo é, o avante não é menos objetivo que o Público, é mais transparente. Tem um problema, é menos vezes factual. E para mim, a factualidade, a veracidade do que estas a fazer é distinto da objetividade. A factualidade do teu trabalho é aquilo para que tu trabalhas. Se eu estou a fazer um trabalho sobre prisões, e ao longo do trabalho me vou tornando abolicionista prisional, como é que eu posso publicar a peça e não dizer as pessoas que estão a ouvir um jornalista que acha que isto é um bocado imoral? Aquilo que eu acho que é mesmo distinto é, o teu trabalho é assente na realidade, tem factos, tem guias, é verdade? É verificável? E aí eu dir-te-ia que é muito raro um jornal factual, porque muito pouca gente faz verificação de factos. Porque sustentar cada frase de uma peça é um trabalho penoso. E a transparência de eu conseguir ver se estas a fazer este trabalho é importantíssimo. Isto é o que te permite dizer que não somos objetivos, o que vos garantimos é a transparência, e o nosso melhor esforço para sermos intelectualmente honestos convosco, para lidarmos com coisas que conseguimos provar, que conseguimos ter fontes. Isso é o que gera confiança em quem te está a ouvir, que é o que me interessa. E depois a imparcialidade, acho que é com grande frequência executada nos termos em que o Murrow cobria o tabaco, que é, nós já provamos que o tabaco é mau, mas vamos ouvir os senhores contra o tabaco e a favor do tabaco, porque somos imparciais. Não nos deixamos influenciar

por nenhum dos *lobbys*. Isto não é imparcialidade, é *both sideism*. Isto não é imparcialidade, pelo contrário. A imparcialidade para mim é muito menos relevante do que a independência de jornalistas numa redação para poderem fazer escolhas editoriais baseadas em princípios editoriais e não em interferências externas, esta é a que me interessa. Interessa-me a independência do ponto de vista de um jornalista dentro de uma redação poder fazer as suas escolhas editoriais com base nos princípios editoriais, só, que é raro, mesmo de uma forma inconsciente. Tu estás numa redação e fazes as tuas escolhas por questões de acessos, ou porque dá cliques, ou porque é o que funciona, às vezes é porque és vingativo, e tudo isto para mim estraga a independência.

BA – em relação a isto, há um fator interessante em relação ao jornalismo radical, que é, rejeita-se desde já a imparcialidade, mas há a questão do partidarismo. Tu sentes isso, um certo partidarismo no sentido de tomar a parte das pessoas, ou seja, eu tenho um partido que são as pessoas?

NV – eu acho que cada pessoa dir-te-á uma coisa diferente.

BA – se eu poder dar um exemplo que achei interessante. No fim do exército de precários, no fim de 8 episódios, vocês mesmo no fim dão espaço aos seguranças privados para dar exemplos de vivências e histórias de violência que já tiveram... e deu-me essa ideia de defesa das pessoas, no sentido de não ser uma mudança da narrativa, mas houve ali uma escolha de primeira dar uma contextualização, e guardar aqueles testemunhos para o final.

NV – Sim, isso é propositado e explícito. Foi uma escolha editorial propositada de eu quero que tu consigas ouvir que estas pessoas trabalhavam 12 horas a guardar uma máquina escavadora no meio do nada sem eletricidade nem casa de banho nem água na corrente nem nada, e eu acho que ficavas um bocadinho menos indignado se soubesses antes que esta pessoa mandava um gajo pelas escadas da estação da Campanhã.

BA – mas tu consideras isso partidarismo?

NV – eu dou-te a resposta prescritiva e a resposta descritiva. De forma descritiva, acho que podes olhar para essa reportagem e dizer obviamente isto é uma reportagem que toma o partido destes trabalhadores, dos seguranças privados. É crítica também, mas que na sua construção é pensada de uma forma a deixá-los dar a sua parte da história antes de fazer o murro no estômago do episódio final, e que é feito em certa medida como contrabalanço ao retrato mediático do segurança, é feito como uma desconstrução à imagem do gajo à porta de uma discoteca. Acho

que consegues atribuir isso a qualquer trabalho. Agora, prescritivamente, na forma como encaro o meu trabalho, eu dir-te-ia que sou extremamente partidário para com uma determinada visão ideológica do mundo. Sou partidário para com o respeito dos direitos e dignidade humana, não são negociáveis para mim. Este é o meu partido à cabeça a entrar nas histórias, isto é imoral, é indigno e incomoda-me. E depois o que acontece é que geralmente quem se lixa são sempre os mesmos. Portanto quando vais ver a execução disto, podes fazer descritivamente vários, sendo que para mim o meu partido é sempre o mesmo, que é a defesa da dignidade humana, e depois descritivamente podes dizer, “mas estas sempre do lado do proletariado”. Mas por exemplo, vamos fazer um trabalho sobre as forças policiais, e muitas vezes vamos acabar por ser partidários para com os polícias, mesmo sendo um dos jornalistas abolicionista policial. E quando fores fazer a leitura vais ver que durante 4 episódios somos partidários para com as pessoas marginalizadas, e noutros 3 partidários da polícia. Porque quando pensas no partidarismo como a adesão a equipas é muito fácil ser traído, e se pensares em relação a ideários consegues encontrar o ponto de consistência que é, isto é indigno, isto também isto também, isto também... isto é tudo a mesma visão.

BA – Como é que tu vês a tua missão como jornalista?

NV – se olhares para o trabalho que eu fazia no observador, por exemplo, a grande falha daquilo é ser acrítico, porque não tinha uma ideia da missão, e o resultado é algo amorfo, sem visão mundo, e eu não gosto de jornalismo assim. Algum ceticismo faz isso. Eu ainda não tenho uma grande resposta de porque é que sou jornalista. Mas a noção de relator, por exemplo, não vejo grande utilidade, há pessoas suficientes a fazer isso. A questão para mim é o que é que eu tenho a acrescentar ao discurso. Saramago, quando samplado por Samuel Mira, diz “é um crime escrever quando não tem nada para dizer” e importa-me muito perceber o que é que eu tenho para dizer. O que é que está a ser dito e em que medida é que o que eu tenho para dizer é diferente. Eu sei que em termos de missão, papel, eu vejo muito mais como o que eu ando a fazer são macro retratos, tentar ver os sistemas muito grandes, tentar mostrar os sistemas que são grandes demais para olharmos para eles todos de uma vez e dizer te esta aqui o fluxo que leva da transmissão de estabelecimentos ate a violência na segurança privada.

BA – mas não é algo neutro...

NV – claro que não, porque como é que consegues fazer teoria social, ou antropologia neutra? Não existe. Tens de ter uma interpretação do que esta a acontecer. Do somatório dos relatos da atualidade, a que faço testes de factualidade constantes, há um momento em que, ao elencar as

ideias, eu vou escolher contar a história de determinada forma porque estou a tentar dizer o que eu acho que descobri. Quando eu te vou contar uma história, particularmente neste formato, em que te estou a narrar na primeira pessoa, que pode parecer uma questão estilística mas não é, porque eu estou presente na peça, eu existo, não só existo como tenho opiniões na peça, e tenho uma série de caracterizações subjetivas de espaços e de pessoas, e depois na sequência lógica da história que te estou a contar, em que estou presente, eu estou a dizer eu vi este padrão, eu vi este sistema, eu acho que tenho esta história. E que é uma história que pode ser contada de forma diferente... e o que eu acho que é o meu papel é propor visões. Tentar defini-las e deixar interpretações possíveis, com a noção de que eu quero muito que tu saibas isto para ir votar. Para teres uma participação ativa na vida democrática.

BA - então, pode haver um *overlap* entre um papel de moderador de debate público com algo crítico e participativo?

NV – acho que o moderador tem de ser sempre crítico e participativo. Sendo que, eu acho que é sempre muito fácil pegar nesta sequência de posições e ideias, e dizer, então eu vou-te ouvir moderar um debate das legislativas entre os partidos com assento parlamentar, e sei que vais ser mais fácil com x ou x partido. A questão não é essa. Eu quero desafiar, e quero que as pessoas se justifiquem. Há um papel de moderador de debate público a certo ponto, mas no sentido de elevar o nível do discurso público, por um lado das coisas que debatemos, e por outro o grau das coisas que debatemos. E é muito assim que eu vejo o papel de moderador.

BA – Qual é o impacto que tu procuras com as tuas investigações?

NV – Interferência no discurso público. Como te disse, há peças que as vezes têm, às vezes eu gostava que tivessem efeitos particulares muito específicos. E as vezes até sinto saudades do jornalismo de atualidade por coisas destas, coisas mais pequenas, para as pôr a mexer. E não tenho qualquer oposição a isso como motivação para o jornalista. Mas o trabalho que faço agora, se tivesse isso como motivação seria uma frustração brutal, porque estás anos sem publicar e depois publicas e... publico uma reportagem sobre as prisões, se o meu objetivo fosse a mudança concreta, queria dizer o quê? Publico e daqui a um mês abolimos o sistema prisional. Não posso ter isto como métrica, nem meterem vidros nas celas, não dá.

BA – Mas há uma vontade de transformação, seja ela social, política, económica, no sentido dos direitos humanos?

NV – sinto que tem um papel de consciencialização, largamente, que só é possível pela denúncia de atrocidades específicas. Quando eu venho e te digo o Grupo 8 neste caso pagou horas extras com subsídios de alimentação - denúncia específica de caso concreto. Porquê? Para um efeito de consciencialização de respeito de direitos laborais, da dignidade laboral, que advém das pessoas não terem uma hora de almoço. E falares com sindicatos e dizerem-te que não reivindicam horas de almoço. E falar com as pessoas e perguntar vocês estão contentes com o vosso sindicato? Estão bem representados? É um processo incremental, mas é sobre as pessoas que estão a ouvir aquilo, e entrarem ali, e saírem dali com uma nova influência sobre o seu pensamento e sobre a sua visão mundo, oferecer uma coisa que contribua para a sua construção e para o interesse público. Introduzir algo no discurso mediático que responde ao interesse público. cujo objetivo é a nossa resiliência democrática e social, a fortificação da nossa dignidade enquanto pessoas e enquanto sociedade. Com o interesse que serve as pessoas terem direito a vidas dignas e a vidas democráticas. E acho que isso se faz graças a um processo gradual de interferência no discurso mediático, em parte.

BA – Qual é o tipo de jornalismo que tu fazes?

NV – se eu tivesse que externamente fazer a análise, diria que me punha entre o *watchdog* e o *advocacy*, em que claramente há um pendor para o desafio institucional, e aos órgãos de poder, formal e informal, político e económico. Tem um claro papel do foco da tensão, a crítica a que estás disposto é essa. E depois isso é feito largamente em resposta a reivindicações de vários grupos e estratos, que tem uma sequência geralmente repetida de reivindicações e que são levadas até essas entidades de que estás a ser o *watchdog*, tas a vigiar as falhas deles e vigias através do *advocacy* por esses grupos. Acho que seria definível assim.

A certo ponto, o trabalho que estamos a fazer, como jornalistas, é um trabalho documental. Passaste a grande reportagem, e comesas a entrar no documentário. E aqui o *framework* começa a mover-se, porque vai ter de abarcar uma obra maior. Esse espaço permite alguma fluidez de género, e mesmo entre nós, eu a escrever ou outro jornalista aqui, são coisas diferentes. Eu sou um bocado jocoso, mesquinho, por exemplo - o Rui Pereira é um bom exemplo. A margarida não faz coisas deste género, e isso puxa a escrita dela para um registo muito diferente, o que também torna mais difícil fazer uma classificação do projeto.

BA – Para com quem sentem ter responsabilidade?

NV – para com o público em dois sentidos. O interesse público, o grande público, como órgão de comunicação social para o grande interesse societal, que não é sempre o que o do grande

público é - não é por 75 por cento das pessoas serem a favor da escravatura que o interesse público é defender a escravatura. Essa é a nossa principal responsabilidade. E depois a segunda principal é para com o público que contribui para o Fumaça, pessoas que dão dinheiro inclusive enquanto não há nada a sair. E há um peso de responsabilidade, tanto editorial, apesar de esse mais em relação ao grande público, mas organizacional, em relação a publicação, transparência, gestão de dinheiro, horas de trabalho, expectativas, quando lanças e qual o grau de qualidade do trabalho, em relação àquelas pessoas. Eu sinto responsabilidade em relação a quem me apoia durante um ano e meio em que eu não lancei nada.

BA – então a vossa comunidade tem aqui um peso importante?

NV – claro. Porque nos não achamos que as pessoas são só recetores das nossas produções. Quando pedimos sugestões as pessoas, de temas, perguntas, ou que seja, não é uma coisa para *engagement*, é algo que eu quero mesmo. Porque eu também estou a tentar aprender, e quero mesmo essa participação. Se estamos a prestar serviço público, que acho que é o que jornalismo deve ser, temos de ouvir o público.

BA – o facto de terem estas contribuições destas pessoas altera de alguma maneira o processo de produção jornalística?

NV – bem, para além da comunidade nós temos doadores que dão grandes montantes de dinheiro, em primeiro lugar. Interferência editorial, legalmente nem é possível em lado nenhum, portanto nem vale a pena dizer que não acontece porque é vazio, mas nós sabemos que é possível. Mas posso dizer-te que não existe qualquer interferência editorial, não têm bases para o fazer, os contratos são públicos, não têm qualquer mecanismo de controlo, nem visão prévia, nada. Nem têm direito a fazer queixume, ou melhor, têm, mas não nos importa muito. Porque a diferença bonita entre um investidor e um doador é que o investidor tem uma perspectiva de cobrir os prejuízos, e se o chateias ele corta-te a mama e vais a falência. Com o doador eu assumo que vou a falência e de vez em quando tenho a feliz surpresa de não ir. Mas em termos da influência dos micro doadores, da comunidade, muitas vezes sim, sentimos culpa de estarmos a receber aquele dinheiro sem publicar, que é uma noção de produtividade errónea nossa, que somos nós na nossa organização interna, que acabamos por sentir culpa por tirar férias, descansar, ir de fim de semana... Que nós próprios temos uma má noção do que é a produtividade de uma redação a trabalhar nas escalas temporais em que nos trabalhamos, porque não podemos medir olhando para quando saiu a última série, não é relevante, o que importa é estamos todos os dias a trabalhar? Estamos. Mas psicologicamente é difícil

convenceres-te disso. E tens de lidar com essa culpa. E isso faz com que muitas vezes sintas estou a receber este dinheiro todos os meses destas pessoas e em troca eles têm o quê? E a nossa perspetiva é aquelas pessoas não nos dão dinheiro pelo trabalho que nós já fizemos, nem nos dão dinheiro para vir às nossas sessões que fazemos aqui de AMA ou convívios, nem para receber os episódios das séries todos de uma vez, em vez de esperarem uma semana. Há aqui uma noção de ajudar a financiar as séries futuras, aquela doação é para continuarmos a fazer o que estamos a fazer, e isso só é possível porque as pessoas confiam no modelo, no método, no ideário do trabalho. E eu acho que, por estarmos a criar isto do vazio, e ainda não sermos sustentáveis, que é uma preocupação constante, sentes no nosso discurso uma noção de criar para a comunidade, mas o pensamento de cada série não tem nada a ver com isso, até porque muitas das series acabaríamos por não fazer. Até porque há um problema de escreveres para as bolhas, o problema das contra-agendas, e depois até a tua linguagem, os teus pressupostos, já estão dentro dessa bolha, e isso nós não fazemos.

BA – donde é que consideram que vem a vossa legitimidade?

NV - a legitimidade de um jornalista vem de um bom exercício do jornalismo.

BA – então é de serem factuais, transparentes?

NV – sim, de eu mostrar dia após dia que eu mereço ser jornalista. Poderás dizer que a legitimidade vem da audiência, eu diria que não são legítimos. A distinção é esta, a fox news, por exemplo, não é legítima, é relevante, são preponderantes, têm peso, legitimidade bola. O correio da manhã não é legítimo, é relevante. Não cumprem os princípios essenciais, não estão a fazer jornalismo, às vezes estão, há exceções, e o correio da manhã escreve para pessoas que não estão a seguir as notícias todos os dias, e isso é um bom trabalho, mas muitas vezes não são legítimos como organização. Olhas para o código, ou para os princípios deontológicos, e muitas pessoas, mesmo com carteira, não são jornalistas legítimos. O jornalismo do cidadão, isso não é uma questão para mim, há cidadãos, fazem jornalismo ou não? Se fazem, são jornalistas, se não fazem, não são. E quando deixarem de fazer, deixam de ser, e se voltarem a fazer, voltam a ser.

BA – no vosso estatuto editorial, tem um ponto onde dizem que são contra-poder. Como é que se transparece na prática?

NV - é uma assunção do que gera desconfiança, na medida em que grande parte do trabalho do jornalista é olhar para o mundo e pensar o que é que me causa desconforto, ou desconfiança. É

que a opção contrária é ser um veículo de propaganda, o poder já tem controlo da narrativa e das circunstâncias. É a noção do que é que me gera desconfiança? Olhas para a instituição estatal e penso “há merda, de certeza, porque é feita de pessoas, sistemas gigantescos com montes de dinheiro”. Eu quando vejo coisas organizadas começo a desconfiar. As tuas prioridades quando és contra poder são olhar para as pessoas poderosas porque são quem tem de ser mais questionado, porque o teu holofote está apontado para o poder, as pessoas e instituições que tem o poder, a capacidade de intervenção; ou incidés o teu holofote sobre pessoas com interferências localizadas, minúsculas, e vais decidir que agora trabalhas homicídios de crianças, isso é não ser contra poder, explorar a dor dos pobres, tornar a vida de pessoas sem influência num circo para o entretenimento coletivo. A escolha é não fazer isto. Agora a forma de questionar estas pessoas é ir ouvir as outras, mas quem tu estás a questionar é o que te torna contra poder. E há outro lado da ideia que é, não gosto de jornalismo cínico, gosto de jornalismo cético. O meu grau de desconfiança para com relatórios de instituições poderosas é muito maior do que o meu grau de desconfiança sobre alguém que não tem esse poder. Eu questiono todos os patamares disto, não quer dizer que deixe passar em branco quem não tem poder, mas tenho muito mais desconfiança em quem tem mais poder, porque tem mais motivações para me mentir. Exijo mais dessas pessoas.

BA – como é a vossa relação com o poder?

NV – a perspetiva de poder vai alterando, de trabalho para trabalho e mesmo dentro do mesmo trabalho. E dificilmente podes ter uma boa relação com o poder, acho que nem o quero, porque acho que não conseguia fazer jornalismo a sério. Acho que é possível ter uma boa relação com certas esferas de poder, há exemplos. Agora, acho que o tipo de jornalismo que nós fazemos leva largamente a uma relação conflituosa com o poder. Mas a definição de poder é mutável, como vês no exército de precários. Mas acho que largamente para fazer um trabalho sério constantemente, vais entrar em posições de conflito para com o poder. Mas de novo entra aqui a distinção entre o cinismo, que não gosto, e o ceticismo.

## **Anexo B – Transcrição da Entrevista *Divergente* – Luciana Maruta e Sofia de Palma Rodrigues**

Bruno Antunes (BA) – Quais são os objetivos do projeto, no geral, e das investigações em particular?

Sofia de Palma Rodrigues (SP) – Aquilo que consideramos que diferencia a *Divergente* é que nos queremos contar histórias e ouvir as pessoas que não têm palco nos media tradicionais, que agora tradicionalmente se diz “vamos dar voz a quem não tem voz” - não, elas sempre tiveram vozes, só que nunca ninguém foi lá e as ouviu – e nós queremos focar-nos nesses tipos de temas e pessoas, e trazer esses temas para a *Divergente* e contar histórias com eles. Fazer um caminho inverso em relação aos media tradicionais, que geralmente começam com um especialista ou alguém no poder e só depois é que ouvem outras vozes para encaixar naquilo que já tinham.

BA - Então isso acaba por ser um critério de escolha?

SP - Não, isso é uma metodologia. Os temas são critério de escolha, mas um tema pode ser tratado de variadíssimos ângulos.

Luciana Maruta (LM) – Sim, um tema pode ser abordado de maneiras diferentes. E mesmo a maneira como conduzes as entrevistas. Quando centras o trabalho primeiro nas pessoas e depois e que abres para um cenário mais macro, acabas por ter outras coisas, não vens formatado com uma série de ideias. Acabas por estar formatado também, mas com outro ponto de partida.

SP – ou seja, quem pauta a problemática dos nossos trabalhos são as pessoas comuns, e não agentes políticos. Geralmente o que acontece nos media, há uma agenda, o *media setting*, que define mais ou menos os temas que estão a ser tratados. Nós temos a nossa agenda, e perguntam-nos muitas vezes como escolhemos os nossos temas, e é muito simples, interesses pessoais. Somos uma equipa minúscula, só nos faz sentido tratar temas que queiramos tratar.

BA - Então este afastamento dos órgãos de poder é propositado?

SP - é um afastamento num primeiro nível, um afastamento que achamos gerar outros questionamentos e que resulta num confronto final.

LM – porque essa presença de especialistas, presença de pessoas mais ligadas ao institucional não deixa de ser importante, mas lá está, nos partimos do particular para depois abrirmos e confrontar com as questões que vieram de bases destas pessoas.

SP – por exemplo, imagina que nesta rua existem muitos assaltos. Eu posso ir ao INE e tirar quantos assaltos existem em Lisboa, o nível de criminalidade e contar uma história ouvindo os líderes políticos, os atores sociais, e conto toda a minha história a partir daí sem ouvir uma única pessoa que foi assaltada. Eu consigo contar esta história. Eu vou contar outra história se o meu ponto de partida forem as pessoas assaltadas, os comerciantes, quem vive aqui. E a partir daí o meu leque da problemática é muito mais alargado daquilo que era ao início. E é isto que nós fazemos. Isto é um primeiro objetivo. Outro objetivo é levar o jornalismo para ao pé das pessoas. Nós somos uma publicação digital, queremos ter uma imprensa também, e para nós é importante essa presença física, e esta presença tem-se traduzida em que todos os nossos trabalhos têm apresentações públicas e são debatidos pelas pessoas comuns.

LM – sim porque no fundo acabas por... tens uma série de pessoas que nos seguem, e vêm o nosso trabalho no *site*, mas quando crias espaços de debate em que apresentas o tema, mas também te permite que as pessoas questionem, não só os jornalistas, mas também as pessoas com quem conversamos, é aqui uma forma também de... no fundo somos mediadores de algo, ou seja, transportamos informação, mas queremos que essa informação se engrandeça com estes espaços de debate e reflexão coletiva.

BA - Então há aqui também uma perspetiva de facilitar o debate e a participação pública?

LM – sim, o objetivo é impactar. Tu fazes uma investigação e procuras alguma coisa, procuras resposta. Vais partilhar as respostas que encontraste, o resultado do teu trabalho, mas há diferentes olhares sobre a mesma coisa, então poderes dar a possibilidade e criares esses espaços - já existem, mas aqui no fundo estás a aproximar aquilo que foi o trabalho de bastidores, como tudo acontece, mas depois também permitires que essas pessoas te questionem sobre o que foi o foco do teu trabalho, acabas por conseguir alargar o alcance do trabalho que tens.

SP – mas eu acho que, por exemplo, quando perguntas sobre as pessoas fazerem parte do processo, nós não fazemos jornalismo do cidadão na Divergente. Aquilo que temos é abertura para as pessoas proporem temas e nós como equipa escolhemos. A forma como concebemos o jornalismo é o jornalismo como mediador, e efetivamente fazer jornalismo tem regras, deontológicas e de feitura, e não acreditamos que seja qualquer pessoa que possa passar pelo nosso processo, um cidadão comum chegar e fazer jornalismo. Tanto que somos completamente contra disponibilizar entrevistas completas. Se eu entrevistar um sem abrigo, essa pessoa não tem a noção completa daquilo que está a fazer, a dar, e eu acho que essa

proteção é importante. Eu acho que os momentos em que as pessoas fazem parte na Divergente é nos momentos de denúncia e nos momentos de debate. Não sei se é para mudar consciências, mas para promover um diálogo que a longo prazo e num processo longo poderá efetivamente consciencializar as pessoas.

Mas outra coisa em relação aos objetivos, falamos da forma como escolhemos as fontes e como queremos um público mais heterogéneo, e acho que o último ponto a referir é na forma como fazemos jornalismo em que acreditamos que é preciso trazer equipas multidisciplinares para uma mesa de trabalho e que não sejam só os jornalistas a pensar como vamos fazer os temas e apresentá-los. E quando ouvia a Luciana acho que a palavra que está aqui em comum nestes objetivos é a democratização - democratização na feitura em que o jornalista não é o centro, uma democratização na escolha das fontes, e uma democratização dos públicos, em que o público pode fazer parte de um debate, não recebe o trabalho como algo final.

BA - Então há aqui uma perspetiva muito pluralista?

SP – Sim, é pluralismo, mas tu podes ser plural e só ouvires o parlamento, se ouvires todas as pessoas do parlamento. É democrático? Não. Ou seja, é plural, mas é a democratização de um processo que de raiz não é nada democrático.

BA – Como é que vêm a vossa missão como jornalistas?

LM – eu acho que em primeiro lugar é no fundo, se há alguma coisa que nos inquieta, com certeza vamos encontrar outras pessoas com a mesma inquietação. Em primeira instância quando fazes um trabalho jornalístico é para dar resposta às nossas inquietações. E, depois disso, acabas por levar e mediar – o trabalho que nos fazemos, quando entrevistas e selecionas, já estás a fazer essa mediação - mas em primeira instância é isso, levar as pessoas aquilo que tu acreditas que possa ser de interesse público. E são coisas do dia a dia, no fundo, acabas por ser mediador porque falas com determinadas pessoas, tem acesso a certa informação, e o trabalho da mediação acontece depois.

SP – sim, o primeiro trabalho do jornalista é ser curiosos. E depois a questão da mediação. Nós não somos detentores da verdade, elas são múltiplas, então mediação no sentido em que partimos de um ponto, estamos a olhar a volta e vamos entregar o nosso olhar a alguém. E nesse sentido somos mediadores, e é também por isso que dizemos que aquilo que fazemos não é nada objetivo. E depois eu penso que a tua pergunta se devia encaminhar no caminho do ativismo – e podemos ter perspetivas diferentes. Mas na minha perspetiva, um jornalista lutar

pela feitura de um processo de jornalismo digno é já por si uma forma de ativismo. Eu acho que os jornalistas não devem ser ativistas por causas na sua vida profissional, porque causa descredibilidade e enviesa os teus públicos. Porque a partir do momento em que assumes o ativismo de uma causa, perdes a capacidade de problematizá-la e perdes a capacidade de ter empatia para com pessoas que até poderiam mudar a sua opinião se lhes conseguisses explicar de forma plural o que esta em causa. Por isso, dentro do papel de jornalista, algo que gostaríamos muito é que alguns dos nossos trabalhos trouxessem mudança, mas que não advém de ativismo social da nossa parte, mas de termos feito uma denúncia de uma situação que estava escondida, que veio ca para fora, que pode criar debate público o que pode trazer mudança.

BA – Uma coisa que notei nas vossas obras foi ter sentido que algumas delas, não sei se era um objetivo, mas havia maneiras diferentes abordar as reportagens. Por exemplo, no “Por ti, Portugal, eu juro” há um pedido de responsabilidade por parte das instituições, e noutras, por exemplo, a “demasiado novo para ser velho”, aborda-se mais uma perspetiva mais pessoal, mas não há uma extrapolação para problemas que podem ser sistemáticos. Isto é algo propositado?

SP – Cada trabalho é um trabalho. Nos fazemos jornalismo narrativo, e com aquele trabalho... há rostos que os números do desemprego não mostram, e nos denunciámos isso logo de entrada, explicamos como são feitos os cálculos do desemprego e como estas pessoas ficam de fora. Todos sabemos isto, mas ninguém sabe a vida e a história destas pessoas, e é isto que nos fomos fazer, foi perceber como é que as coisas se desenrolam. Numa sociedade pulsante, um trabalho destes traria debate público. Na minha opinião não é o papel do jornalista, ainda, fazer aquilo que fizemos no “Por ti, Portugal”, que é, além de fazer o trabalho, a investigação, a denúncia, garantir que ele seja alvo de debate no espaço público, porque isso é mais uma tarefa, isso são outros organismos do governo e do estado que o devem fazer para garantir uma sociedade saudável, uma sociedade civil forte. No “Por ti, Portugal, eu juro” fizemo-lo, e fizemos porque é um trabalho diferente, que resultou da minha tese de doutoramento, e fizemos porque tivemos o tempo. Agora, sim, nós fazemos jornalismo com tempo, sim tudo o que publicamos tem um processo rigoroso de revisão, mas sim também temos que publicar, porque se não cada trabalho são 10 anos. Agora, eu acho que se deviam criar estruturas para que os temas relevantes fossem debatidos, porque estas pessoas existem, há os contatos delas, os rostos delas, as moradas...

LM - Sim, e eu acho também que os objetivos... no caso do “Por ti, Portugal” nota-se mais, ou sentiu-se mais, porque na verdade ainda não há respostas institucional, e nós buscamos-la, nós

queremos ouvir, ou seja, contamos a partir dos comandos africanos, mas buscamos essa resposta. No caso do demasiado novo para ser velho o ponto de partida era realmente partilhar as histórias destas pessoas, dar rostos a estes números.

SP – Sim, denunciar esta situação que... a questão disto tudo é nos acabamos por denunciar que os números do desemprego nas são reais, há pessoas que ficam de fora, nada disto é legal, isto é uma denúncia. Agora, o que a sociedade faz com esta denúncia... quando nós publicamos o “demasiado novo para ser velho” a Divergente era só eu e o Diogo, quando publicamos o “Porti, Portugal, eu juro” já tínhamos uma pessoa só para trabalhar a comunicação, que garante que vai haver debates sobre o tema, que vai à televisão, vai à rádio. Mas isto é um trabalho a tempo inteiro, e eu acho que exigir isto aos jornalistas é de mais porque caímos na falácia de que temos de fazer tudo, mas depois toda a gente faz tudo e faz tudo mal.

BA – Como é que vocês tratam a questão da objetividade?

SP – a objetividade não existe, não há o substituir pela subjetividade porque ela não existe. O jornalista é uma pessoa, e todas as pessoas olham para o mundo a partir de um lugar, que é subjetivo. Nos tratamos isto com imparcialidade, e com o dever de tentares exercer a imparcialidade, tentando ouvir o maior número de vozes possíveis no tema que estas a tratar, que era o que te dizia sobre o jornalista não ser ativista por causas. Imagina, eu sou a nível pessoal ativista na causa anti racista, quando eu escrevo um trabalho eu não me consigo despir desse papel, mas eu tento ouvir todas as vozes, e acaba as vezes por mudar a minha opinião nalguns assuntos. E eu acho que é isto que enquanto jornalista subjetivo deves estar disposto a fazer, mudares a tua opinião, que é subjetiva, sobre o mundo, e isso só é possível ouvindo o máximo de vozes possíveis, é um dever

LM – Sim, isto traduz-se, ou seja... a maneira como olhamos para os temas, os guiões que fazemos, tudo tem influencia no resultado final que vais obter. O que tens de aplicar, e seguir, é o código deontológico, as regras básicas de fazer jornalismo. Agora, os pontos de partida, a maneira de como abordas as entrevistas é de facto subjetivo, e a questão de objetividade não... ou seja, é algo dos manuais ultrapassados, porque quando comesças a trabalhar isso não existe.

SP – e eu acho que essa questão da objetividade acaba por proteger uma classe urbana, de um estrato social elevado, uma classe privilegiada que tem acesso ao jornalismo. Quem é que são os jornalistas nas redações, que diversidade existe? Se calhar ali é tudo objetivo porque toda a gente olha para o mundo de um determinado lugar. Porque se meteres alguém que viveu sempre na Lapa, estudou e os amigos são todos dali, a olhar para Chelas, com um tipo que viveu a vida

toda em Chelas, e forem os dois fazer uma reportagem sobre aquele sítio, o resultado final é diferente, garanto. E quem é objetivo aqui? E esta questão da pluralidade nas redações é muito importante porque tu como jornalista olhas para o mundo a partir de um ponto, se todas as pessoas na redação partem do mesmo ponto, aquilo que elas vão ver no mundo é igual. Se elas partirem de pontos diferentes vão gerar debate. Eu orgulho-me muito de nenhum de nos aqui ser do centro de Lisboa, porque isso traz temas e debates que são diferentes, nem melhores nem piores, mas diferentes e que se confrontam. E no final a soma é positiva, somar variáveis que são muito diferentes

LM – Sim, nos continuamos a ser pessoas normais como as outras, mas aquilo que és acaba por ter sempre influencia naquilo que fazes.

BA – Para com quem sentem ter responsabilidade, se é que o sentem?

SP – Para mim, em primeira instância, com nós próprios. Depois, para com as pessoas que aceitam falar connosco, sejam elas um sem abrigo ou um político. Há uns tempos estivemos numa formação de ética, em que a situação era, estás numa festa, és jornalista económico, e estás numa festa em que o CEO da Siemens te diz, bêbado, que as ações na semana seguinte vão entrar em queda total. Publicas ou não? Para mim é claro que não, porque ele está bêbado e estamos numa festa. Para outras pessoas era claro que sim, porque é um tipo poderoso e sabe que está a falar com um jornalista. Não há uma resposta certa. Mas o nosso compromisso é para connosco próprios, e fazemos esse debate numa primeira instância para estarmos bem connosco, e para respeitarmos as pessoas que estão a falar connosco. A comunidade, para mim, é uma pescadinha de rabo na boca, no sentido em que é muito importante que as pessoas apoiem o jornalismo, seja ele independente ou nos media tradicionais, porque efetivamente os modelos que até aqui não tornaram viável, mas que tornaram possível o jornalismo, estão em falência, mas também é muito importante que as pessoas saibam que não devem pautar a agenda para que os media continuem, porque isso é perigoso. Porquê? Porque por exemplo, um projeto como a Divergente tem como público contribuidor um nicho de pessoas que não é representativo de Portugal. Essas pessoas pautarem a agenda daquilo que nós fazemos também não é útil, de maneira nenhuma.

BA – e como é a relação com comunidade?

LM- eu acho que quem nos segue valoriza o tempo, a equipa disciplinar, o jornalismo cuidado. Aquilo a que acedem com os nossos trabalhos é diferente, e eu acho que valorizam, não tanto

o tema A B ou C, as pessoas identificam-se com a maneira como fazemos o nosso trabalho e a maneira como respeitamos as fontes, e isso é mais importante do que o tema em si.

SP – do nosso ponto de vista, o nosso maior compromisso com quem nos segue é fazer o melhor trabalho possível, não ir ao encontro dos temas que a pessoa A B ou C gostaria de ver tratados. Agora, é claro que aceitamos propostas, gostamos de receber temas, até porque existem vários pontos do mundo que não estão representados na redação, é super importante receber propostas e de discutir e dizer isto não nos interessa, e não pensar que há uma pessoa que dá 200 euros por mês e vamos perdê-la, isso não existe aqui. É importante perceber a génese da Divergente que é, há duas pessoas que querem fazer coisas diferentes, jornalismo diferente, e nós repetimos isto muitas vezes, quando isto deixar de ser a força motriz, mais vale irmos fazer outra coisa. E eu acho que o comboio empurra muitas vezes para pensares... toda a gente pensa como é que vamos construir comunidade, e de repente o foco deixa de ser como é que vamos fazer jornalismo, e passa a ser como ter uma comunidade maior, mais seguidores, mais dinheiro que permita a continuidade. E estes pensamentos são legítimos, mas é impossível que o foco esteja nestes sítios todos, e nós escolhemos que o foco esteja na forma como fazemos jornalismo, isso é o principal. Tudo o resto tem de servir a forma como fazemos jornalismo. Quando isto mudar o projeto deixa de fazer sentido.

LM- o objetivo de estarmos numa redação, abandonar os projetos onde estávamos foi esse, fazer algo de uma maneira que nos revíssemos, em que acreditássemos, e que achássemos que terá um impacto, em nós em primeiro lugar, e nos outros.

SP – E eu acho engraçado porque a forma como descrevemos isto até pode parecer elitista. Nos não fazemos jornalismo para nós, queremos que tenham o maior alcance possível. Mas é uma perspetiva diferente fazer coisas porque queremos o maior alcance possível, ou eu faço este tema porque o quero tratar, acho que é relevante, e lutarei para que tenha o maior alcance possível. Parece ténue a diferença, mas é muito diferente. E já aconteceu vermo-nos a resvalar para o outro lado, e termos de dar um passo atrás e pensar no que estamos a fazer. Agora, a questão da comunidade é uma questão presente. Tu vais a uma conferência, falas com meios do estrangeiro e... não deixa de ser para mim estranho tu hoje em dia juntares um grupo de jornalistas e a conversa ser sobre como nos vamos pagar, e não como vamos fazer uma boa história. E eu percebo porque é que acontece, e muitas vezes também nós estamos lá, mas há qualquer coisa que está errado nisto. Esta coisa dos media independentes não é tudo um mar de rosas, é preciso ser muito vigilantes para não acabarmos naquilo que criticamos.

BA – Qual é a vossa relação com o poder?

SP – De oposição nunca, de escrutínio, de questionamento. O estado não é meu inimigo, o governo não é meu inimigo, mas também não é meu amigo. Quem está no poder deve ser questionado, e tem o dever de responder. As coisas tornam-se oposição no momento em que quem tem o dever de responder não responde.

BA – no estatuto editorial dizem que fazem jornalismo narrativo e investigativo. São duas faces do jornalismo que estão sempre presentes, ou depende da peça?

SP – Podem não estar as duas presentes. O jornalismo narrativo é uma forma de abordagem, o jornalismo de investigação é quando denuncia uma situação que estava oculta e que trazes à tona. Por exemplo, no fado bicha, é claramente jornalismo narrativo. Na Divergente, quando há jornalismo de investigação, há também jornalismo narrativo, como é o caso do “Por ti, Portugal, eu juro”.

BA – e há propósitos diferentes, ou é mais para onde a peça vos leva?

LM – na realidade não é algo que penses, isso já lá está. Quando vais denunciar alguma situação é uma investigação, mas não o fazes com isso na cabeça. A única coisa que muda é a forma como faz sentido apresentar o trabalho narrativo, se é mais recorrendo a imagens e menos texto, etc. A questão da narrativa e a forma como abordas os temas e os traduzes numa peça jornalística, é uma questão de estilo.

SP – A beleza de uma boa história é que nem todas tem de ter uma investigação de 50 anos para trás. Há boas histórias ali... vais ali ao Martim Moniz, que agora se fala muito do orçamento participativo e como isso vai trazer resistência e resiliência as pessoas, eu passo ali e vejo todos os dias histórias para contar de resistência, sem orçamento participativo nenhum porque vejo pessoas com *tupperwares* a venderem sandes e a fazer a vida, e isso é uma boa história, e eu para a contar não preciso de estar um ano a investigar qual é o plano da câmara para aquele espaço - ou seja, nós queremos fazer grandes investigações, mas também ter a possibilidade de nos cruzarmos com boas histórias e contá-las. Partimos de um ponto que, a nossa crítica quando começámos é que não havia, ou havia muito pouco jornalismo de investigação nos media tradicionais, também não vamos para o outro ponto de que só o jornalismo de investigação que demora seis anos a fazer é que é bom, não acho que a resposta esteja nem num extremo nem noutra. Por exemplo, o “chá da meia noite” demorou duas semanas a ser feita, e eu acho uma das histórias mais bonitas na Divergente. E se calhar é uma

história que tem mais impacto do que uma grande investigação em que íamos traçar todo o cenário dessa minoria em Portugal.

BA – o impacto é algo em que pensam quando estão a fazer a peça.

SP – ninguém faz trabalhos para si, portanto é uma coisa que nos preocupa no sentido em que queremos fazer chegar aquele trabalho a um maior número possível de pessoas.

LM – a maneira como escreves, fazes passar a mensagem, que seja acessível para o maior número de pessoas, a maneira de como publicamos uma história na Divergente e que pode ser adaptada para outros órgãos de comunicação que vai chegar a outros públicos. É mais uma questão de alargar o alcance e permitires que o tema que achamos que é relevante esteja numa série de lugares e que possa gerar debates nesses diferentes lugares. Acho que é mais por aí, procuras impacto nisso, porque aumentas o alcance, fazer tocar o sininho, e as pessoas comecem a pensar sobre aquilo. Mas também não acho que seja uma bandeira.

SP – eu acho que a nossa bandeira é tentar não ficar no nicho das redes sociais. Se olharmos para a taxa de penetração da internet em Portugal, são para aí 30 por cento de pessoas que não têm internet, sem falar das que tem e não sabem usar. E isso é uma preocupação, penetrar noutros espaços. Porque todos nos vivemos em bolhas, e o que tentamos aqui é tentar furar várias bolhas. E tentar publicar na RTP, na SIC, no Expresso, no Público, e fazer apresentações públicas que não sejam só em Lisboa e no Porto. Esse aspeto preocupa-nos, mas preocupa-nos depois do foco ser fazer um bom trabalho, nunca fazer um trabalho a pensar onde é que ele vai chegar.

Agora a questão do impacto depende também dos trabalhos. No “Por ti, Portugal, eu juro” pretendemos mudanças políticas, além do debate. Uma alteração no *status quo*, houve promessas que foram feitas e não foram cumpridas e isto precisa de ser resolvido. No “fado bicha”, ou o “chá da meia noite”, não faz sentido pensar numa mudança pública, mas faz sentido pensar no impacto de mudança de consciência de quem vê aquele trabalho, que a longo prazo poderá resultar numa mudança pública ou política porque todos nos votamos. Mas já mais afastado do objetivo inicial.

Agora, eu acho interessante também falar do profundo desinteresse das pessoas sobre o jornalismo, o que também é um sintoma de uma democracia doente, e que também ultrapassa o nosso nível de ação, que é fazer o melhor trabalho possível. Mas em termos de impacto, a verdade é que a maioria das pessoas não tem interesse, muitas vezes porque não tem tempo

para isso, as vidas são difíceis. E aqui está um grande problema. E também uma grande frustração. Mas o grau de interesse liga-se com o grau de preocupações, e quantas mais preocupações tens, como em Portugal, onde as pessoas têm muitas preocupações, menor o teu leque de interesses é.

## **Anexo C – Transcrição da entrevista *Setenta e Quatro* – Filipe Teles**

Bruno Antunes – Quais são os objetivos do projeto?

Filipe Teles – O objetivo específico inicialmente era combater a extrema direita. Nos começamos a conceber este projeto, foi pouco tempo depois do Chega ter sido eleito para o parlamento, e há uma sessão de eventos de crimes de ódio, como por exemplo o Bruno Candé, e a concentração estilo KKK a frente do SOS racismo, e os astros de alguma forma alinharam-se porque eu e o Ricardo fomos despedidos dos trabalhos onde estávamos. Estávamos muito assustados com o que estávamos a ver, com a entrada do Chega o discurso de ódio estava a aumentar e a normalizar-se, e decidimos fazer isto. Depois, isto e verão de 2020, depois fomos falando com pessoas, e começamos a perceber que dava para fazer um pouco mais do que só concentrar na esquerda direita, e hoje queremos dar um contributo maior ao jornalismo de investigação que não só a extrema direita, e isto foi acontecendo. Encontrámo-nos com o Pedro Coelho, a investigação que ele estava a fazer e começamos a trabalhar juntos também.

BA – Em relação ao “Testa de Ferro”, por exemplo, ali o objetivo já é nessa fase em que já há objetivos diferentes?

FT – sim, no fundo sempre tivemos a ideia de que para fazermos um jornal deste tipo teria de ser um complemento aos media *mainstream*, e a minha entrada no “Testa de ferro” veio aproximar esse objetivo, e aliás o Pedro quando nos convida ainda nem tínhamos lançado o órgão, foi uma prova de confiança. A extrema direita era uma coisa mais que o Ricardo estava especializado e não eu, eu tinha mais interesse em investigações *follow the money*, e acabou por acontecer. A parceria com o Pedro continua, e como deves saber o jornalismo colaborativo hoje esta em voga, e dificilmente hoje consegues fazer grandes investigações se não colaborares, e sempre tivemos isso em mente. A colaboração com a academia vai no mesmo sentido, uma rede grande de académicos com quem podemos colaborar.

BA – quais são os critérios das investigações/temas a tratar?

FT – primeiro tem a ver com recursos, aquilo que consegues fazer. Somos um media com muito poucos recursos financeiros, e tentamos apostar no *computer assisted reporting*, que alberga o jornalismo de dados, a geolocalização, etc etc, e isso é uma forma de, se nos conseguirmos adaptar, conseguimos fazer coisas com isso. O Ricardo já tinha feito uma espécie de investigação assim para o Público quando investigou as ligações da extrema direita portuguesa com a ucraniana, com o “Testa de ferro” também aplicamos vários desses métodos e técnicas,

e para trabalhos futuros também estamos a apostar nestes métodos. É uma forma de poupar dinheiro e teres uma base sólida, as fontes humanas são sempre necessárias, mas se já tiveres esta base sólida de informação recolhida e analisada, vais sempre para uma investigação... não vais de olhos fechados, sabes para que terrenos vais.

BA – Como tratam a questão da objetividade?

FT – o método jornalístico é adotado e somos o mais factuais possíveis, mas quando escolhes reportar uma coisa e não outra já estás a ser subjetivo. A minha formação académica não é a comunicação social, e eu acho que se confunde um bocado a objetividade com a imparcialidade. E aí de facto somos claros, não somos imparciais, e traçamos a linha na extrema direita, e tudo o que for progressista de alguma forma e queira combater o discurso de ódio, o racismo, etc, nós alinhamo-nos com. Mas o método jornalístico está sempre lá, e a parte mais política está mais nos ensaios, peças mais de opinião. Mas respeitamos sempre o método jornalístico e olhando para as nossas peças, não está lá opinião. E acho que assim é mais honesto. No panorama hoje dos media há uma grande concertação, o que conduz a um afunilamento ideológico. Nós escolhemos ser claros e transparentes, o que também traz algumas dificuldades, as vezes a nível de financiamento, ou a nível de colaborações.

Há muitos académicos que já estudaram a questão da objetividade, e defendem que isso começa a ser algo imposto no início do século XX por parte do mercado, em que os media começam a ter grandes proprietários, e era uma forma de se defenderem. Por exemplo o Bob Woodward leva a questão da objetividade ao extremo, ele nem vota. O que também me parece um bocado exagerado, porque se o jornalismo é parte da defesa da cidadania, obviamente fazes parte do processo.

BA – como vês a tua missão como jornalista?

FT – o objetivo jornalístico está ligado com a defesa da democracia. Vejo a minha profissão como... a definição do jornalismo de investigação é tentar revelar questões que estão ocultas que determinados agentes não querem que se revele, sempre numa perspetiva de uma sociedade mais justa e aberta e democrática. E é aí que eu me situo, e isto nem é progressista nem... a missão jornalística é uma missão cívica, e é aí que me enquadro.

BA – Quase um papel monitor?

FT – sim, de escrutínio. No fundo nos não somos parciais ate porque o código deontológico não é parcial, quando diz que o jornalismo se deve opor ao discurso de ódio, racismo, as discriminações de género, etc etc, e é aí que nos enquadramos.

BA – há aqui um fator de ligação ao poder.

FT - Há um fator de oposição ao poder. Anti-poder, estar contra os poderes instalados, que dada a sua concentração de poder não existe muito contraditório, por interferências obscuras, que não são discutidas no espaço público.

BA – o “Testa de ferro” é um excelente exemplo disto, um papel mais monitor, de uma figura de poder, ou varias...

FT - É engraçado como ele teve lá 20 anos, com aquilo tudo bem montadinho, e nunca ninguém olhou, se deu ao trabalho de ir investigar. Nos também tínhamos uma base muito sólida de documentos, e aí se calhar não seria possível ter feito essa investigação antes, porque só com essa base sólida é que conseguimos trabalhar isto.

BA – que impacto é que se procura com as investigações?

FT - o jornalismo de investigação tem de ter impacto, se não, não serve para nada. Seja para gerar mudanças legislativas, seja para recuperar algo que foi perdido, seja para revelar determinadas coisas que estão escondidas e que um agente não quer que se revele, seja para contribuir para um debate publico mais informado, mais democrático. o jornalismo de investigação tem de ter impacto. Há muito... o que é difícil e mensurá-lo, porque o jornalismo de investigação traz algo social que é muito difícil mensurar qual é o seu impacto financeiro, por exemplo, se é que o tem. Mas o impacto depois depende de muitas coisas, ás vezes para o Setenta e Quatro, como tem poucos canais de distribuição, é difícil chamar a atenção para determinadas investigações, porque o nosso jornalismo de investigação não se reduz as Investigações 74, essas são só as maiores. Mas é isso, tentar revelar determinados segredos escondidos que certos poderes instalados não querem que se revele, tentar contribuir para um debate mais informado que ajude a ação democrática, e o jornalismo serve para influenciar, por isso se acabar em mudanças legislativas para uma vida mais democrática, é esse o grande propósito.

BA – e o “Testa de ferro” é um exemplo disto?

FT – Sim, o teste de ferro não é só sobre o Luís Filipe Vieira, mas como funcionava o BES, e como utilizavam determinados testas de ferro, algo que o LVF admite na audição parlamentar. E foi um exemplo de como o ricardo salgado utilizava testas de ferro para esconder os balanços do BES, e de como é que usava determinadas pessoas com influência para determinados fins, e com o LVF isso é bastante óbvio, ele utilizava-o para conseguir transformar terrenos onde não se podia construir, e o LFV, sendo presidente do Benfica, utilizava a sua influencia para tornar os PDMs a favor de ele próprio, e depois entregava de volta esse terreno ao BES e recebia uma espécie de comissão. A imosteps é a mesma coisa, percebe-se perfeitamente que ele ficou com aquela dívida para retirar do balanço do BES aquele passivo, e para tornar o terreno em algo que pudesse ser construído, porque supostamente não se podia construir.

BA – como é a relação com a vossa comunidade?

FT – a nossa relação com a comunidade... nos queremos criá-la, mas dado a nossa quantidade de trabalho tem sido das coisas que temos descorado mais. Nós apenas oferecemos aos nossos subscritores que leiam as peças um dia antes, que não é um grande contributo, e as subscrições até são um bocado caras. Temos plena noção disso, que a nossa relação com a comunidade ainda é um bocado fraca, não nos damos assim tanto quanto nos poderíamos dar, mas acho que os nossos subscritores entendem que estão a contribuir para nós podermos fazer determinadas peças sem receberem assim tanto de volta, mas é uma das coisas a melhorar no Setenta e Quatro, e não temos de facto estrutura para uma comunidade mais intensa, como por exemplo o Fumaça faz. Estamos para fazer um inquérito para perceber bem o que as pessoas querem, é algo que vamos fazer nos próximos meses, perceber quem são, onde se orientam e o que querem que se investigue, porque são eles que nos dão dinheiro para estarmos aqui, há volta de 50 por cento do nosso orçamento vem dos nossos subscritores, e estamos ainda em dívida com eles.

BA – para com quem sentem ter responsabilidades?

FT – a nossa responsabilidade primeiro é para com os nossos subscritores, são eles que nos financiam, e é a melhor maneira para termos autonomia, e a mais democrática. Se tiveres x subscritores e não 2 ou 3 fundações a financiar-te, tens mais autonomia naquilo que a equipa quer fazer. Depois para o público mais geral, que é a nossa obrigação.

BA – aquela questão do papel cívico do jornalismo?

FT – Sim. E há sempre um compromisso com as fontes, protegê-la, etc, há sempre esse compromisso, e nunca serão as fontes institucionais, porque se dependermos delas para publicar não podemos levar o escrutínio até ao fim.

BA – como é a relação com o poder? Há uma perspectiva de controlo, denuncia, crítica?

FT – Sim, O jornalismo serve para influenciar, e embora sigamos todos os métodos jornalísticos e orientações profissionais, o “Testa de ferro” é algo bastante crítico. Os americanos fazem uma distinção entre o *access journalism* e o *outside journalism*. O *access journalism* é o jornalista que tem de publicar em x em x período, que não tem tempo para investigação jornalística, e acabam por ficar dependentes dessas fontes, principalmente no jornalismo especializado, acaba mais por ser o pé de microfone dessas fontes, em vez de vestir o papel de jornalista que escrutina etc.

BA – a certa altura escrevem no estatuto editorial que procuram o contraditório, como é que isto passa para a prática?

FT - é uma obrigação do jornalismo. Nos sentimos a necessidade de o fazer até porque a nossa linha editorial é bastante vincada politicamente. Rejeitamos discurso de ódio, mas não quer dizer que se fizermos uma investigação sobre o Chega que não vamos entrevistar o André Ventura, é uma obrigação da profissão, algo que está no código. Não quer dizer que sejamos neutros, mas pensamos sempre nesse equilíbrio porque é uma obrigação profissional e acreditamos nela.

BA – a certa altura escrevem também que “o acesso a informação independente promove o exercício democrático e fortalece a opinião pública incentivando quem nos lê à participação cívica”. Isto é um objetivo, criar ou ser moderar de debates cívicos.

FT – ser mediador, sim. O trabalho jornalístico é esse, é muito de mediação também. O tratamento de análise de informação, etc, é todo um trabalho de mediação. Não acredito por exemplo no que fez o Wikileaks, que é despejar informação que não é tratada e analisada, isso não é trabalho jornalístico. O trabalho jornalístico é pegar naquilo tudo, analisar e tratar, se colocas pessoas em perigo ou não, etc, ou seja, há aqui um trabalho de mediação.

BA – Mas há aqui uma parte de consciencialização e quase uma ajuda para aumentar os níveis da qualidade democrática? E esta questão da participação cívica também é algo que procuram?

FT – Sim, acho que o jornalismo serve para influenciar, o debate público, questionar poderes instalados, e manter e melhorar a democracia, para a tornar mais igualitária. Acho que é esse a função do jornalista, e nessa linha editorial é quando tentamos ser um pouco mais complementares, uma noção de serviço público. E o nosso wiki é um pouco disso, onde mapeamos a extrema direita desde 1974, e qualquer jornalista que queira trabalhar esse tema possa consultar e perceber onde está a história. E não queremos ser citados, mas se usarem, o objetivo está a ser cumprido. E também no que dizemos, informação independente e gratuita, porque também acreditamos nessa parte, se produzimos todas estas investigações e conhecimento, se estiver fechado em *paywalls*, contribui pouco para o objetivo cívico que tem o jornalismo. Em Portugal, salvo erro, apenas 7 por cento da população portuguesa paga por informação, e não queremos deixar o nosso trabalho fechado em *paywalls*.

Nós tentamos ter um certo equilíbrio. Olhando para o que publicamos até pode ser considerado *advocacy journalism*, mas tentamos não dar muito relevo a isso para manter uma certa independência. Já é vincado o suficiente, já se chama Setenta e Quatro, já esta ligado a extrema direita...

## Anexo D – Quadro 1

<b>Role</b>	<b>Monitorial</b>	<b>Facilitative</b>	<b>Collaborative</b>	<b>Radical</b>
Motive	Observe and document routine and unexpected events, place a check on power	Convene a conversation about public issues	Advance aims of an outside institution (such as the state, business, nonprofit group)	Critically scrutinize systemic power, offer alternatives to status quo
Ideal	Objectivity	Deliberation	Allegiance	Solidarity
Orienting principle	Accuracy, Transparency	Inclusion	Synergy, Strategic Communication	Dissent
Journalism provides	A watchdog that provides an ongoing check on power	Forum for debate and conversation	Megaphone to advance an outside institution's agenda	Criticism of existing power structures
Journalist	Neutral observer; shines a spotlight on society's problems	Manager of discourse; acts as a moderator (not a participant)	Intermediary, provides a mouthpiece for outside institution	Critic, demands structural reform
Example	Watchdog Reporting, Investigative Reporting	Public Journalism	Public Relations	Advocacy Press

## **Anexo E – Estatuto Editorial da *Divergente***

### **Estatuto Editorial**

1. A DIVERGENTE é uma revista digital de jornalismo narrativo e investigação que privilegia formatos multimédia.
2. A DIVERGENTE não tem fins lucrativos e não aceita publicidade.
3. A DIVERGENTE acredita na força das histórias para retratar temáticas complexas.
4. A DIVERGENTE defende a transparência da prática jornalística e apresenta, de forma clara, quem a faz e quem a financia.
5. A DIVERGENTE reivindica o tempo e o espaço para revelar os silêncios do mundo contemporâneo. Privilegia o rigor em detrimento da rapidez.
6. A DIVERGENTE dá espaço às histórias e revela os silêncios. Retrata temas de interesse público, que tendem a ser sub-representadas nos média.
7. A DIVERGENTE investiga temas de relevância social. Aprofunda e revela camadas, confronta perspectivas.
8. A DIVERGENTE orienta-se por critérios de independência, rigor, pluralismo, transparência e criatividade.
9. A DIVERGENTE recusa qualquer tipo de discriminação, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política.
10. A DIVERGENTE não se obriga à neutralidade ou à imparcialidade quando estiverem em causa a dignidade humana ou qualquer outro valor fundamental da vida em sociedade.
11. A DIVERGENTE assenta no trabalho de uma equipa multidisciplinar, sujeito a um processo de questionamento, verificação e revisão.

## **Anexo F – Estatuto Editorial do Fumaça**

### ESTATUTO EDITORIAL:

1. Fumaça é um projeto de informação online que aprofunda os problemas mais estruturantes da sociedade portuguesa e global. Quer explicar os comos e os porquês dos acontecimentos que condicionam a vida da sociedade em que vivemos.
2. Fumaça é um projeto de jornalismo independente, progressista e dissidente que não se submete a organizações partidárias, religiosas, económicas, financeiras, desportivas, culturais ou sociais, nem às suas agendas.
3. Fumaça quer escrutinar a Democracia, questionando as decisões políticas de quem é nomeado ou se faz eleger, procurando fiscalizar e responsabilizar as suas ações.
4. Fumaça quer ouvir representadas e representados, especialmente as camadas da população que são menos ouvidas. Fumaça quer expor, contextualizar e perceber as suas dificuldades e reivindicações.
5. Fumaça acredita nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e na Constituição da República Portuguesa.
6. Fumaça cumpre o Código Deontológico do Jornalista e pugna pela sua prática efetiva.
7. Fumaça considera a liberdade e a igualdade princípios fundamentais da vida democrática. Bate-se por eles, nomeadamente pela liberdade de expressão e de imprensa.
8. Fumaça tomará posições públicas sempre que entender que estão em causa princípios basilares da vida democrática.
9. Fumaça não acredita em jornalismo-espetáculo, baseado no simplismo, em estereótipos e lugares-comuns.
10. Fumaça rejeita a lógica do entretenimento e do sensacionalismo na informação.

## **Anexo G – Estatuto Editorial do *Setenta e Quatro***

### ESTATUTO

Setenta e Quatro é um projeto digital de jornalismo de investigação que acredita que apenas com acesso a informação livre e credível é possível defender a democracia e aprofundar os princípios da igualdade e da liberdade.

Setenta e Quatro rejeita e desafia todos os discursos de ódio e de discriminação.

Setenta e Quatro é independente de organizações partidárias, sindicais, desportivas, religiosas, económicas e financeiras.

Setenta e Quatro tem uma periodicidade que respeita o tempo necessário à investigação jornalística.

Setenta e Quatro atua através da plena realização da liberdade de imprensa e do direito à informação, opondo-se a qualquer tentativa de limitação aos direitos de informar e de ser informado.

Setenta e Quatro rege-se pelo Código Deontológico do Jornalista, pelo Estatuto do Jornalista e pela Lei de Imprensa.